

Relatório de análise dos comentários e sugestões formulados no período de consulta pública do projeto de regulamento de procedimentos regulatórios

Consulta Pública n.º 03/2016

Julho de 2017

Índice

1. Enquadramento	5
2. Objeto	6
3. Identificação das entidades que se pronunciaram.....	6
4. Apreciação dos comentários recebidos	8
4.1. Apreciação dos comentários gerais	9
a) Enquadramento legal e normativo e âmbito de intervenção da ERSAR	9
b) Violação do princípio da autonomia local	13
c) Acréscimo de encargos/custos.....	14
d) Ciclo da regulação da qualidade da água.....	15
e) Conteúdos omissos.....	16
4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de regulamento	17
QUADRO	18
Análise dos comentários ao regulamento dos procedimentos regulatórios dos serviços de águas e resíduos	18
Artigo 3.º Constituição de sistemas intermunicipais de gestão direta.....	18
Artigo 4.º Delegação de serviços de titularidade municipal	20
Artigo 5.º Seleção de parceiros privados para empresas delegatárias	22
Artigo 6.º Constituição de parcerias entre os municípios e o Estado.....	24
Artigo 7.º Concessão de serviços de titularidade municipal.....	28
Artigo 8.º Concessão de serviços de titularidade estatal (multimunicipais).....	31
Artigo 9.º Subconcessão de serviços de titularidade estatal ou municipal.....	35
Artigo 10.º Outros procedimentos de atribuição da gestão de serviços.....	36
Artigo 11.º Celebração de outros contratos relativos à gestão de serviço	38
Artigo 12.º Alteração de contratos relativos à gestão de serviços de titularidade estatal ou municipal	40
Artigo 13.º Comparador de modelos de gestão, estudo de viabilidade económico-financeira e plano de investimentos	46
Artigo 14.º Aprovação de regulamentos de serviço público.....	51
Artigo 15.º Conteúdo mínimo dos regulamentos	53
Artigo 16.º Autorização para novos investimentos não contemplados no contrato de concessão.....	55

Artigo 17.º Projetos de construção de infraestruturas de concessionárias de serviços multimunicipais e respetivas alterações	61
Artigo 18.º Pareceres facultativos a pedido da entidade titular dos serviços	70
Artigo 19.º Atividades acessórias ou complementares.....	71
Artigo 20.º Extinção de contratos relativos à gestão de serviços.....	72
Artigo 21.º Obrigações de informação sobre bens e infraestruturas.....	74
Artigo 22.º Obrigações gerais de informação.....	82
Artigo 23.º Análise de orçamentos e projetos tarifários de serviços de titularidade estatal...	87
Artigo 24.º Definição dos desvios de recuperação de gastos	93
Artigo 25.º Definição de proveitos permitidos.....	95
Artigo 26.º Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos por contrato.....	97
Artigo 27.º Revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em serviços municipais geridos por contrato de gestão delegada	102
Artigo 28.º Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos sem contrato	103
Artigo 29.º Fiscalização do cumprimento das regras tarifárias	104
Artigo 30.º Reporte, processamento e divulgação de informação económico-financeira	107
Artigo 31.º Avaliação anual da qualidade de serviço prestados aos utilizadores.....	110
Artigo 32.º Alteração dos prazos	114
Artigo 33.º Verificação da qualidade da água para consumo humano	115
Artigo 34.º Pedidos de dispensa ou redução do controlo analítico	117
Artigo 35.º Elaboração e aprovação do programa de controlo da qualidade da água.....	120
Artigo 36.º Implementação do programa de controlo da qualidade da água	121
Artigo 37.º Comprovação de acreditação e supervisão dos laboratórios de ensaios.....	124
Artigo 38.º Reporte, processamento e divulgação de informação dos dados do controlo da qualidade da água	125
Artigo 39.º Análise de reclamações de utilizadores dos serviços.....	126
Artigo 40.º Realização de auditorias.....	130
Artigo 41.º Realização de ações de fiscalização e de inspeção.....	134
Artigo 42.º Licenciamento de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos com interface com os resíduos urbanos	137
Artigo 43.º Forma de reporte de informação à ERSAR	139
Artigo 44.º Contagem de prazos	141
Artigo 45.º Decisões sujeitas a parecer da ERSAR.....	142
Artigo 46.º Incumprimento do presente regulamento	144

Artigo 47.º Dever de segredo	144
Artigo 48.º Produção de efeitos.....	145
ANEXO I	146
ANEXO II	146
ANEXO III.....	148
5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento	149
4. Conclusões	158

1. Enquadramento

A ERSAR tem por missão, no quadro dos respetivos Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, a regulação e a supervisão dos sectores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, abreviadamente designados por serviços de águas e resíduos, incluindo o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

As atribuições e competências da ERSAR encontram-se definidas nos respetivos Estatutos, e desenvolvidas no quadro dos regimes jurídicos dos serviços multimunicipais e municipais, consagrados nos Decretos-Leis n.os 92/2013, de 11 de julho, 96/2014, de 25 de junho, 294/94, de 16 de novembro, 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, bem como nos Decretos-Lei n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, e ainda no regime da qualidade da água destinada ao consumo humano constante do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, todos na redação em vigor.

As atribuições e competências da ERSAR definidas nos diplomas acima identificados compreendem a regulação estrutural do sector, a regulação comportamental das entidades titulares, das entidades gestoras e das entidades prestadoras dos serviços em geral, assim como a elaboração e divulgação regulares de informação e o apoio técnico aos agentes dos sectores regulados.

Não obstante é no quadro da regulação comportamental que a intervenção da ERSAR se traduz numa interação direta com as entidades reguladas, condicionando o respetivo comportamento. Com vista a garantir a clareza, a segurança e a uniformidade de procedimentos no âmbito das relações entre a ERSAR e as entidades reguladas importa definir e concretizar os procedimentos regulatórios, na vertente da regulação comportamental, que corporizam o exercício das competências estabelecidas no quadro legal acima descrito.

Por outro lado, no que toca às relações entre a ERSAR e as entidades de direito público ou privado, de âmbito nacional ou internacional, com as quais estabeleça relações de cooperação, de colaboração ou de associação, importa também estabelecer as formas de que se revestem essas relações e as condições em que as mesmas operam e se desenvolvem.

De acordo com o estabelecido na alínea d) do artigo 11.º dos Estatutos da ERSAR, compete à ERSAR a elaboração e a aprovação de um regulamento com eficácia externa que proceda à definição de regras relativamente aos procedimentos regulatórios inerentes ao seu relacionamento com as entidades sujeitas à intervenção da ERSAR, no âmbito das respetivas atribuições, concretizando a forma e o prazo para o exercício das competências do Conselho de Administração em matéria de regulação.

Nos termos dos artigos 12.º e 35.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, o projeto foi submetido a consulta pública e à audição do Conselho Consultivo.

2. Objeto

A Consulta Pública da ERSAR n.º 03/2016 teve por objeto o projeto de regulamento de procedimentos regulatórios, aprovado pelo Conselho de Administração da ERSAR **em reunião de 29 de dezembro de 2016**.

Esta consulta decorreu entre os dias 31 de dezembro e 31 de maio, cumprindo agradecer os contributos recebidos, os quais mereceram a melhor atenção da ERSAR.

Foi ainda promovida a audição do Conselho Consultivo, que discutiu o projeto de regulamento em reunião de 24 de fevereiro de 2017.

O relatório que agora se publica aborda as principais questões colocadas pelos participantes e a posição da ERSAR quanto às mesmas. Partilha-se, assim, com os participantes na consulta pública e quaisquer interessados, o resultado das reflexões adicionais a que a análise dos contributos conduziu.

3. Identificação das entidades que se pronunciaram

Para além do parecer do Conselho Consultivo da ERSAR, no decurso do período da consulta pública, pronunciaram-se 52 entidades sobre o projeto de regulamento.

Apresentaram comentários ou sugestões de alteração as seguintes entidades:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Águas de Alenquer (AdAlenquer);
- Águas de Cascais, SA (AdCascais);

- Águas de Portugal, SGPS, SA (AdPortugal);
- Águas de S. João, EM, SA (AdSJoão);
- Águas do Porto, EM (AdPorto);
- Águas do Ribatejo, EM, SA (AdRibatejo);
- AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM;
- Aquapor - Serviços, SA;
- Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente – AEPSA;
- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – APDA;
- BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA;
- Câmara Municipal da Lousada;
- Câmara Municipal de Águeda;
- Câmara Municipal de Alenquer;
- Câmara Municipal de Évora;
- Câmara Municipal de Lagos;
- Câmara Municipal de Mafra;
- Câmara Municipal de Palmela;
- Câmara Municipal de Ponte da Barca;
- Câmara Municipal de Santo Tirso;
- Câmara Municipal de Viana do Alentejo;
- Câmara Municipal do Seixal;
- Empresa Geral de Fomento (EGF);
- Empresa Municipal de Água e Resíduos de Vila Real, EM (EMAR);
- Empresa Municipal de Ambiente de Cascais (EMAC);
- ESGRA –Associação para a Gestão de Resíduos;
- Esposende Ambiente, EEM;
- Indaqua Fafe, Gestão de Águas de Fafe, SA;
- Indaqua Feira, Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA;
- Indaqua Matosinhos, Gestão de Águas de Matosinhos, SA;
- Indaqua Oliveira de Azeméis, Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, SA;
- Indaqua Santo Tirso e Trofa, Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, SA;
- Indaqua Vila do Conde, Gestão de Águas de Vila do Conde, SA;

- INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM;
- LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto;
- Resíduos do Nordeste, EIM;
- Serviços Municipalizados de Sintra (SMAS de Sintra).

Responderam ainda à consulta pública n.º 3/2016, ainda que manifestando concordância e/ou ausência de sugestões de melhoria ao projeto de regulamento apresentado, as seguintes entidades:

- Águas do Algarve, SA;
- Câmara Municipal da Azambuja;
- Câmara Municipal da Guarda;
- Câmara Municipal da Moita;
- Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos;
- Câmara Municipal de Barcelos;
- Câmara Municipal de Caminha;
- Câmara Municipal de Lagoa;
- Câmara Municipal de Sesimbra;
- Empresa das Águas de Santarém, EM, SA;
- Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, EM (EMAS de Beja);
- TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM;
- Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA;
- Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EEM.

Na medida em que alguns dos membros do Conselho Consultivo apresentaram igualmente contributos individuais na consulta pública, reiterando a posição expressa através daquele órgão, no presente relatório destacam-se apenas as posições dos demais conselheiros que se pronunciaram.

4. Apreciação dos comentários recebidos

A participação dos destinatários das normas no processo de elaboração das mesmas é essencial para a prossecução de vários objetivos, permitindo antecipar problemas na sua aplicação, quer

porque os destinatários estão mais alertados para certas dificuldades de execução, concretas, quer porque se anteveem, desde logo, resistências através do contraditório.

Na sequência da consulta pública, que se revelou participada e um instrumento essencial à consolidação de ideias e conceitos relativos ao novo regulamento, foram acolhidas algumas sugestões de alteração relativamente à proposta da ERSAR.

Na generalidade, as entidades enaltecem o propósito do regulamento, bem como a compilação específica dos normativos previstos em vários diplomas legais, facilitando a identificação das disposições relativas ao relacionamento entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua intervenção, tendo, porém, existido entidades que manifestaram o seu desagrado perante algumas das questões regulamentadas no documento em causa.

O Conselho Consultivo reconhece igualmente a pertinência do regulamento de procedimentos regulatórios, sendo o parecer globalmente favorável.

4.1. Apreciação dos comentários gerais

Destacam-se as seguintes questões estruturais e transversais ao projeto de regulamento, ou que não se referem especificamente à redação proposta levantadas na consulta pública:

a) Enquadramento legal e normativo e âmbito de intervenção da ERSAR

A Águas de Portugal, S.A, (AdPortugal) questiona a oportunidade deste regulamento na atual conjuntura setorial, em que a nova estratégia para o setor, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer ao nível dos sistemas intermunicipais e municipais convoca a necessidade de alterações no quadro legal vigente para os serviços de águas e saneamento. Outras entidades tais como os SMAS de Sintra, a Águas de S. João ou as empresas do Grupo Indaqua referem também que não foram consideradas no projeto de regulamento as alterações legislativas que se encontram em curso, sugerindo, por exemplo, que as obrigações de reporte de informação sejam compatibilizadas com o regulamento tarifário dos serviços de águas em preparação. Também a Esposende Ambiente, mas a propósito do ciclo de regulação da qualidade da água, considera que seria de reavaliar desde já as normas do regulamento em função das alterações que se perspetivam para breve.

Sobre estas questões, considera a ERSAR que a elaboração do presente regulamento é não só oportuna, como necessária e urgente para facilitar o relacionamento entre a ERSAR e as

entidades gestoras e assim agilizar os processos submetidos à apreciação desta Entidade. Sendo certo estão atualmente em fase de alteração de alguns diplomas legais aplicáveis ao setor, sempre se dirá que, sem prejuízo de ter sido concebido à luz do quadro legal e regulamentar em vigor (e não podendo ser doutra forma), procurou-se garantir alguma flexibilidade para adaptação a algumas das revisões em curso, sendo que, caso tal se venha a revelar indispensável face à revisão do quadro legal, o regulamento será revisto.

A AdPortugal considera ainda que o regulamento não deve trazer inovações face à legislação e regulamentação vigente, devendo salvaguardar as competências, responsabilidades e o papel das várias entidades gestoras e intervenientes do setor e garantir que os diversos instrumentos não estão em conflito entre eles. Neste sentido critica a utilização nos artigos 3.º a 20.º do projeto de regulamento de expressões como " (...) apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo" por parecer introduzir um requisito substancial da prática ou da validade dos atos a que respeitam, matéria que extravasaria o âmbito do regulamento em análise.

Várias entidades, identificadas abaixo a propósito da análise dos comentários na especialidade, consideram que o regulamento impõe a necessidade de pareceres prévios que não são exigidos por lei.

A ERSAR entende que estas considerações não têm fundamento, pois todos os pareceres a que se refere o regulamento estão previstos na lei (Estatutos da ERSAR e/ou regime substantivos dos serviços multimunicipais e municipais de águas e resíduos), limitando-se o projeto a regulamentar os termos em que essas obrigações devem ser cumpridas, o que se enquadra no âmbito do poder regulamentar que é cometido às entidades reguladoras. Note-se que os Estatutos da ERSAR consagram a emissão de pareceres no âmbito de atribuição e contratualização de concessões multimunicipais, constituição de sistemas intermunicipais, delegação de serviços municipais, de procedimentos de contratação pública para a seleção de parceiros privados e da atribuição de concessões municipais, da respetiva contratação, assim como de subconcessões, celebração de contratos de parceria entre os municípios e o Estado e contratos de gestão a ela respeitantes, e alteração e extinção de contratos e ainda regulamentos de serviço público (alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º).

Quando previstos na lei, os pareceres são, salvo disposição expressa em contrário, obrigatórios (artigo 91.º do CPA), o que significa que o ato ou decisão sujeito a parecer só pode ser tomado

depois de emitido o parecer (dentro do prazo) ou decorrido o prazo sem que o parecer solicitado tenha sido emitido. A prática do ato sem que tenha sido previamente solicitado o parecer obrigatório constitui violação de uma norma legal. O artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, prevê expressamente a cominação de nulidade para os atos praticados sem obtenção de parecer obrigatório da entidade reguladora ou antes do decurso do prazo para a respetiva emissão. Nos restantes casos, os atos praticados com preterição deste requisito legal serão anuláveis nos termos do n.º 1 do artigo 163.º do CPA. Entende-se, por isso, que a expressão criticada pela AdPortugal apenas reflete o quadro legal em vigor.

O membro do Conselho Consultivo representante da Confederação da Indústria Portuguesa expressou o entendimento de que **deve ser clarificada a competência para aprovação de investimentos**, até porque deve existir um escrutínio público da atividade das empresas públicas, através dos reguladores setoriais e respetivos órgãos consultivos.

Por seu lado, o **Presidente do Conselho Consultivo manifestou o entendimento de que o regulamento parece ser demasiado interventivo relativamente aos investimentos e projetos de execução**, questionando a ERSAR acerca do objetivo que se pretende alcançar com este âmbito de intervenção alargado.

A ERSAR considera que o regulamento se limita a traduzir as competências que decorrem dos diplomas legais aplicáveis aos sistemas de titularidade estatal em matéria de aprovação de investimentos e projetos de execução, especificando os momentos e os elementos que devem ser fornecidos para que se possa pronunciar. O regime aplicável aos sistemas multimunicipais geridos por concessionárias de capitais públicos estabelece que o concedente (Estado) pode aprovar investimentos não previstos no contrato de concessão (Base XV anexa ao DL n.º 294/94, de 16 de novembro, Base XXIII anexa ao DL n.º 319/94, de 24 de dezembro, e ao DL n.º 162/96, de 4 de setembro). Apesar de as bases não exigirem a celebração de um aditamento ao contrato de concessão para contemplar os novos investimentos, tendo presente que o investimento constitui uma das principais obrigações contratuais da concessionária e com maior impacto nas condições económico-financeiras da prestação do serviço, deve considerar-se que a autorização do concedente corresponde materialmente a uma alteração contratual. Neste sentido, e à semelhança do que sucede previamente à celebração do contrato de concessão (e definição do investimento inicial) entende-se justificada a intervenção da ERSAR através da emissão de parecer que visa avaliar a adequação técnica do investimento proposto aos objetivos de serviço

público da concessionária, os custos e respetivos impactos na tarifa e na sustentabilidade económico-financeira do serviço. A competência da ERSAR para a aprovação dos projetos de construção tem por objetivo assegurar a correspondência dos investimentos a executar com o previsto no contrato de concessão ou na posterior autorização para a realização de novos investimentos, não se tratando propriamente de uma "revisão de projetos", como questionado por algumas entidades participantes na consulta pública.

No caso dos sistemas multimunicipais de resíduos geridos por concessionárias de capitais privados, atento o diferente modelo regulatório de construção de tarifas, cabe à ERSAR aceitar os investimentos que podem ser repercutidos através dos proveitos permitidos, sendo que a lógica de análise é a mesma que preside à emissão de parecer nas concessões públicas.

Por fim, a AdPortugal e a Empresa Geral de Fomento (EGF) consideram que há uma extrapolação do universo de entidades sujeitas à intervenção da ERSAR, como é o caso das obrigações que condicionam a atuação do Estado ou das autarquias locais. A este propósito, convém sublinhar que o Estado e as autarquias locais, enquanto entidades titulares e entidades gestoras, estão sujeitos à intervenção da ERSAR, conforme dispõe a alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, pelo que inexistente qualquer extrapolação.

Relacionada ainda com a questão da articulação do âmbito do regulamento de procedimentos regulatórios com as matérias substantivas que regem os serviços regulados, a AEPSA, a Aquapor, a AdAlenquer e a CM de Alenquer, invocando uma crítica feita pela ERSAR em parecer emitido em 2014 quanto ao facto de o quadro legal das parcerias Estado/municípios disciplinar de forma insuficiente questões fundamentais à delimitação dos poderes dos parceiros (Estado e municípios) e dos direitos e deveres das partes (parceiros e entidade gestora), permitindo que as mesmas sejam definidas de forma casuística nos contratos de parceria e criando uma assimetria injustificada com os demais modelos de gestão, objeto de uma regulamentação significativamente mais detalhada, sugerem que seja clarificada e detalhada a regulamentação existente sobre esta forma de contratação dos serviços de gestão. Estas próprias entidades reconhecem, porém, que a resolução desta lacuna apenas pode ser feita através da revisão do quadro legal aplicável e não através do presente regulamento de procedimentos regulatórios.

b) Violação do princípio da autonomia local

Não só a Águas de Portugal, mas também a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), a EMAC e os Municípios do Seixal, de Palmela e de Lagos alegam que algumas normas constantes do presente regulamento ultrapassam as disposições legais aplicáveis, criando uma situação de subordinação à interpretação do regulamento pela ERSAR.

Segundo a APDA, a EMAC e os Municípios de Évora, de Seixal, de Palmela e de Lagos esta subordinação acentua o afastamento do poder local na gestão dos serviços de águas e resíduos, contrariando o princípio da autonomia local.

A propósito do mencionado, refira-se, como ponto prévio, que a ERSAR respeita integralmente o princípio da autonomia local – quer na vertente da autodeterminação dos municípios na esfera das atribuições legalmente reconhecidas como suas, quer ainda na escolha dos modelos de gestão no que respeita à prossecução das mencionadas atividades.

A ERSAR não pretendeu contrariar as regras legais aplicáveis, sendo que algumas incongruências foram corrigidas após a devida nota pelas entidades. As inovações preconizadas no documento balizam-se integralmente nos dispositivos legais, bem como nos poderes de atuação da ERSAR previstos nos seus Estatutos (aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março) e na demais legislação aplicável.

No que refere em especial à fixação de tarifas, remete-se para o estatuído nos Estatutos da ERSAR e no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), que permitem concluir que o procedimento de aprovação de tarifas dos sistemas de titularidade municipal não sofre qualquer alteração, na medida em que se prevê que as tarifas continuam a ser aprovadas pelo município, ainda que sujeitas a parecer prévio da ERSAR, como já decorre da lei. Não existe, por isso, nesta matéria de aprovação de tarifas qualquer violação à autonomia local, uma vez que o n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro determina que as tarifas municipais são sujeitas a parecer da ERSAR.

Em matéria tarifária, a EMAC considera excessivo o reporte de informação sobre a avaliação da conformidade do tarifário com as recomendações da ERSAR, por estas serem desprovidas de natureza vinculativa. Sem prejuízo, refira-se que compete à ERSAR fiscalizar o cumprimento das

regras legais e regulamentares aplicáveis à formação de tarifas, assim como monitorizar o acatamento dos pareceres e recomendações emitidas.

O poder de atuação da ERSAR, em caso de desconformidade das tarifas, resulta da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º e do artigo 11.º B do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, com a redação introduzida pela Lei n.º 112/2012, de 6 de março.

c) Acréscimo de encargos/custos

Várias entidades gestoras mencionaram que as obrigações agora impostas não devem acarretar custos acrescidos ou dificuldades adicionais no cumprimento dos seus prazos contratuais e legais que, inevitavelmente, traduzirão encargos adicionais para os utilizadores. A Câmara Municipal do Barreiro contesta o “exagero” do detalhe e extensão do reporte à entidade reguladora, nos procedimentos já instituídos de reporte económico e de qualidade de serviço, mantendo-se essa lógica na proposta de regulamento (dando como exemplo o previsto nos artigos 22.º, 28.º, 29.º, 30.º e 31.º embora sem concretizar qual a informação que considera excessiva).

Sobre este ponto, importa referir que as obrigações impostas às entidades gestoras abrangidas pelo presente regulamento resultam de diplomas legais, limitando-se o regulamento a clarificar e densificar a forma como devem ser cumpridas. A informação solicitada é a considerada pela ERSAR como adequada ao exercício das atribuições que lhe estão cometidas pelo quadro legal em vigor. No sentido de simplificar e agilizar a comunicação com a ERSAR, assim como minimizar os custos associados, privilegia-se o uso de meios informáticos, como o Portal da ERSAR ou o envio de documentação em suporte digital. Está ainda presente a preocupação de evitar a duplicação de reporte de informação, nomeadamente face a obrigações existentes perante outras entidades da administração pública.

Ainda que sem se referir expressamente à questão dos custos daí decorrentes, a BRAVAL refere a necessidade de proceder a uma simplificação de procedimentos, dando como exemplo a necessidade de obtenção de parecer da câmara municipal territorialmente competente para a aprovação dos projetos de construção dos sistemas multimunicipais (considerando-a redundante dado que os municípios estão representados nos órgãos sociais da entidade concessionária). A propósito deste exemplo, importa notar que a obrigatoriedade de parecer do município resulta quer do regime jurídico de urbanização e edificação, quer das bases legais dos serviços multimunicipais de águas e resíduos. O facto de os órgãos sociais da empresa serem constituídos

por representantes do município, não exime a entidade gestora do cumprimento das obrigações legais.

d) Ciclo da regulação da qualidade da água

Dado ser um tópico da maior sensibilidade e impacto na saúde humana a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) chamou a atenção para a importância de haver toda a prudência na apreciação de processos (informação e pressupostos) que envolvam a aprovação de pedidos de redução da frequência mínima de amostragem regulamentar ou de dispensa de parâmetros do controlo analítico a aplicar no ano seguinte (designadamente, pesticidas, parâmetros microbiológicos e substâncias radioativas) nos termos do artigo 34.º e seguintes do presente projeto de Regulamento, e tendo em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e demais legislação aplicável.

Relativamente a esta questão a ERSAR cumpre todos os requisitos exigidos na medida em que faz a apreciação dos pedidos de dispensa e de redução de frequência nos termos da legislação em vigor.

Considera ainda que é importante manter e, se possível, melhorar o processamento e tratamento dos dados da qualidade da água fornecidos pelas entidades gestoras e sua evolução temporal, divulgando publicamente a informação mais relevante no Relatório Anual do Setor de Águas e Resíduos em Portugal, sem prejuízo da utilização de outros instrumentos de divulgação, mais acessíveis e direcionados para a população em geral, bem como para as atividades de planeamento e de gestão de situações extremas (seca e cheias), pelo que os aspetos quantitativos também devem ser analisados. Não se alcança inteiramente a crítica e sugestão apresentadas na medida em que no Relatório Anual do Setor de Águas e Resíduos em Portugal é consagrado um volume ao Controlo da qualidade da água para consumo humano, o qual sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida aos utilizadores pelas entidades gestoras, referenciada a 31 de dezembro de cada ano, dando cumprimento ao disposto na legislação em vigor, e comparando ainda os resultados obtidos com os resultados de anos anteriores, de forma a permitir uma avaliação da evolução da situação.

Por outro lado, e apesar de não respeitar diretamente à redação proposta para o regulamento, a APA sugere à ERSAR que promova junto das entidades gestoras a ponderação por parte destas da elaboração dos perímetros de proteção previstos na lei, dado que 49% dos incumprimentos

ocorridos na torneira do consumidor estão associados a problemas de qualidade da água bruta (Relatório do Estado do Ambiente 2016 da APA, I. P.). No entender da APA este procedimento permitiria o levantamento exaustivo das pressões significativas e a definição dos respetivos condicionantes, bem como da viabilidade de procederem a um aumento dos investimentos a montante dos sistemas, especialmente na concretização de medidas tendentes à proteção e manutenção do estado das massas de água onde se localizem as suas captações, e, consequentemente, diminuir o nível de tratamento da água e os respetivos custos associados.

A este propósito cumpre referir que a ERSAR promove esta informação quer em sede de fiscalização quer como recomendação. No entanto, esta situação já está prevista na avaliação de risco, na revisão do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 20 de agosto.

e) Conteúdos omissos

No entender da EGF, o regulamento dos procedimentos regulatórios deveria descrever a forma de relacionamento da ERSAR com as entidades reguladas em cada um dos planos de intervenção previstos no modelo regulatório, separando-se, naquilo que for distinto, jurídica e tecnicamente admissível, os procedimentos regulatórios relativos à regulação estrutural dos procedimentos regulatórios relativos à regulação comportamental.

A questão colocada foi objeto de análise interna previamente à publicação do projeto de regulamento, tendo-se entendido como mais adequado incluir apenas a regulação comportamental no regulamento de procedimentos regulatórios.

Com efeito, o objetivo do regulamento é o de disciplinar o relacionamento entre a ERSAR e os regulados, o que significa que apenas se justifica definir regras para as situações em que exista tal interação. Ora, em matéria de regulação estrutural, os procedimentos que implicam maior interação com outras entidades, particularmente as entidades reguladas, são as consultas públicas. Tanto o Código de Procedimento Administrativo como os Estatutos da ERSAR disciplinam este procedimento com um detalhe que se considera suficiente e adequado, motivo pelo qual se considerou desnecessário o seu tratamento neste documento. Por outro lado, outros procedimentos em matéria de regulação estrutural, como a monitorização dos planos estratégicos estão muito dependentes das regras de implementação, gestão e monitorização definidas para cada plano, dificultando a definição de regras gerais e abstratas.

A AdPortugal, fazendo notar que a legislação associada à Taxa de Recursos Hídricos consagrada no DL n.º 97/2008, de 11 de junho, alterada e aditada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, incumbiu a ERSAR de estabelecer e divulgar, no seu sítio na Internet, os limites de água não faturada passíveis de repercussão (ANFa e ANFb) aplicáveis a cada tipo de entidade gestora para o ano subsequente, sugere a inclusão de um artigo no presente regulamento relativo a esta matéria. No entanto, dado que a obrigação está definida na lei, não existindo qualquer procedimento associado a esta obrigação, não se considera necessário incluir normas sobre esta obrigação no presente regulamento.

A ESGRA entende que deve ser estabelecida uma disposição genérica em que se preveja expressamente que em situações excecionais e devidamente fundamentadas, pode haver lugar a prorrogação dos prazos previstos no presente regulamento, a pedido das entidades gestoras, por um período considerado adequado tendo em conta as circunstâncias concretas que dificultem ou que inviabilizem o seu cumprimento. Reconhecendo a pertinência da sugestão, é aditado um novo número ao artigo relativo à contagem dos prazos (artigo 44.º do projeto, renumerado como 45.º na versão final), com a seguinte redação: "*4. Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a ERSAR pode determinar a prorrogação dos prazos previstos no presente regulamento, desde que a mesma não exceda metade do prazo inicial*".

4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de regulamento

No presente capítulo são elencados os comentários e sugestões mais específicos de alteração da redação proposta, assim como apresentada a ponderação que os mesmos mereceram por parte da ERSAR, nomeadamente as razões de aceitação ou rejeição das propostas recebidas e consequentemente a redação final do mesmo. Transcrevem-se apenas as disposições que mereceram comentários por alguma das entidades participantes na consulta pública.

QUADRO

Análise dos comentários ao regulamento dos procedimentos regulatórios dos serviços de águas e resíduos

Artigo 3.º Constituição de sistemas intermunicipais de gestão direta

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade que pretenda constituir um sistema intermunicipal em modelo de gestão direta envia à ERSAR o projeto de constituição acompanhado do estudo que fundamente a racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas municipais, nos termos previstos no Artigo 14.º.	CM de Águeda	A questão da racionalidade económica deve ser clarificada.	O conceito de racionalidade económica e financeira acrescida exige a melhoria no serviço prestado aos utilizadores assegurando simultaneamente um projeto com viabilidade financeira, devendo funcionar como princípio orientador da constituição em análise. Contudo, a sua concretização poderá assumir múltiplas formas, como menores tarifas ou melhor qualidade de serviço. O comparador previsto no art.º 14.º, que tem critérios definidos, tem como finalidade demonstrar a vantagem da opção pretendida face à existente. Neste sentido, não se altera a redação, por se entender que esta oferece a amplitude adequada para a fundamentação dos projetos, consoante os objetivos e especificidades de cada caso.	Sem alteração
3. No prazo de 15 dias após a constituição do sistema intermunicipal, a entidade	Ambilital	Nesta disposição exige-se que se remeta para a ERSAR muitos mais elementos ou documentos do que	Os elementos e documentos são os necessários ao exercício, pela ERSAR, das suas atribuições e competências	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
responsável pela constituição do sistema remete à ERSAR cópia do ato constitutivo, bem como, dos documentos que regem a prestação do serviço, acompanhados do estudo de viabilidade económica e plano de investimentos, e informa da data da transferência da responsabilidade pela gestão do mesmo, identificando a área de intervenção do sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.		aqueles que são exigidos por lei, designadamente por comparação com o artigo 15.º do DL n.º 194/2009, de 20 de agosto.	legais previstas na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º e alínea f), do n.º 1, do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	
	AdPortugal	A exigência de um «estudo de viabilidade económico e plano de investimentos» não corresponde exatamente ao que vem previsto na lei uma vez que o que é exigido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, para constituição de sistemas intermunicipais e intermunicipalizados é um estudo que fundamente a racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas municipais.	O estudo previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, tem necessariamente de conter um EVEF e um plano de investimentos, na medida em que sem estes elementos não é possível aferir racionalidade económica e financeira decorrente da integração dos sistemas. Nestes termos considera-se que o exigido pelo regulamento não extravasa o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	
	CM de Águeda	Sugestão de disponibilização no site da EG e da ERSAR dos pareceres e dos documentos finais de constituição dos sistemas.	A publicitação dos contratos e documentos finais de constituição dos sistemas constitui uma obrigação da entidade gestora, estando já prevista, nomeadamente no n.º 2 do artigo 61.º do 194/2009, de 20 de agosto, sob pena de incorrer na prática de uma contraordenação.	

Artigo 4.º Delegação de serviços de titularidade municipal

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade delegante envia à ERSAR a minuta do contrato, com o respetivo plano de investimentos que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, acompanhada do contrato de sociedade, dos estatutos da empresa local, e de um estudo de viabilidade económica e financeira, seguindo as regras estabelecidas no 17.º Artigo 13.º, o qual, caso a empresa não se encontre ainda constituída nessa data, pode corresponder ao previsto no artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.	AdAlenquer AdPorto AdRibatejo AEP Ambilital APDA CM de Lousada CM de Mafra	Gralha na referência ao artigo 13.º.	Acolhe-se a correção. Alerta-se, no entanto, face a uma renumeração dos artigos, na versão final o artigo 13.º do projeto de regulamento passa a corresponder ao artigo 14.º.	“(…) seguindo as regras estabelecidas no artigo 14.º (…)”
	CM de Lagos	A exigência do estudo de viabilidade extravasa o âmbito dos poderes regulatórios e constitui ingerência na autonomia dos municípios. Por se estar no âmbito previsto na Lei 50/2012, de 31 de agosto, já se encontra assegurada a realização da viabilidade de tais empresas locais, nomeadamente por fiscalização prévia do Tribunal de Contas (artigo 23.º da Lei 50/2012).	A análise a fazer pela ERSAR é mais profunda do que a realizada pelo Tribunal de Contas, uma vez que abrange não só a viabilidade da empresa, como também outros fatores associados à prestação do serviço público, como seja a qualidade do serviço, acessibilidade social das tarifas, etc.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de gestão delegada a entidade delegante remete à ERSAR cópia do mesmo e informa da data da transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a empresa delegatária, identificando a área	CM de Águeda	A desagregação da percentagem da população residente ao nível da freguesia abrangida não faz sentido, devendo, no entanto, ser feita por serviço e não por contrato.	A freguesia é a unidade transversal noutras áreas de intervenção da ERSAR. Para efeitos de definição e verificação do cumprimento de objetivos definidos nos contratos de delegação de serviços, a ERSAR considera que a freguesia é a unidade territorial mais adequada, utilizando a mesma como referência nos vários ciclos regulatórios.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.	AdPortugal	A informação prevista a reportar ao nível da freguesia dá origem a alterações substanciais, as quais devem ter em consideração o detalhe dos concelhos. A informação tem vindo a constar nos contratos celebrados, pelo que não se mostra claro a necessidade de informação adicional a reportar.	A presente norma pretende definir a informação a remeter à ERSAR. Nas situações em que a informação já consta como anexo ao contrato de delegação de serviços celebrado, considera-se a obrigação cumprida com o envio do contrato.	
	Ambilital	Esta norma exige que se remeta para a ERSAR muitos mais elementos ou documentos do que aqueles que são exigidos por lei, designadamente por comparação com o artigo 20.º do DL n.º 194/2009).	Todos os elementos / documentos a que se referem os citados artigos são necessários ao exercício, pela ERSAR, das suas atribuições previstas na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º e alínea f), do n.º 1, do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	
4. Caso a constituição da empresa local, delegatária de serviços municipais de águas ou resíduos, seja anterior à celebração do contrato de gestão delegada, as entidades públicas participantes remetem à ERSAR cópia do contrato de sociedade, dos estatutos da empresa e dos estudos a que se refere o artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no prazo de 15 dias contados da referida constituição.	CM de Águeda	Questiona-se o prazo de 15 dias.	Corresponde ao previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.	Sem alteração
	CM de Viana do Alentejo	Questiona-se se esta norma pode ser aplicável a uma alta já constituída, que receba entretanto a titularidade do sistema.	Sobre este comentário cumpre esclarecer que a entidade gestora nunca recebe a titularidade do sistema, que pertence ao município, mas sim a gestão do serviço. Em resposta ao mesmo comentário esclarece-se que a norma tem aplicação quer se trate de entidade gestora em alta ou em baixa	

Artigo 5.º Seleção de parceiros privados para empresas delegatárias

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Para os efeitos previstos no artigo anterior, a entidade adjudicante remete à ERSAR as peças do procedimento, incluindo os anexos ao caderno de encargos previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	CM de Águeda	Deve ficar salvaguardado a justificação da opção do ponto de vista económico.	Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a participação de parceiros privados tem por objeto não apenas a participação financeira no capital social da empresa, mas também o seu contributo para a melhor gestão do serviço delegado. Assim, a racionalidade da opção do ponto de vista económico é apreciada através dos critérios de seleção das propostas.	Sem alteração.
3. Após a adjudicação e previamente à celebração dos contratos com o parceiro privado, a entidade adjudicante remete à ERSAR a versão final das peças do procedimento, incluindo os esclarecimentos prestados aos concorrentes, o relatório de avaliação das propostas, a decisão de adjudicação, a proposta vencedora e as minutas dos contratos a celebrar, para emissão de parecer sobre os mesmos.	AdPortugal CM de Lagos CM de Mafra EMAC	A exigência de relatórios de avaliação das propostas e outros documentos relativos à tramitação do procedimento concursal é excessiva, na medida em que a lei apenas prevê o parecer sobre as peças do procedimento e minuta do contrato a celebrar. Questiona-se se a ERSAR vai avaliar a correção da apreciação feita pelo júri quanto à análise e avaliação das propostas e quais as consequências de um eventual parecer negativo da ERSAR (face às obrigações que decorrem para o município enquanto entidade adjudicante).	A alínea c) do n.º 4 e o n.º 6 do artigo 11 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto confere competência à ERSAR para a emissão de parecer obrigatório sobre as respetivas peças pré-contratuais e sobre o consequente contrato. Importa notar que, tratando-se de contratos precedidos de procedimento de contratação pública, os seus exatos contornos devem resultar do encontro entre as peças do procedimento e a proposta do concorrente vencedor. As primeiras estabelecem as condições contratuais gerais e básicas impostas pela entidade adjudicante e a segunda a resposta do concorrente vencedor nos aspetos que, por aquele, foram deixados à	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>concorrência. O parecer da ERSAR não pode deixar de analisar esta conformidade (questão de legalidade), para o que importa conhecer todos os documentos exigidos na norma em análise.</p> <p>Note-se que, ainda que o relatório de avaliação das propostas não esteja legalmente consagrado como peça contratual, corresponde a um elemento essencial para apurar da aplicação dos critérios legais para a seleção da proposta vencedora.</p> <p>Relativamente aos efeitos do parecer da ERSAR cumpre notar que o mesmo tem carácter obrigatório, mas não vinculativo, podendo no entanto a ERSAR recorrer a tribunal, nos termos da alínea K) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.</p>	
4. No prazo de 15 dias após a celebração dos contratos com a intervenção do parceiro privado a entidade delegante remete à ERSAR cópia dos mesmos, assim como do contrato de gestão delegada caso tenha sido revisto na sequência da seleção do parceiro privado.	CM de Águeda	A eventual revisão do contrato de gestão delegada poderá ter problemas de legalidade, tendo em consideração a estabilidade, imutabilidade e intangibilidade da proposta exigida no processo concursal.	Não está em causa a revisão/alteração da proposta, mas sim do contrato de gestão delegada que pré-exista à seleção do parceiro privado. Um dos objetivos da seleção de parceiros privados é obter destes contributos que melhorem a gestão do serviço, os quais se podem traduzir numa revisão das condições contratuais (ex: otimização do plano de investimentos). Este é, de	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			resto, um dos aspetos deixados à concorrência, nos termos da alínea g) do n.º 4 do artigo 27.º do DL n.º 194/2009.	
	Ambilital	Exige-se que se remeta para a ERSAR muitos mais elementos ou documentos do que aqueles que são exigidos por lei, designadamente por comparação com o artigo 27.º do DL n.º 194/2009)	Todos os elementos / documentos a que se referem os citados artigos são necessários ao exercício, pela ERSAR, das suas atribuições previstas na alínea a) do n.º 4, do artigo 5.º e alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	

Artigo 6.º Constituição de parcerias entre os municípios e o Estado

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A constituição de uma parceria entre o Estado e municípios para a gestão de serviços municipais nos termos previstos no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.	Ambilital	A lei não exige o parecer previsto nesta norma (artigo 16º do Decreto-Lei nº 194/2009), antes resultando claramente desse mesmo diploma que quando o legislador pretendeu impor o parecer prévio e obrigatório o determinou expressamente, o que não fez a propósito das parcerias.	A obrigatoriedade dos pareceres sobre os contratos de gestão de serviços resulta da alínea c) do n.º 4 e n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, assim como da alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	Sem alteração
	AdAlenquer AEP SA Aquapor	Falta a referência ao DL n.º 90/2009, de 9 de abril, que regula estas parcerias.	Acolhe-se a proposta.	"(...) nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 09 de abril (...) "

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Para os efeitos previstos no número anterior, os parceiros enviam à ERSAR as minutas dos contratos de parceria e de gestão, com o respetivo plano de investimentos que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, e outros que regulem a atividade da entidade gestora da parceria, nomeadamente as minutas dos contratos de recolha e de fornecimento, no caso de sistemas em alta, acompanhados da decisão de constituir a parceria e dos estudos de viabilidade económica e financeira que a fundamentaram, de acordo com as regras estabelecidas no 17º Artigo 13.º, evidenciando, designadamente, as vantagens decorrentes da integração dos sistemas para o interesse nacional e para o interesse local, face a soluções alternativas.	AdAlenquer AdPorto AEP Ambilital APDA Aquapor CM de Águeda CM de Lousada	Gralha na identificação do artigo 13.º	Acolhe-se a correção. Alerta-se, no entanto, face a uma renumeração dos artigos, na versão final o artigo 13.º do projeto de regulamento passa a corresponder ao artigo 14.º.	"2. Para os efeitos previstos no número anterior, os parceiros enviam à ERSAR as minutas dos contratos de parceria e de gestão, com o respetivo plano de investimentos que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, e outros que regulem a atividade da entidade gestora da parceria, nomeadamente as minutas dos contratos de recolha e de fornecimento, no caso de sistemas em alta, acompanhados da decisão de constituir a parceria e dos estudos de viabilidade económica e financeira que a sustentaram.
	AdAlenquer AEP Aquapor	Falta a referência à Portaria n.º 706/2009, de 7 de julho.	Acolhe-se a proposta. Por uma questão de sistemática, desdobra-se o texto em dois números. Alerta-se, ainda, que face a uma renumeração dos artigos, na versão final o artigo 13.º do projeto de regulamento passa a corresponder ao artigo 14.º.	3.(novo) O estudo de viabilidade económica e financeira a que se refere o número anterior deve ser elaborado de acordo com as regras estabelecidas no artigo 14.º, evidenciando, designadamente, as vantagens decorrentes da integração dos sistemas para o interesse nacional e para o interesse local, face a soluções alternativas e

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				contemplando ainda aspetos definidos na Portaria n.º 706/2009, de 7 de julho."
	AdPortugal CM de Águeda	As vantagens deveriam ser mais densificadas e objetivas, a fim de evitar falhas de interpretação pelas partes.	As vantagens correspondem a todos os ganhos decorrentes da integração dos sistemas face a soluções alternativas e que podem corresponder a aspetos financeiros, técnicos, de acessibilidade etc., que divergem necessariamente de município para município. Assim, pela multiplicidade de vantagens admissíveis não se afigura adequada a densificação da norma, pelo que não se acolhe a recomendação	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Definir o conteúdo mínimo da informação do plano de investimentos é uma exigência adicional não aceitável, na medida em que o regime jurídico que pauta a temática em causa encontra-se definido no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, cujo n.º 3 do artigo 4.º dispõe sobre o âmbito da informação que deve ser preparada e coligida, remetendo para a Portaria n.º 706/2009, de 7 de julho, a densificação da informação exigível	A Portaria n.º 706/2009, de 7 de julho exige a apresentação de Programa de investimentos associado e fontes de financiamento correspondentes. Estando os contratos de parceria sujeitos a parecer da ERSAR nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, o conteúdo do anexo 1 corresponde aos elementos que a ERSAR considera imprescindíveis ao exercício, das suas atribuições previstas na alínea a) do n.º 4, do artigo 5.º e alínea f) do n.º 1, do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AdPortugal	Deve ser clarificado quem são os parceiros e quem tem de remeter a informação, atento que o Estado não é uma das entidades sujeitas à intervenção da ERSAR.	Os parceiros são o Estado e os municípios. O Estado, enquanto parceiro dos municípios titulares do sistema abrangido pela parceria, fica sujeito à intervenção da ERSAR conforme resulta da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. No prazo de 15 dias após a celebração dos contratos de parceria e de gestão, os parceiros remetem à ERSAR cópia dos mesmos com os respetivos anexos, acompanhados do contrato de sociedade e estatutos da entidade gestora, e informam sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a entidade gestora da parceria, identificando a área de intervenção do sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia, bem como a composição e contactos da comissão de parceria.	CM de Águeda	Questiona-se a necessidade de indicar a percentagem da população residente abrangida.	Em relação à percentagem da população, o que se pretende é definir a informação a remeter à ERSAR, para caracterização do sistema constituído.	Sem alteração
	CM de Águeda	O racional para estabelecer os membros da comissão de parceria também deveria ser apresentado à ERSAR.	Eventuais regras sobre a composição da comissão de parceria devem ser definidas no regime jurídico aplicável a este modelo de gestão.	
	AdPortugal	A informação prevista a reportar dá origem a alterações substanciais, as quais devem ter em consideração o detalhe dos concelhos. Acresce que esta informação tem vindo a constar nos contratos celebrados, pelo que não se mostra claro a necessidade de informação adicional a reportar.	Em relação à percentagem de população mencionada neste número, o que se pretende é definir a informação a remeter à ERSAR. Nas situações em que a informação já consta como anexo ao contrato de parceria, considera-se a obrigação cumprida com o envio do contrato.	

Artigo 7.º Concessão de serviços de titularidade municipal

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A abertura de um procedimento de contratação pública para a concessão de um serviço municipal nos termos previstos nos artigos 31.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.	AdPortugal Ambilital CM de Palmela SMAS de Sintra	A exigência de parecer quanto às peças do concurso, relatórios de avaliação de propostas e à celebração do contrato põe em causa a autonomia local e extravasa a competência legal da ERSAR, não estando prevista na lei.	As peças de concurso e as minutas estão sujeitas a parecer obrigatório da ERSAR por força do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e da alínea. a) do n.º 4 do artigo 5.º, alínea f) do n.º 1 do 24.º, ambos dos Estatutos da ERSAR e artigo 91.º do CPA. Os elementos referidos no n.º 4 constituem elementos sem os quais a ERSAR não pode exercer a sua atribuição, nomeadamente porque sem o relatório de avaliação das propostas não é possível aferir a legalidade e adequabilidade dos critérios utilizados pela entidade titular na seleção da proposta vencedora.	Sem alteração.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade adjudicante envia à ERSAR as peças do procedimento, que incluam o modelo de apresentação do Plano de Investimentos, com o detalhe mínimo definido no anexo 1, acompanhadas da decisão de concessionar e do estudo de viabilidade económica e financeira a que se refere o	AdAlenquer AdPorto AEPsA Aquapor CM de Águeda	Gralha na identificação do artigo 13.º.	Acolhe-se a correção. Alerta-se, no entanto, face a uma renumeração dos artigos, na versão final o artigo 13.º do projeto de regulamento passa a corresponder ao artigo 14.º.	“(…) seguindo as regras estabelecidas no artigo 14.º.”
	CM de Águeda	Deve ser incluída a apresentação da matriz de risco.	Relativamente à necessidade de referir a matriz de risco, cumpre esclarecer que a mesma consta do caderno de encargos que de acordo com o artigo 40.º e 41.º do CCP constituem peças do procedimento concurso público, pelo	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, seguindo as regras estabelecidas no 17º Artigo 13.º.			que a matriz de risco já aqui está incluída.	
4. Após a adjudicação e previamente à celebração do contrato de concessão, a entidade adjudicante remete à ERSAR a versão final das peças do procedimento, o relatório de avaliação das propostas, a decisão de adjudicação, a proposta vencedora e a minuta do contrato de concessão, com o respetivo plano de investimentos que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1, para emissão de parecer sobre os mesmos.	EMAC	O n.º 6 do artigo 27.º e o n.º 3 do artigo 40.º do DL n.º 194/2009, de 20 de agosto, apenas preveem que a intervenção da ERSAR incide sobre a minuta do contrato, pelo que a exigência de relatórios de avaliação das propostas e outros documentos relativos à tramitação do procedimento concursal se traduzem na previsão de exigências documentais adicionais face ao estabelecido na lei, o que configura uma violação do princípio da legalidade, para efeitos do n.º 1 do artigo 143.º do CPA.	A alínea c) do n.º 4 e o n.º 6 do artigo 11 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto confere competência à ERSAR para a emissão de parecer obrigatório não só sobre os contratos, mas também sobre as respetivas peças pré-contratuais. Não obstante não estar legalmente consagrado como peça contratual, o relatório de avaliação das propostas é um elemento sem o qual a ERSAR não pode exercer a sua atribuição, nomeadamente porque sem o mesmo não é possível aferir a legalidade e adequabilidade dos critérios utilizados pela entidade titular a seleção da proposta vencedora.	Sem alteração.
	EMAC	Questiona-se se a ERSAR vai avaliar a correção da apreciação feita pelo júri quanto à análise e avaliação das propostas e caso não concorde com o teor do relatório final e a intenção de adjudicação, o que pode acontecer: anulação do procedimento ou alteração da decisão da adjudicação?	Relativamente aos efeitos do parecer da ERSAR cumpre notar que o mesmo tem caráter obrigatório, mas não vinculativo, podendo no entanto a ERSAR recorrer a tribunal, nos termos da alínea K) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Não se considera necessária por excesso de informação e desproporcionado ao fim pretendido, o envio dos esclarecimentos prestados aos concorrentes, o relatório da avaliação das propostas, a decisão de adjudicação e a proposta vencedora		
5. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de concessão, a entidade adjudicante remete à ERSAR cópia do mesmo, salvo se a concessionária já o tiver feito, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a concessionária, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.	AdP	A informação prevista a reportar dá origem a alterações substanciais, as quais devem ter em consideração o detalhe dos concelhos. Acresce que esta informação tem vindo a constar nos contratos celebrados, pelo que não se mostra claro a necessidade de informação adicional a reportar.	Em relação à percentagem da população, o que se pretende é definir a informação a remeter à ERSAR. Nas situações em que a informação já consta como anexo ao contrato de concessão, considera-se a obrigação cumprida com o envio do contrato.	Sem alteração.
	CM de Águeda	Deve ser salvaguardada a transparência e publicitação da documentação final no sítio da internet.	A publicitação dos contratos e documentos finais de constituição dos sistemas constitui uma obrigação da entidade titular, estando já prevista, nomeadamente no n.º 2 do artigo 61.º do 194/2009, de 20 de agosto, sob pena de incorrer na prática de uma contraordenação.	

Artigo 8.º Concessão de serviços de titularidade estatal (multimunicipais)

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A atribuição de uma concessão multimunicipal apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.	AdPortugal APDA	A atribuição de concessões multimunicipais não está sujeita a parecer obrigatório da ERSAR, nem à audiência obrigatória nos termos da lei.	A obrigatoriedade de parecer sobre a atribuição de concessões de titularidade estatal resulta da conjugação da al. a) do n.º 4 do artigo 5.º com a al. f) do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR que confere à ERSAR poderes para fiscalizar e emitir parecer sobre a atribuição e contratualização de concessões multimunicipais.	Sem alteração.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o membro do Governo responsável pela área do ambiente envia à ERSAR o projeto de diploma de constituição do sistema multimunicipal, acompanhado da minuta do contrato de concessão e respetivos anexos.	CM de Águeda	Deve ficar clara a necessidade de parecer por parte dos municípios envolvidos sobre esta matéria.	A necessidade de audição dos municípios decorre da lei (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho), mas acolhe-se a sugestão de incluir uma referência expressa aos pareceres dos municípios, que constituem um elemento importante para a pronúncia da ERSAR.	“(…) constituição do sistema multimunicipal, acompanhado da minuta do contrato de concessão, <u>dos respetivos anexos e dos pareceres emitidos pelos municípios ou, decorrido o prazo legal sem que os mesmos tenham sido emitidos, de evidência em como os mesmos foram solicitados.</u> ”
	AdPortugal APDA	Ao definir que seja o membro do Governo a enviar o projeto de diploma de constituição do sistema multimunicipal, acompanhado da minuta do contrato de concessão e respetivos anexos, a ERSAR está a condicionar a atuação do próprio Governo (o mesmo se aplica no caso do n.º 4 do mesmo preceito).	A atribuição e contratualização de concessões multimunicipais está sujeita a parecer obrigatório da ERSAR conforme resulta do artigo 5.º e alínea f) do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR conjugado com o n.º 2 do artigo 92.º do CPA. A exigência de ser o membro do Governo a enviar o projeto de diploma de constituição do sistema	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			multimunicipal e respetivos anexos reside no facto de representar a entidade titular que concessionaria o serviço, estando nessa qualidade sujeita à atuação da ERSAR.	
	AdPortugal APDA	Devem ser clarificados quais os anexos a remeter. Os contratos e respetivos anexos, para além de serem elaborados nos termos do disposto na legislação, podem incluir informação adicional, decorrente do que as partes acordarem, não sendo exequível a preparação de informação que não a que as partes acordarem.	A obrigatoriedade abrange todos os anexos que integrem o contrato de concessão.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. As minutas dos contratos de concessão referidas no número anterior incluem informação sobre a delimitação do âmbito geográfico de intervenção da entidade gestora, respetivos objetivos de serviço público e, salvo no caso das concessões abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho: a) O plano de investimentos inicial que inclua cronograma físico e financeiro, que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 2,	AdPortugal APDA	Alínea a): Nos diplomas legais que regem a constituição de sistemas multimunicipais dos serviços de águas e os termos das respetivas concessões - Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro e Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho - não vigora qualquer obrigação de detalhe do plano de investimentos inicial nos termos exigidos no regulamento sob análise.	A ERSAR no âmbito da sua atividade de regulação económica acompanha a realização de investimentos verificando a sua conformidade com o Projeto Global e com o EVEF, anexos aos CC. Assim, para o cumprimento dessa atribuição foi elaborado o anexo 2, ao presente regulamento, com o objetivo de uniformizar o reporte da informação. Por outro lado, este reporte pode ser igualmente enquadrado na obrigatoriedade de reporte da informação das EG à ERSAR.	Sem alteração.
	Aquapor AdAlenquer AEPSA	Gralha na identificação do artigo 13.º. na alínea c)	Gralha corrigida. Alerta-se, no entanto, face a uma renumeração dos artigos, na versão final o artigo 13.º do projeto de	“c) O estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido pelo artigo

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>b) Os pressupostos económico-financeiros para os principais custos de operação, manutenção e capital, e pressupostos de atividade;</p> <p>c) O estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido pelo 17º Artigo 13.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável.</p>	Ambilital		regulamento passa a corresponder ao artigo 14.º.	14.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável”
	CM de Águeda	O ficheiro relativo ao EVEF a que se refere a alínea c) não pode ser entregue em formato de ficheiro de folha de cálculo editável, considerando que o estudo apresentado não pode estar na livre possibilidade de ser alterado por quem quer que seja, a não ser o seu autor (idem artº12º, nº4 e nº6 e artº43º).	O envio do ficheiro relativo ao EVEF com fórmulas e em formato editável tem por objetivo facilitar a análise da ERSAR ao documento efetivamente apresentado no processo de concessão, nomeadamente no que respeita à verificação do cumprimento de regras de cálculo, validação de imputações e outras análises. Alterações do ficheiro recebido poderão eventualmente ser feitas, mas sempre a título de verificação interna da ERSAR, não produzindo quaisquer efeitos sobre o ficheiro enviado para suporte ao processo de concessão. A propósito da autoria do modelo, referir que a ERSAR e os seus colaboradores estão nos termos da Lei e do próprio regulamento sujeitos ao dever de sigilo, razão pela qual os modelos disponibilizados pelas entidades gestoras não serão divulgados a terceiros.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	Esta disposição deve ainda compreender a matriz de risco do projeto.	A matriz de risco assume especial relevância nos contratos com privados. Estando em causa sistemas multimunicipais esta situação coloca-se principalmente às concessões	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, nas quais a matriz de risco é assegurada pelas normas constantes do Regulamento tarifário.	
4. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de concessão, o membro do Governo responsável pela área do ambiente remete à ERSAR cópia do mesmo, salvo se a concessionária já o tiver feito, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a concessionária, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.	CM de Águeda	Deve ser salvaguardada publicitação da documentação final no site da internet.	A publicitação dos contratos e documentos finais de constituição dos sistemas constitui uma obrigação da entidade titular, estando, no caso dos serviços municipais, legalmente prevista, nomeadamente no n.º 2 do artigo 61.º do DL n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração.

Artigo 9.º Subconcessão de serviços de titularidade estatal ou municipal

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A subconcessão de parte de um serviço de titularidade estatal ou municipal apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou ao decurso do respetivo prazo.	AEPSA	Proposta de correção de redação: "... parecer da ERSAR ou no decurso do respetivo prazo."	Acolhe-se a correção..	"(...) a emissão de parecer da ERSAR ou <u>o</u> decurso do respetivo prazo."
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a concessionária envia à ERSAR a minuta do contrato de subconcessão incluindo os respetivos anexos nos termos do n.º 3. do Artigo 8.º, acompanhada da autorização do concedente,	AEPSA Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	Falta a referência ao lançamento de concurso público	Apenas estarão sujeitas à obrigação de abertura do procedimento de contratação pública para a atribuição de uma subconcessão as concessionárias de serviços de titularidade estatal e capital maioritariamente público (as concessionárias de serviços municipais de águas e resíduos não são entidades adjudicantes à luz do artigo 2.º ou 7.º do CCP). Sem prejuízo, reconhece-se a pertinência do comentário e ajusta-se a redação.	"2. Para os efeitos previstos no número anterior, a concessionária envia à ERSAR <u>os</u> elementos referidos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 8.º ou no n.º 3 do <u>artigo 9.º, consoante seja ou não aplicável um prévio procedimento de contratação pública, bem como a autorização do concedente para a subconcessão.</u> "
3. No prazo de 15 dias após a celebração do contrato de subconcessão, a concessionária remete à ERSAR cópia do mesmo, informando sobre a data de transferência da responsabilidade pela gestão do sistema para a subconcessionária, identificando a área de intervenção do respetivo sistema e	CM de Águeda	Deve ficar salvaguardada a obrigatoriedade de publicar a documentação final na internet	A publicitação dos contratos e documentos finais de constituição dos sistemas constitui uma obrigação da entidade titular, estando já prevista, nomeadamente no n.º 2 do artigo 61.º do 194/2009, de 20 de agosto, sob pena de incorrer na prática de uma contraordenação.	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
percentagem da população residente abrangida, com desagregação ao nível da freguesia.				

Artigo 10.º Outros procedimentos de atribuição da gestão de serviços

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Nos casos em que os municípios ou o Estado atribuam a gestão de serviços de águas ou resíduos a uma entidade juridicamente distinta seguindo um procedimento não previsto nos artigos anteriores, a prática do ato ou a celebração do contrato através do qual se pretenda operar a transferência de responsabilidade pela gestão do serviço em causa apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou após o decurso do respetivo prazo.	AdAlenquer AEPSA Aquapor CM de Alenquer	Deve clarificar-se que o âmbito da gestão de serviços não engloba prestações de serviço. Proposta de redação: "Nos casos em que os municípios ou o Estado atribuam a gestão de serviços de águas ou resíduos a uma entidade juridicamente distinta - excluindo-se do âmbito da gestão a modalidade de prestação de serviços - seguindo um procedimento [...]"	Os contratos de prestação de serviços distinguem-se dos contratos de concessão por não implicarem a transferência de responsabilidade pela gestão do serviço, pelo que se considera desnecessária a ressalva.	Sem alteração.
	CM de Lagos	Sendo o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto um artigo onde se estabelecem os modelos de gestão de uma forma tipificada, questiona-se quais os casos que a presente disposição do regulamento pretende abranger, sugerindo-se a sua exemplificação para facilitar a sua aplicação e interpretação.	Pretende-se abranger situações atípicas, na linha do que é previsto no n.º 4 do artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, que estende o âmbito de regulação da ERSAR a todas as entidades que assumam a responsabilidade pela gestão de serviços no âmbito dos setores regulados, independentemente da sua natureza pública ou privada e do título	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			que legitima o exercício daquelas atividades. Por serem situações atípicas, torna-se difícil a sua exemplificação.	
	APDA	Entende-se a lógica da regra, mas, tendo presente a amplitude da norma constante do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a mesma pode suscitar dificuldades, dado o seu âmbito: as redes internas de abastecimento de água nos condomínios cabem na previsão da norma, mas não se pretende certamente excluí-las, pelo que se justificaria uma clarificação.	Este artigo refere-se a procedimentos de transferência de gestão de sistemas públicos, pelo que as redes internas de abastecimento de água nos condomínios não são abrangidas por este artigo, uma vez que correspondem à rede predial.	
	Ambilital	A exigência de parecer prévio da ERSAR, vai além do que está previsto na lei.	A competência para a ERSAR emitir parecer sobre estas matérias decorre da conjugação do n.º 4 do artigo 4 com a alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º e a alínea f.) do artigo 24.º dos seus Estatutos.	
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o pedido de parecer à ERSAR é acompanhado de elementos que fundamentem a decisão de transferência de responsabilidade pela gestão do serviço do ponto de vista jurídico, técnico e económico.	CM de Águeda	Deveriam ser mais densificados os elementos que fundamentem a decisão de transferência de responsabilidade pela gestão do serviço do ponto de vista jurídico, técnico e económico.	Não é possível fazer uma densificação dos fundamentos, na medida em que devem ser considerados todos os fundamentos que venham a estar na base de transferência da responsabilidade e que variam em função do caso em concreto	Sem alteração
	CM de Mafra	Deveria ser clarificado qual o sentido e alcance do termo “ <i>técnico</i> ”, designadamente no que respeita ao seu <i>âmbito e especialidades</i> .	O termo “ <i>Técnico</i> ” - engloba tudo o que respeita à construção, manutenção e operação das infraestruturas e equipamentos	

Artigo 11.º Celebração de outros contratos relativos à gestão de serviço

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A celebração de contratos de fornecimento de água para abastecimento público, de recolha de águas residuais ou de entrega e receção de resíduos urbanos com os utilizadores dos serviços e dos pactos sociais ou parassociais e dos protocolos que sejam relevantes para a atividade regulada apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.	Ambilital EMAC	A exigência de parecer prévio da ERSAR, vai além do que está previsto na lei.	A competência para a ERSAR emitir parecer sobre estas matérias decorre da conjugação da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º com a alínea f) do artigo 24.º dos seus Estatutos.	Sem alteração.
	EGF	A obrigação de submeter a prévio parecer da ERSAR os pactos sociais, acordos parassociais e, bem assim, protocolos relevantes em matéria regulada parece ir muito além do espírito da referida da alínea f) do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR. A própria alínea a) do n.º 4 do artigo 5º dos Estatutos da ERSAR refere o poder de fiscalização e não propriamente a existência de um parecer, que inclusive, temporariamente, inibe a celebração dos referidos acordos parassociais. O poder de fiscalização da ERSAR deverá ter lugar por via da obrigação de envio de cópia dos documentos, como previsto no n.º 3 do artigo 11º, extravasando as competências da ERSAR a obrigação de uma emissão de parecer	A atribuição prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos (fiscalização do cumprimento da lei na fase de criação, contratualização e alteração de contratos) materializa-se na emissão de pareceres prévios à celebração dos referidos contratos, nos termos da alínea f) do artigo 24.º dos seus Estatutos (obrigatórios nos termos do artigo 91.º do CPA). Importa notar que nos pactos sociais, acordos parassociais e protocolos a que se refere a presente disposição são muitas vezes inseridas regras que condicionam de forma relevante a gestão do serviço regulado, assumindo materialmente uma relevância equivalente à do próprio contrato de concessão ou de gestão delegada, razão pela qual se considera que estão sujeitos a parecer da ERSAR.	
	APDA	Este artigo tem um âmbito muito genérico, sendo clara a sua utilidade para a atribuição de gestão, como é	A distinção sugerida já está refletida no preceito: o n.º 1 abrange contratos, pactos sociais ou parassociais e	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>induzido pela epígrafe, designadamente na relação alta/baixa.</p> <p>Na relação das entidades gestoras em baixa com consumidores ou utilizadores, parece menos clara: embora o n.º 4 deva pretender abranger apenas casos específicos de contratação, podem ficar abrangidas pela previsão, por exemplo, as minutas de contratação de fornecimento dos serviços em baixa com os consumidores domésticos.</p> <p>Seria talvez preferível distinguir regras para os dois âmbitos (alta-baixa baixa consumidores/utilizadores).</p>	protocolos referentes à gestão em alta e em baixa dos serviços regulados, enquanto o n.º 4 tem em vista apenas o <u>modelo</u> de contrato a celebrar com os utilizadores finais.	
	AdPortugal APDA CM de Lagos SMAS de Sintra	A expressão “relevantes para a atividade regulada” é vaga, indeterminada e de alcance impercetível, devendo concretizar-se quais os protocolos que são relevantes para a atividade regulada.	Deverá entender-se como pactos sociais ou parassociais e protocolos relevantes todos aqueles que tenham impacto na forma como é desenvolvida a atividade regulada.	
2. Para os efeitos previstos no número anterior, as entidades gestoras remetem à ERSAR as minutas dos contratos, dos pactos sociais ou parassociais e dos protocolos.	CM de Águeda	Faz pouco sentido enviar para a ERSAR os contratos de fornecimento.	Aquilo que se pretende que seja remetido à ERSAR é o modelo de contrato devidamente aprovado pela entidade gestora e não todos os contratos celebrados com os utilizadores finais. Esta exigência destina-se a permitir a verificação pela ERSAR do cumprimento do disposto no	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			artigo 63.º do DL n.º 194/2009, de 20 de agosto.	
4. No caso de contratos de fornecimento e recolha com utilizadores finais é remetida à ERSAR a minuta final aprovada pela entidade titular do serviço, no prazo de 15 dias após a sua aprovação.	AdPortugal	Deverá ser efetuada a uniformização de conceitos: “contratos de fornecimento de água para abastecimento público (artigo 11.º/1) e contratos de fornecimento (artigo 11/4). Contratos de recolha de águas residuais (artigo 11.º/1) e contratos de recolha (artigo 11/4).	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“4. No caso de contratos de fornecimento <u>de água para abastecimento público, de recolha de águas residuais e de entrega e receção de resíduos urbanos com utilizadores finais é remetido à ERSAR o modelo de contrato aprovado</u> pela entidade titular do serviço, no prazo de 15 dias após a sua aprovação.”

Artigo 12.º Alteração de contratos relativos à gestão de serviços de titularidade estatal ou municipal

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A revisão de contratos relativos à gestão de serviços de águas e resíduos apenas pode ser realizada após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do respetivo prazo.	AdPortugal EMAC	A revisão de contratos relativos à gestão dos serviços não está sujeita a parecer obrigatório da ERSAR. A lei apenas prevê a subordinação da revisão do contrato de gestão delegada à audição obrigatória da ERSAR (cfr. artigo 29.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto)	A audição obrigatória da ERSAR traduz-se na emissão de parecer, conforme resulta do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º e alínea f) do n.º 1 do 24.º dos respetivos Estatutos. e do n.º 2 do artigo 91.º do CPA.	Sem alteração.
	EGF	A ERSAR apenas tem competência para fiscalizar as alterações aos contratos de concessão e não para emitir parecer.	A fiscalização implica a emissão de parecer sobre as alterações contratuais, conforme previsto na alínea f) do artigo	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			24.º dos Estatutos da ERSAR (sendo, por isso, um parecer obrigatório nos termos do artigo 91.º do CPA).	
	EGF	Sujeitar as alterações contratuais relativas aos sistemas de titularidade Estatal torna o processo burocrático porque as alterações vão ser aprovadas pelo próprio concedente e este irá também consultar a ERSAR.	Não se exigem dois pedidos sucessivos de parecer. O n.º 2 identifica quem deve pedir o parecer. No caso de alterações acordadas pelas partes, a alínea b) do n.º 2 define que o pedido deve ser apresentado por ambas, evidenciando que existe tal acordo, tendo como intenção agilizar o processo.	
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a minuta e os anexos a alterar são enviados à ERSAR: a) Pela entidade titular, no caso de alteração unilateral do contrato; b) Por ambas as partes, nos restantes casos.	CM de Águeda	Não são tipificadas as situações de incumprimento.	No presente regulamento não são tipificadas quaisquer sanções para eventuais incumprimentos aos procedimentos aqui previstos ou aos contratos. Os procedimentos sancionatórios serão tipificados em sede própria.	Sem alteração.
3. Consideram-se incluídos no número anterior os contratos de concessão de serviços multimunicipais e municipais, os contratos de gestão delegada de serviço municipais, os contratos de parceria e de gestão, os contratos de fornecimento e de recolha com os utilizadores dos serviços, pactos sociais ou	AdPortugal SMAS de Sintra	Deveria concretizar-se quais os protocolos que sejam relevantes para a atividade regulada.	Deve entender-se como protocolos relevantes todos aqueles que tenham impacto na atividade regulada.	Sem alteração.
	EGF	A obrigação de submeter a prévio parecer da ERSAR os pactos sociais, acordos parassociais e, bem assim, protocolos relevantes em matéria regulada parece ir muito além do espírito da referida da alínea f) do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR.	Importa notar que nos pactos sociais, acordos parassociais e protocolos a que se refere a presente disposição são muitas vezes inseridas regras que condicionam de forma relevante a gestão do serviço regulado, assumindo materialmente uma relevância	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
parassociais e outros acordos ou protocolos que sejam relevantes para a atividade regulada e modificação das participações sociais das entidades gestoras.		A própria alínea a do n.º 4 do artigo 5º dos Estatutos da ERSAR refere o poder de fiscalização e não propriamente a existência de um parecer, que inclusive, temporariamente, inibe a celebração dos referidos acordos parassociais. O poder de fiscalização da ERSAR deverá ter lugar por via da obrigação de envio de cópia dos documentos, como previsto no n.º 3 do artigo 11º, extravasando as competências da ERSAR a obrigação de uma emissão de parecer.	equivalente à do próprio contrato de concessão ou de gestão delegada, razão pela qual se considera que estão sujeitos a parecer da ERSAR.	
4. No caso de alteração de contratos de concessão de serviços municipais, o pedido de parecer à ERSAR é acompanhado de um relatório comparativo do histórico de cumprimento das obrigações de ambas as partes, do parecer da respetiva comissão de acompanhamento e, sempre que se trate da reposição do respetivo equilíbrio económico-financeiro, de um estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido no Artigo 13.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável.	AdPortugal	A sujeição à exigência de conteúdo previsto no artigo 13.º deve ser reformulada porquanto a norma em causa prevê no n.º 2 elementos informativos que se referem a comparador de modelos, sendo que, no caso de alterações de contratos vigentes, não se compreende a necessidade de estabelecer comparações com cenários alternativos ao modelo vigente, devendo na remissão cingir-se ao n.º 5 do artigo 13.º do projeto de regulamento.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação, alertando-se, no entanto, para o facto de o artigo 13.º passar a corresponder ao artigo 14.º da versão final.	“(…) com o conteúdo exigido <u>nos</u> n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º (…)”
	CM de Águeda	O conteúdo do relatório comparativo deveria ser detalhado.	O conteúdo do relatório comparativo do histórico de cumprimento das obrigações contratuais depende de quais sejam as obrigações definidas em	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			cada contrato. O que se pretende é que sejam elencadas as diferentes obrigações, para cada uma das partes, e o seu grau de cumprimento.	
	CM de Águeda	A ERSAR poderia avaliar e opinar sobre os membros da comissão de acompanhamento.	A ERSAR não tem competência para se pronunciar sobre os membros da comissão de acompanhamento, a qual deve ser constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	Deveria ainda ser salientada a questão relativa à alteração da matriz de riscos.	No caso de contratos com operadores privados selecionados através de procedimentos concursais, não serão admissíveis alterações à matriz de riscos.	Sem alteração quanto a este aspeto.
5. O estudo de viabilidade económico-financeira a que se refere o número anterior deve ser preparado de forma a retratar cada evento justificativo da reposição do equilíbrio e o respetivo impacto, face ao cenário subjacente ao contrato de concessão em vigor.	CM de Águeda	Devia ser clarificada a questão do "cenário subjacente".	Por cenário subjacente deverá entender-se aquele que reflete os pressupostos do contrato em vigor.	Sem alteração.
6. No caso de alteração de contratos de gestão delegada de serviços municipais, o pedido de parecer à ERSAR é instruído com os elementos previstos no n.º 3	AdPortugal	A sujeição à exigência de conteúdo previsto no artigo 13.º deve ser reformulada porquanto a norma em causa prevê no n.º 2 elementos informativos que se referem a	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação, alertando-se, no entanto, para o facto de o artigo 13.º passar a corresponder ao artigo 14.º da versão final.	“(…) com o conteúdo exigido <u>nos</u> <u>n.ºs 4 e 5</u> do artigo 14.º (...)”

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, incluindo um estudo de viabilidade económico-financeira, com o conteúdo exigido no Artigo 13.º, em formato de ficheiro de folha de cálculo editável.		comparador de modelos, sendo que, no caso de alterações de contratos vigentes, não se compreende a necessidade de estabelecer comparações com cenários alternativos ao modelo vigente, devendo na remissão cingir-se ao n.º 5 do artigo 13.º do projeto de regulamento.		
7. No caso de alteração de contratos de concessão de serviços multimunicipais o pedido é acompanhado de evidências do impacto da alteração pretendida nas condições de prestação do serviço pela concessionária e pelas demais gestoras afetadas, nomeadamente ao nível dos aspetos a que se refere o n.º 3 do Artigo 8.º.	AdPortugal	Deve ser clarificada e densificada a expressão: “ <i>impacto da alteração pretendida nas condições da prestação do serviço pela concessionária e pelas demais entidades gestoras afetadas...</i> ”	O que se pretende é que o pedido de parecer seja acompanhado de um Plano de investimentos e de um EVEF que reflita as alterações pretendidas, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 8.º do presente regulamento.	Sem alteração.
	EGF	Não são identificadas as normas base que este número e o seguinte pretendem concretizar.	A emissão de parecer sobre a revisão de contratos de concessão multimunicipais resulta da alínea a) do n.º 4.º do artigo 5.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR que comete a esta entidade a atribuição de fiscalizar o cumprimento das disposições legais, contratuais e regulamentar na fase de alteração contratual garantido o interesse público, onde se inclui o equilíbrio financeiro da concessão e a qualidade de serviço prestado aos utilizadores.	
	CM de Águeda	Deveria contemplar também o devido estudo de viabilidade económica e financeira.	O estudo de viabilidade económica e financeira já está contemplado na remissão para o nº 3 do artigo 8.º.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			(artigo 9.º da versão final do documento).	
8. Quando a alteração a que se refere o número anterior resulte de uma modificação do âmbito geográfico da concessão, o pedido é ainda acompanhado da pronúncia de todos os municípios envolvidos, para emissão de parecer prévio ao despacho reconhecendo o interesse público daquela alteração.	EGF	<p>Relativamente à exigência de audiência a todos os municípios envolvidos, não se compreende por que razão não se pode considerar ser o objetivo cumprido em sede de assembleia geral ou do conselho consultivo da Concessionária. A pronúncia de todos os municípios nos termos referidos parece apenas existir em sede de criação dos sistemas, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho e é competência do Governo. Acresce que a modificação do contrato de concessão depende de acordo entre a Concessionária e o Concedente nos termos da Base XLVII do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho (Bases da Concessão), podendo o Concedente submeter a parecer do Conselho Consultivo (Base XXVII)</p> <p>A emissão de parecer não é compatível com o poder de fiscalização constante da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º dos Estatutos da ERSAR, sob pena de se deturpar os poderes de sindicância que são atribuídos a esta entidade.</p>	<p>Está previsto em todos os diplomas de criação dos sistemas que em caso de alargamento do seu âmbito, têm de ser ouvidos todos os municípios envolvidos. Relativamente à alteração do âmbito territorial por diminuição, a pronúncia dos municípios é um elemento que a ERSAR considera igualmente como imprescindível para que se possa pronunciar adequadamente sobre o assunto, na medida em que os mesmos, enquanto utilizadores, serão diretamente afetados por tal decisão. Por forma a salvaguardar as situações em que apesar de notificados para o exercício da pronúncia sobre a alteração do âmbito geográfico da concessão, os municípios não o façam, o pedido pode ser instruído com evidências de que a notificação aos municípios foi efetuada com uma antecedência mínima de 45 dias. Para o efeito adita-se um novo número a seguir ao n.º 8 do projeto (fruto da introdução de um novo n.º 7 que provocou a renumeração dos números subsequentes este novo número é apresentado como n.º 10).</p>	10. (novo) Na falta de pronúncia, a entidade gestora deve apresentar evidências de que a notificação aos municípios foi efetuada com uma antecedência mínima de 45 dias.

Artigo 13.º Comparador de modelos de gestão, estudo de viabilidade económico-financeira e plano de investimentos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O estudo que fundamenta a racionalidade económica e financeira acrescida face ao modelo de gestão vigente e que acompanha o pedido de parecer à ERSAR sobre a decisão de alteração do modelo de gestão denomina-se comparador de modelos de gestão.	APDA	O comparador impõe uma grande complexidade na avaliação de modelos alternativos de gestão, que poderá ser excessiva para a avaliação da opção por gestão delegada, designadamente quando essa opção parece merecer um incentivo, de forma a serem superadas situações de serviços de pequena dimensão em gestão direta e sem especialização.	O comparador deve ser aplicado a todas as alterações de modelo de gestão, uma vez que o modelo de gestão delegada não é garantia de maior valor face aos outros modelos de gestão, nomeadamente o de gestão direta.	Sem alteração.
	LIPOR	O comparador de modelos de gestão, estudo de viabilidade económico-financeira e plano de investimentos apesar de ser uma ideia que <i>ab initio</i> não merece objeção, deverá permitir salvaguardar as especificidades e idiossincrasias de cada um dos sistemas	As especificidades e idiossincrasias de cada um dos sistemas e modelos de gestão são salvaguardados no n.º 3.	
	AdPortugal EMAC	A lei não prevê a obrigação de pedido de parecer à ERSAR sobre a decisão de alteração do modelo de gestão.	A alteração do modelo de gestão implica a criação de uma nova entidade gestora. A lei exige sempre que essa decisão seja sujeita ao parecer da ERSAR, por força do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º e alínea f) do n.º 1 do 24.º dos respetivos Estatutos.	
	AdPortugal EMAC	Sem prejuízo da sua utilidade para a dita comparação, a exigibilidade de envio do comparador de modelos de gestão não se encontra previsto na lei.	O comparador de modelos de gestão constitui um exercício básico de fundamentação da decisão de criação de um novo modelo de gestão e	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			correspondente entidade gestora (respondendo à exigência legal de demonstração da racionalidade económica e financeira acrescentada), sendo, por esse motivo, um elemento necessário ao exercício, pela ERSAR, das suas competências legais, que visam a promoção do aumento da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços regulados, assegurando a existência de condições que permitam a obtenção do equilíbrio económico e financeiro por parte das atividades dos setores regulados exercidos em regime de serviço público.	
	AdPortugal EMAC	A expressão: “ racionalidade económica e financeira acrescida” é vaga, indeterminada e alcance impercetível pelo que precisa de ser concretizada.	A “racionalidade económica e financeira acrescida” corresponde ao benefício acrescentado para os utilizadores no modelo equacionado face ao modelo em vigor. Não podendo deixar de representar uma melhoria do serviço prestado aos utilizadores, esse benefício pode, no entanto, assumir várias formas, pelo que não será adequado concretizar o conceito de " racionalidade económica e financeira". Ao fazê-lo poder-se-á restringir o leque de objetivos possíveis e de não se considerarem as especificidades de cada situação.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2. O comparador de modelos de gestão contém, para cada uma das alternativas equacionadas, pressupostos comuns referentes, no mínimo, aos seguintes aspetos:</p> <p>a) Identificação dos serviços, horizonte temporal e territorial;</p> <p>b) Objetivos da qualidade de serviço e metas a atingir;</p> <p>c) Pressupostos de natureza macroeconómica, demográfica e socioeconómica, publicados por entidades oficiais;</p> <p>d) Pressupostos económico-financeiros e de atividade que dão origem aos estudos de viabilidade económica e financeira inerentes a cada modelo de gestão;</p> <p>e) Estrutura tarifária e os incrementos máximos reais admitidos;</p> <p>f) Cadastro e inventário das infraestruturas e equipamentos existentes com indicação do respetivo valor líquido contabilístico.</p>	<p>AdSJoão AEPSA Indaqua Feira Indaqua Matosinhos Indaqua Oliveira de Azeméis Indaqua Santo Tirso / Trofa, Indaqua Fafe Indaqua Vila do Conde</p>	<p>Alínea e): É necessário compatibilizar com a proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas em elaboração, atualmente baseado no modelo de Proveitos Permitidos onde não há na versão em análise trajetória tarifária nem limites de variação tarifária.</p>	<p>O Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas ainda não está concluído. A elaboração do presente regulamento teve em consideração o quadro legal em vigor. Se vierem a ser introduzidas alterações nestas matérias, o presente Regulamento será adaptado em conformidade.</p>	Sem alteração.
	<p>AdAlenquer AdPorto AEPSA APDA AQUAPOR CM Alenquer CM de Mafra</p>	<p>Alínea f): Relativamente ao apuramento dos valores líquidos contabilísticos deve ficar expresso que a metodologia a adotar será a já definida pela ERSAR para a GPI (Gestão Patrimonial de Infraestruturas).</p>	<p>Neste momento, a ERSAR ainda não tem uma metodologia de apuramento dos valores líquidos contabilísticos. No entanto, no processo de avaliação da qualidade do serviço de 2016, a ERSAR implementou, em fase de testes, o Índice de Valor da Infraestrutura que já vai ao encontro da metodologia proposta pelo LNEC no âmbito do GPI.</p>	Sem alteração.
<p>3. O comparador de modelos de gestão inclui ainda pressupostos</p>	<p>CM de Águeda</p>	<p>Deve ser clarificado o que pretende com os "cenários diferentes" e também</p>	<p>Conforme resulta dos números anteriores, os cenários diferentes</p>	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
que podem assumir cenários diferentes decorrentes das especificidades de cada um dos modelos de gestão equacionados, incluindo o atual, relativos a:		deveria ser incluído na frase "no mínimo", dado que outras especificidades podem ser incluídas.	correspondem a cada uma das alternativas equacionadas no comparador. Entende-se que o conceito não carece de clarificação e que não há necessidade de incluir a frase "no mínimo".	
a) Plano de investimentos alinhado com os planos estratégicos do sector, que inclua um cronograma físico e financeiro que inclua, no mínimo, a informação constante dos quadros do anexo 1; b) Plano de financiamento incluindo os mapas de serviço de dívida; c) Demonstrações financeiras previsionais, como sejam demonstração de resultados, balanço, mapa de fluxos de caixa; d) Partilha de riscos entre a entidade gestora e titular, se aplicável; e) Partilha de benefícios com os utilizadores; f) Participação de um parceiro privado, se aplicável.	AEPSA	Proposta correção de redação: "... gestão delegada de serviços municipais".	A correção proposta não parece aplicável à norma em análise.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. Todos os pressupostos referidos nos n.os 2. 3 suportam os estudos de viabilidade económica e financeira subjacentes a cada modelo de gestão, que são apresentados à ERSAR em formato de folha de cálculo editável e nos termos do número seguinte.	CM de Águeda	A folha de cálculo, para além de ser editável deve conter a formulação que determina os cálculos. Devia ser também considerada a informação relativa à matriz de riscos do sistema e à sua assunção. Em particular, a comparação deve ser sempre efetuada com o <i>status quo</i> atual de não fazer nada.	A proposta já está contemplada no n.º 2 do artigo 43.º do presente regulamento. A inclusão da matriz de risco está prevista alínea d) do n.º 3 do artigo em análise.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AQUAPOR, CM Alenquer AdAlenquer AEPSA APDA AdPorto CM de Mafra	Gralha de redação na remissão para os n.ºs 2 e 3.	Gralha corrigida.	“(...) pressupostos referidos nos n.ºs 2 e 3 suportam os estudos de viabilidade (...)”
6. No caso de ser equacionado o modelo de gestão concessionada de serviços municipais, os pressupostos referidos no n.º 2 constituem aspetos não submetidos à concorrência, funcionando os aspetos referidos no n.º 3 como referenciais ou parâmetros base na análise das propostas apresentadas.	APDA	O modelo de avaliação de contratação pública da concessão resultante do n.º 6 restringe as opções decorrentes do Decreto-Lei n.º 194/2009, por exemplo sobre a forma de avaliar a componente tarifária: a restrição do atual âmbito das opções legais por via regulamentar não será uma aplicação excessiva da dimensão regulatória?	Não se compreende o comentário pois considera-se que o n.º 2 do artigo 13.º do regulamento está alinhado com os aspetos que o artigo 38.º do DL n.º 194/2009, de 20 de agosto, prevê serem definidos no caderno de encargos e o n.º 3 do artigo 13.º está articulado com os aspetos que devem ser considerados na seleção das propostas de acordo com o artigo 39.º do referido diploma legal.	Sem alteração.

Artigo 14.º Aprovação de regulamentos de serviço público

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A aprovação, pela entidade titular, de regulamentos de serviço público apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou após o decurso do respetivo prazo.	CM de Viana do Alentejo	Tem de se articular com a data de envio da proposta tarifária (até 15/10) e o prazo necessário de 30 dias antes de se aprovar (final de novembro), para que o mesmo tenha início no dia 1 do ano N+1.	Não existe qualquer obrigatoriedade legal do regulamento de serviço da entidade gestora entrar em vigor no início do ano, pelo que não se entende o comentário ou a necessidade de articulação de prazos com os previstos para a aprovação tarifária por parte do município.	Sem alteração.
2. No caso de serviços municipais, a entidade titular envia à ERSAR o projeto de regulamento antes do final do período de consulta pública previsto no n.º 3 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, juntamente com informação sobre a data de início e de fim do procedimento de consulta pública.	CM de Viana do Alentejo	Será necessário definir o prazo de consulta pública, que terá de ser sempre depois do prazo dado à ERSAR para emitir o seu parecer.	De acordo com o n.º 4 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a emissão de parecer é solicitada durante o período de consulta pública.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	LIPOR	Seria importante o regulamento “abrir a porta” a projetos de regulamentos intermunicipais.	Sendo esse o objetivo da norma, melhora-se a redação do n.º 2.	“2. No caso de serviços de titularidade municipal, a entidade titular envia à ERSAR o projeto de regulamento antes do final do período de consulta pública previsto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, juntamente com informação sobre a data de início e de fim do procedimento de consulta pública.”
	AdRibatejo	A redação atual “No caso de serviços municipais...” é ambígua. Julga-se que se pretende dizer “serviço de titularidade municipal”, uma vez que no n.º 3 se referem os serviços de titularidade estatal proposta: “No caso dos serviços de titularidade municipal...”.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	
4. No prazo de 15 dias após a publicação do regulamento, a entidade gestora informa a	CM de Lagos	Seria mais lógico nos 15 dias subsequentes à aprovação, dado que a publicação é realizada em Diário da República, nos termos do previsto no	Acolhe-se parcialmente sugestão, mantendo-se o envio a partir da publicação e não da aprovação, uma vez	“4. No prazo de 15 dias após a publicação do regulamento em Diário da República, a entidade gestora remete à ERSAR o

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
ERSAR de tal facto, remetendo cópia do regulamento aprovado.		artigo 139.º do CPA, bastando nesse caso, apenas informar a ERSAR de tal, indicando o <i>link</i> respetivo., p.e.	que a publicação constitui um requisito de eficácia do regulamento.	endereço eletrónico da respetiva publicação no seu sítio da Internet.”
6. Os regulamentos a que se refere o número anterior são publicados pela entidade gestora no respetivo sítio da internet, no prazo de 10 dias contados da receção da decisão de aprovação da ERSAR.	CM de Águeda	O prazo é manifestamente reduzido, sobretudo, quando o parecer mesmo que positivo e aprovação do Regulamento impõe alterações substantivas ao Regulamento, pelo que se deve reajustar este prazo. Poderá ser ainda equacionado a obrigatoriedade de revisão do Regulamento com uma determinada periodicidade (máxima), para a sua adaptação a atualização às novas realidades.	Este número refere-se à publicação de regulamentos de serviços de entidades gestoras de serviços multimunicipais de resíduos com capitais exclusiva ou maioritariamente privados, cuja aprovação compete à ERSAR nos termos do disposto na Base XXVIII do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho. O prazo de 10 dias mostra-se adequado, na medida em que se destina apenas à publicação de um regulamento já aprovado e não sujeito a alterações.	Sem alteração.
7. Os projetos de regulamentos referidos no presente artigo são submetidos à ERSAR no prazo de um ano contado a partir da data de constituição da entidade gestora, ou, no caso de entidades gestoras já existentes e que não disponham ainda de regulamento aprovado, no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do presente regulamento.	SMAS de Sintra	É reduzido o prazo de um ano para aprovação do regulamento de serviços uma vez que se trata de um documento que previamente tem de ser aprovado pelas assembleias municipais. Esta situação dos prazos é particularmente relevante no caso de sistemas intermunicipais, que contemplam 2 ou mais municípios, o que torna o processo moroso.	Considera-se que o prazo de um ano é suficiente para a elaboração e aprovação do regulamento, sendo de notar a importância da sua aprovação para os utilizadores dos serviços.	Sem alteração.
		Deve ser reforçada a necessidade de auscultação das entidades gestoras em baixa na elaboração dos regulamentos em alta.	A auscultação dos municípios já está garantida no n.º 3 (para as entidades gestoras de capitais maioritariamente públicos) e no n.º 5 (para as entidades	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			gestoras de capitais maioritária ou exclusivamente privados abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho).	

Artigo 15.º Conteúdo mínimo dos regulamentos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O conteúdo dos regulamentos a que se refere o n.º 2 do artigo anterior obedece ao disposto na Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro.	CM de Águeda	Julga-se que o artigo apenas deveria acrescentar os conteúdos, que não são referidos na Portaria nº 34/2011, tal como sucede com as referências ao Decreto-Lei nº 194/2009.	A Portaria respeita aos regulamentos de serviço em baixa, enquanto o n.º 2 do presente artigo se refere aos regulamentos de serviços em alta, relativamente ao qual não estava definido o conteúdo mínimo.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	APDA	Gralha na redação (identificação do número)	Gralha corrigida.	“1. O conteúdo dos regulamentos a que se refere o n.º 2 do artigo anterior obedece ao disposto na Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro.”
2. Os regulamentos a que se referem o n.º 3 e 5 do artigo anterior devem conter normas sobre as seguintes matérias: (...)	AdAlenquer AEPSA APDA Aquapor	Gralha de redação: “referem o n.º”.	Gralha corrigida.	“2. Os regulamentos a que se referem <u>os</u> n.ºs 3 e 5 do artigo anterior (...)”
k) Fiscalização e sanções aplicáveis ao cumprimento das obrigações;	AdPorto EGF	Sugere a alteração do termo "cumprimento" para incumprimento.	Acolhe-se a sugestão.	“k) Fiscalização e sanções aplicáveis ao <u>incumprimento</u> das obrigações;”

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. O regulamento de exploração relativo ao serviço de saneamento de águas residuais deve ainda conter normas relativas a: b) Condições gerais de utilização dos sistemas incluindo processo de autorização, condicionamentos e monitorização relativos a descargas de águas residuais industriais;	AdAlenquer AEP SA Aquapor	Deve explicitar-se por que razão se aplica só a utilizadores industriais. Conjuguar com as disposições do projeto de regulamento de relações comerciais.	A norma apenas se aplica a utilizadores industriais, uma vez que apenas estes poderão produzir águas residuais com características não compatíveis com as águas residuais domésticas e por isso carecerem de maior monitorização.	Sem alteração.
5. O regulamento de tratamento de resíduos urbanos deve ainda conter normas relativas a:	CM de Águeda	A designação "regulamento de tratamento de resíduos urbanos" deve ser substituída por "regulamento de gestão de resíduos urbanos"	A redação proposta reproduzia a terminologia adotada no regime jurídico dos sistemas multimunicipais, No entanto, reconhece-se a pertinência da proposta efetuada, tendo-se harmonizado a redação com os números anteriores, sem alterar o sentido ou âmbito de aplicação da norma.	"5. O regulamento, relativo ao serviço em alta de gestão de resíduos deve ainda conter normas relativas a (...)"
a) Atendimento ao público e horário de funcionamento para as instalações onde este exista;	EGF	Deve incluir-se uma referência adicional de "quando aplicável" dado o caso concreto das empresas concessionárias do Grupo EGF.	A expressão final "onde este exista" foi introduzida exatamente para salvaguardar as entidades gestoras que não tenham atendimento ao público. Não obstante e no que diz respeito às instalações de gestão de resíduos urbanos, importa sublinhar que a maioria tem atendimento ao público.	Sem alteração.

Artigo 16.º Autorização para novos investimentos não contemplados no contrato de concessão

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Quando, no âmbito de concessões de serviços de titularidade estatal geridos por entidades de capitais maioritariamente públicos, se verifique, por razões excecionais e imprevisíveis, a necessidade de realização de investimentos não contemplados no contrato de concessão ou distintos dos aí previstos, a autorização do concedente apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou após o decurso do respetivo prazo.	Resíduos do Nordeste:	Se bem que se justifique o reforço da intervenção da ERSAR e sem prejuízo do disposto no artigo 18.º, entende-se que neste âmbito a intervenção das entidades concedentes deveria assumir um papel mais relevante, nomeadamente na referência a que o parecer da ERSAR apenas seria emitido ouvindo essas entidades.	Não se entende o alcance da sugestão na medida em que o parecer da ERSAR se destina a apoiar a decisão do concedente.	Sem alteração.
	APDA	Compreendendo-se a razão da norma – evitar consequências no equilíbrio económico da concessão – não se vê porque é exclusiva das concessões multimunicipais.	Esta norma aplica-se aos sistemas de titularidade estatal, na medida em que o respetivo regime jurídico permite a autorização pelo concedente de investimentos não previstos no contrato sem que este seja formalmente revisto, ainda que, materialmente corresponda a uma alteração contratual. No caso dos contratos de gestão delegada ou concessionada de titularidade municipal, a introdução de novos investimentos dependerá de uma alteração formal do correspondente contrato, sujeita a parecer da ERSAR seguindo-se o procedimento previsto	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			no artigo 12.º (13.º na redação final do regulamento).	
	APDA	Há uma extensão da intervenção da ERSAR que pode levar a uma sobreposição com uma dimensão de gestão: não se crê que a ERSAR deva avaliar os aspetos ambientais, tutelados noutras sedes, nem parece que seja útil intervir nas valências da avaliação técnica do investimento, mas apenas atender à sua relevância para o equilíbrio da concessão.	As análises da ERSAR correspondem às atribuições que lhe são conferidas por lei.	
	APDA	A criação de uma calendarização distinta da correspondente à apresentação do orçamento e projeto tarifário vem criar uma complexidade complementar, devendo ser nessa sede que a avaliação dos novos investimentos se deve manter.	Relativamente à calendarização distinta, não se acolhe a sugestão uma vez que aquando da apreciação dos OPT's os investimentos já têm de estar aprovados, para que o seu custo possa ser incorporado na tarifa.	
	AdPortugal	A lei não subordina a autorização do concedente para investimentos não previstos no contrato de concessão à emissão de parecer da ERSAR, salvo quanto ao plano de investimentos constante do projeto tarifário quinquenal, cuja aprovação pelo concedente é precedida de parecer obrigatório da ERSAR (cfr. artigo 19.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 92/2015 e do Decreto-Lei n.º 93/2015, ambos de 29	A execução de investimentos não previstos no contrato de concessão consubstancia materialmente uma alteração contratual e, como tal, está sujeita a parecer obrigatório da ERSAR por força do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º, alínea f) do n.º 1 do 24.º, ambos dos Estatutos da ERSAR e artigo 91.º do CPA.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		de maio e artigo 23.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio).		
	AdPortugal	As expressões: “investimentos ...ou distintos dos previstos” (n.º 1) e “por razões excecionais e imprevisíveis” são vagas, indeterminadas e de alcance impercetível pelo que precisam de ser concretizadas.	A expressão: “Investimentos ... ou distintos dos previstos” é determinável a partir da confirmação de que os mesmos constam, ou não, do CC. Relativamente à expressão “por razões excecionais e imprevisíveis” pretende-se referir situações que não podiam ser exetáveis à data da celebração do contrato	
	AdPortugal	Deve ser equacionada a criação de um escalão mais baixo, para valores até um limite a definir, em que os procedimentos exigidos sejam significativamente simplificados.	Apenas os Decretos-lei n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio, 16/2017, de 1 de fevereiro e 34/2017, de 24 de março, isentam de autorização os investimentos que constando do projeto tarifário em curso e não tenham valor previsional global seja superior a € 50 000.00. Assim e para acolher esta exceção será aditado um novo n.º 2.	“2. (novo) No caso de entidades gestoras abrangidas pelos Decretos-lei n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio, 16/2017, de 1 de fevereiro, e 34/2017, de 24 de março, é considerado como investimento não contemplado no contrato aquele que não conste do projeto tarifário em curso e cujo valor previsional global seja superior a € 50 000.00.”
		Nada é referido no que respeita aos casos de alteração da configuração física da obra. Não está por isso equacionada uma perspetiva de grande rigidez e que o papel reservado à razoabilidade e ao bom senso será	A situação exposta está devidamente salvaguardada no âmbito da aprovação dos projetos de engenharia, onde a ERSAR poderá não aprovar os mesmos se considerar que a solução proposta não é adequada.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		sempre preponderante, possibilitando que casos de pequenas adaptações sejam tratados como tal e não sejam vistos como carecendo de autorização do concedente.		Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	Deve ser salvaguardada a comparação entre os preços previstos e os propostos, bem como as quantidades.	A questão é considerada e salvaguardada no âmbito da análise da ERSAR.	
	AEPSA	À semelhança do artigo 17º nº 5 e), deveria ser solicitado parecer aos municípios-alvo do investimento das entidades em alta. Propõe-se incluir texto num novo ponto 2., antes da solicitação de parecer à ERSAR: "Deverá ser solicitado parecer da Câmara Municipal afetada pelos novos investimentos".	Não existe qualquer obrigação legal que imponha a audição prévia do município no caso de novos investimentos, pelo que a ERSAR não pode criar esta obrigação	
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade gestora, em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente, até 31 de maio de cada ano, submete a parecer da ERSAR o conjunto de todos os investimentos cujo início de execução física ou financeira esteja previsto para o ano seguinte.	AdAlenquer AEPSA- Aquapor CM Alenquer	Não é aceitável a ocorrência de investimentos imponderáveis todos os anos: uma concessão de longo prazo deve ser bem planeada, bem dimensionada e rigorosamente estruturada do ponto de vista contratual. Os planos de investimento devem ser rígidos nos preços e nos prazos de execução e têm de estar contratualizados entre as partes, não se compreendendo como é que uma concessão pode admitir novos investimentos anuais não	Esta norma é aplicável a entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal onde o concedente pode autorizar a realização de investimentos não previstos no CC, não havendo qualquer restrição a que esses investimentos ocorram anualmente, pelo que não pode a ERSAR introduzir uma limitação dessa natureza.	Sem alteração quanto a este aspeto

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		contemplados nos planos de investimento contratualizados a 50 anos. Propõe-se que os investimentos não previstos só possam ser autorizados de 5 em 5 anos.		
	AdPortugal	O ato de envio anual dos investimentos e o prazo previsto não encontram fundamento na lei, parecendo ligada à proposta de regulamento tarifário para o sector, que se encontra em preparação.	Pretende-se que garantir que a decisão sobre eventuais novos investimentos esteja tomada em data anterior à apresentação do orçamento e projeto tarifário (para que seja possível à ERSAR quais os investimentos admissíveis para a construção da tarifa). Dado que esta varia para diferentes sistemas multimunicipais, optou-se por flexibilizar a redação, considerando o prazo de 60 dias para a tomada de decisão pelo concedente.	“3. (renumeração) Para os efeitos previstos no <u>n.º 1</u> , a entidade gestora submete a parecer da ERSAR o conjunto de todos os investimentos cujo início de execução física ou financeira esteja previsto para o ano seguinte, em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente, <u>até 60 dias antes da data prevista para submissão do orçamento e projeto de tarifário.</u> ”
3. O pedido referido no número anterior deve incluir os seguintes elementos: a) Fundamentação da necessidade e oportunidade para realização de cada um dos investimentos, a nível de estudo prévio ou similar, apresentando as soluções alternativas estudadas, nomeadamente nas	AdPortugal	Para a maioria das situações, o nível de detalhe de estudo prévio é exagerado e não se justifica para o objetivo em causa, tornando os processos mais lentos e onerosos. Para a maioria das situações, será suficiente um detalhe ao nível de Programa Base, tal como é	Pretendeu-se definir um conteúdo que permita a análise de todas as situações.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
vertentes ambiental, técnica e económica, incluindo as estimativas de custos de investimento e de exploração, com base nos custos unitários de referência publicados pela ERSAR;		definido no artigo 4.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.		
	CM de Mafra	Sugere-se que, tal como referido quanto ao artigo 10.º, n.º 2, seja clarificado qual o sentido e alcance do termo “técnica”, designadamente no que respeita ao seu âmbito e especialidades.	O termo “técnica” engloba tudo o que respeita à construção, manutenção e operação das infraestruturas e equipamentos.	Sem alteração.
c)Peças desenhadas, se aplicável;	CM de Águeda	Alínea c): Considera-se descabido que o pedido inclua as peças desenhadas (se aplicável). Ou sobre esta matéria, a ERSAR ao analisar também se compromete à sua aprovação? E a assumir o risco de eventuais erros? É a ERSAR revisora de projetos de engenharia?	As peças desenhadas, caso existam, ajudam a enquadrar o investimento e a justificar a sua necessidade. Assim, e conforme a redação do regulamento, caso existam as peças desenhadas devem ser remetidas à ERSAR.	Sem alteração.
e) A análise incremental referida no número anterior deve evidenciar o impacto de cada um dos novos investimentos na tarifa média da concessão.	AdAlenquer AEPSA- Aquapor CM Alenquer	Alínea e): Não é possível definir-se uma nova tarifa média da concessão todos os anos. Tal situação levaria a que as EG das “baixas” se vissem impossibilitadas de planear e gerir os seus serviços de forma estável e sustentada. Propõe-se que os novos investimentos sejam “auto-rentabilizados”, ou seja, que sejam viáveis por si só, não podendo alterar o equilíbrio da concessão.	A análise efetuada pela ERSAR pretende exatamente salvaguardar as eventuais repercussões que os novos investimentos possam ter nos sistemas em baixa. Embora seja desejável, podem existir situações de novos investimentos que não é possível serem realizados sem que haja um acréscimo da tarifa, no entanto é função da ERSAR que este acréscimo corresponde ao estritamente necessário.	Sem alteração.
7. O prazo previsto no n.º 2 não é aplicável em caso de necessidade urgente de	CM de Águeda	Deve ficar clara a natureza e o carácter de urgência referido.	Deve ser considerado como urgente um investimento que seja imprescindível à continuidade do serviço ou necessário	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
realização de um investimento, por razões ponderosas de continuidade do serviço, de saúde pública ou ambientais, sendo o parecer da ERSAR solicitado em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente.			para acautelar situações de saúde pública e cuja autorização não se compadeça com o ciclo anual previsto no n.º 2.	

Artigo 17.º Projetos de construção de infraestruturas de concessionárias de serviços multimunicipais e respetivas alterações

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os projetos de construção de infraestruturas afetas à concessão, bem como as respetivas alterações, no caso de concessões de serviços multimunicipais geridos por entidades de capitais maioritariamente públicos, estão sujeitos a aprovação pela ERSAR nos termos do procedimento previsto nos números seguintes.	Ambilital	Exigências de parecer prévio da ERSAR, previstas neste artigo afiguram desconformes à lei, por estar a exigir o que a lei não exige.	Neste artigo não está em causa a emissão de nenhum parecer da ERSAR, mas sim a aprovação dos projetos de construção das infraestruturas dos sistemas multimunicipais, correspondendo esta aprovação a uma competência legal da ERSAR prevista no Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração
	APDA	Não se justifica manter e densificar a intervenção numa área técnica - até ao nível das peças desenhadas - que é uma mera decorrência dos investimentos aprovados. A previsão da intervenção da ERSAR parece não ter uma dimensão regulatória, mas de intervenção na gestão corrente da empresa. Crê-se que a génese destas disposições é a atribuição pelos contratos de concessão ao Ministro de Tutela dos poderes de aprovação dos projetos, depois por este		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		“delegados” no IRAR. Mas estes poderes não têm uma natureza regulatória e a sua progressiva pormenorização está a deslocá-los até de uma lógica de controlo de gestão para uma lógica de acompanhamento próximo da gestão. E há atualmente outras instituições com esses poderes de controlo de gestão.		
	Resíduos do Nordeste	Se bem que se justifique o reforço da intervenção da ERSAR e sem prejuízo do disposto no artigo 18.º, entende-se que neste âmbito a intervenção das entidades concedentes deveria assumir um papel mais relevante, nomeadamente na referência a que o parecer da ERSAR apenas seria emitido ouvindo essas entidades.	No presente artigo está em causa a aprovação de projetos de infraestruturas dos sistemas multimunicipais cujo concedente é o Estado e não o município. No entanto, a alínea e) do n.º 5 do presente artigo salvaguarda a posição dos municípios na medida em que o pedido de aprovação do projeto de construção tem de ser instruído com parecer do município territorialmente competente.	
2. Para os efeitos previstos no número anterior consideram-se projetos de construção os projetos referentes à instalação de equipamentos essenciais ao funcionamento das infraestruturas afetas à concessão.	CM de Lousada AdPortugal	Gralha. A redação parece deixar de fora a construção da própria infraestruturas	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“2. Para os efeitos previstos no número anterior consideram-se projetos de construção os projetos de <u>construção das infraestruturas bem como os referentes</u> à instalação de equipamentos essenciais ao funcionamento das infraestruturas afetas à concessão.”

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AdPortugal	A expressão: “ <i>equipamentos essenciais</i> ” é vaga, indeterminada e alcance impercetível pelo que precisa de ser concretizada.	A expressão "equipamentos essenciais" é intencionalmente abrangente, procurando o regulamento atribuir às EG a responsabilidade de identificação de quais os equipamentos sem os quais o funcionamento das infraestruturas está posto em causa, consoante a realidade de cada uma. Aplicação análoga existe em contabilidade, p.e. com a rubrica de equipamento básico.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. Estão dispensados da aprovação prevista no n.º 1 os projetos que cumulativamente, apresentem um valor orçamentado até € 500.000,00 desde que não resultem de fracionamento de projetos;	CM de Águeda	Tratando-se de um mesmo serviço, não deveria ser estipulado as formas de ‘não fracionamento’.	Não se compreende o alcance do comentário. Esta disposição reproduz a norma legal constante das bases legais dos contratos de concessão da e exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de águas e resíduos alteradas e republicadas pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto. Pretende-se evitar a subtração de projetos ao controlo da ERSAR por força do seu fracionamento..	Sem alteração
	AdAlenquer AEP SA Aquapor CM Alenquer	Deve esclarecer-se se a aplicabilidade do valor orçamentado de €500.000,00 é por projeto de que natureza.	O limiar de 500.000 € é aplicável por projeto de investimento, independentemente da sua natureza desde que afeto à atividade da EG.	
	AdPortugal	A decisão de análise de cada investimento individualmente, acoplada à noção de virtude de cada estimativa individual, leva a que a estimativa resultante de um estudo	É espírito do normativo evitar que a eficiência de um investimento sirva para compensar a ineficiência de outro, pelo que a análise individual serve esse propósito.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>inicial e impressa no contrato de concessão tenha mais peso que o posterior orçamento do correspondente projeto de execução.</p> <p>Numa análise coletiva as estimativas que se revelassem deficitárias seriam compensadas pelas excedentárias, mas a solução individual impede as compensações e origina um manancial de problemas e de peso burocrático que se nos afigura verdadeiramente desproporcionado.</p>		
<p>4. Para os efeitos previstos no n.º 1, a entidade gestora remete à ERSAR o projeto de construção a implementar, com um nível de detalhe que permita a sua avaliação segundo os critérios referidos no n.º 6, incluindo:</p> <p>a) Memória descritiva e justificativa;</p> <p>b) Estimativa orçamental dos trabalhos previstos;</p> <p>c) Peças desenhadas, das quais devem ser remetidas em formato papel:</p> <p>i) Planta de localização à escala adequada;</p> <p>ii) Perfil hidráulico, se aplicável;</p>	CM de Águeda	<p>A exigência da memória descritiva e justificativa, peças desenhadas, etc. significa que a ERSAR irá revisar e avaliar, e partilhar o risco da sua execução?</p>	<p>A aprovação dos projetos de construção de infraestruturas multimunicipais é uma competência legal, correspondendo os elementos referidos no n.º 4 a aspetos essenciais a apreciar pela ERSAR para efeitos de aprovação dos projetos.</p>	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>iii)Diagrama linear, no caso de estações de tratamento de água ou de águas residuais, ou de fluxos (balanço de massas), quando aplicável;</p> <p>iv)Corte representativo das instalações especiais, quando aplicável.</p>				
<p>5. O projeto deve ainda ser acompanhado dos seguintes documentos: (...)</p> <p>d) Caso haja alteração substancial aos pressupostos do investimento autorizado, análise incremental do impacto do investimento no equilíbrio da concessão, suportado em adequadas projeções económico-financeiras, incluindo as fontes de financiamento, o mapa de serviço da dívida e a calendarização financeira do investimento total, evidenciando o impacto do investimento na trajetória tarifária para o período remanescente da concessão;</p>	<p>AdAlenquer AEPSA Aquapor CM Alenquer</p>	<p>Não é aceitável a previsão de desvios substanciais ao plano de investimento inicial e estes, a ocorrerem, devem ter impacte nulo no equilíbrio económico-financeiro da concessão, não onerando as tarifas.</p>	<p>Efetivamente não é suposto existir qualquer desvio aos investimentos autorizados, todavia, tendo em consideração a natureza dos projetos globais reconhece-se que muito dificilmente terão uma correspondência exata com o real investimento, pelo que a ERSAR considerou necessário definir quais os elementos que a EG deve apresentar para justificar o desvio de forma esta entidade possa apreciar corretamente a racionalidade do mesmo.</p>	<p>Sem alteração</p>
<p>6. A decisão de aprovação depende da avaliação da razoabilidade da solução técnica</p>	<p>AdPortugal</p>	<p>O regulador deve assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão,</p>	<p>O Regulamento pretende precisamente exercer maior controlo sobre os compromissos assumidos pelas EG em</p>	<p>Sem alteração.</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>geral proposta, da mais-valia que a infraestrutura projetada confere ao sistema, da adequação temporal da execução da infraestrutura projetada e da razoabilidade dos custos de investimento e de exploração orçamentados e respetiva conformidade com o montante de investimento autorizado, de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>(...)</p> <p>e) Custos: é avaliada a razoabilidade dos custos de investimento e de exploração (nos serviços de águas aplicável apenas a estações de tratamento de água para consumo humano e de águas residuais) orçamentados a nível do projeto, nomeadamente por via da comparação dos respetivos custos unitários com os correspondentes de outras infraestruturas similares;</p>	<p>AdAlenquer AEPSA Aquapor CM Alenquer</p>	<p>alinhados com os objetivos estratégicos definidos para o setor e garantir a viabilidade económico-financeira dos serviços.</p> <p>A intromissão por parte da ERSAR na emissão de parecer sobre as opções técnicas e tecnológicas a adotar pelas entidades gestoras nas suas infraestruturas pode limitar a inovação tecnológica e, ainda, pôr em causa a execução atempada dos planos de investimento, ao prever prazos para emissão do parecer de, no mínimo, 60 dias úteis.</p> <p>Não é compreensível a restrição feita a parte dos investimentos (apenas contempla ETA e ETAR), propondo-se a eliminação de tal restrição.</p>	<p>sede de contrato, analisando as justificações para alterações físicas e financeiras ao plano inicial.</p> <p>A acolhe-se a sugestão, alterando-se a respetiva redação</p>	<p>“e) Custos: é avaliada a razoabilidade dos custos de investimento e de exploração orçamentados a nível do projeto, nomeadamente por via da comparação dos respetivos custos unitários com os correspondentes de outras infraestruturas similares;”</p>
<p>f) Impacto do investimento na tarifa: é avaliado o impacto de cada um dos novos</p>	<p>CM de Águeda</p>	<p>Representará o conteúdo desta norma que deverá ser feito um EVEF por cada</p>	<p>O propósito desta alínea não é exigir à EG um EVEF por cada investimento, mas tão somente definir um dos critérios</p>	<p>Sem alteração</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
investimentos na trajetória tarifária para o período remanescente da concessão, suportado em adequadas projeções económico-financeiras, incluindo fontes de investimentos, o mapa de serviço de dívida e a calendarização financeira do investimento total.		investimento? Será razoável esta solicitação da ERSAR?	que a ERSAR deve ter em conta no âmbito da aprovação dos projetos. Este impacto é aferido pela ERSAR através da análise dos elementos que, nos termos do n.º 4 deste artigo, a EG deve enviar à ERSAR	
7. O procedimento de contratação da empreitada para execução de um projeto de construção de infraestruturas só pode ser iniciado após a emissão da decisão de aprovação da ERSAR ou decorrido o prazo de 60 dias contados a partir da sua receção na ERSAR.	CM de Águeda	Questionam-se as situações de urgência.	A contratação de uma empreitada para a execução de projetos corresponde, a um procedimento programado, pelo que não se considera que existam situações de urgência que justifiquem a dispensa de cumprimento do n.º 7.	Sem alteração
	AdPortugal	Visando o regulamento densificar o regime constante das bases legais, não se concebe qual a necessidade do disposto no n.º 7.	Esta disposição pretende evitar situações em que seja lançado o concurso público para a execução da obra quando, na sua aprovação, a ERSAR levantar questões ao projeto.	
9. A aprovação do projeto fica condicionada a nova autorização do concedente sempre que a respetiva estimativa orçamental apresente um desvio significativo relativamente ao montante inicialmente autorizado ou represente um impacto superior a 5% na tarifa	AdPortugal	Carece de suporte legal a previsão de necessidade de nova autorização do concedente quando exista alteração face ao montante inicialmente autorizado, dado que as disposições legais não preveem qualquer intervenção obrigatória da ERSAR.	O investimento com a variação prevista nesta disposição não corresponde ao investimento aprovado, pelo que precisa o mesmo de nova autorização.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Não é claro se o conceito de desvio se aplica a desvios de qualquer sinal ou	O impacto considerado é para mais ou para menos.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
média do período remanescente da concessão, a preços correntes, face ao contrato de concessão em vigor.		apenas a desvios de sinal positivo (poupança).		
	AdPortugal	Esta previsão coloca ainda em termos de igualdade duas situações totalmente díspares, ao equiparar na prática um desvio absoluto com um impacto superior a 5% na tarifa média da concessão, o que só aconteceria com um investimento de enorme monta, com desvios percentuais quase sem impacto nessa tarifa.	O impacto na tarifa (5%) e os limiares do n.º 10 não são equiparados, mas antes conjugados. Sem prejuízo, aproveitou-se para reformular a redação no sentido de clarificar em que termos é aplicado e comparado o critério do impacto na tarifa. Pretende-se avaliar de forma direta o impacto dos 5% em termos reais, não incorporando desvios entre inflação projetada no EVEF e real (que poderão ser materialmente distintos).	"(...) ou represente um impacto superior a 5% na tarifa média do período remanescente da concessão, a preços <u>constantes</u> , face ao contrato de concessão em vigor."
10. Para efeitos do número anterior consideram-se desvios significativos da estimativa orçamental face ao montante inicialmente autorizado, os que ultrapassem os seguintes limiares: a) 50% no caso de projetos de valor orçamentado entre [€ 500.000 e € 1.000.000]; b) 25% no caso de projetos de valor orçamentado entre [€ 1.000.000 e € 5.000.000]; c) 10% no caso de projetos cujo valor orçamentado ultrapasse € 5.000.000.	CM de Águeda	Esta matéria deveria ser remetida para o Código dos Contratos Públicos.	As normas referentes aos trabalhos a mais previstas no CCP visam salvaguardar as regras relativas à concorrência. O presente artigo visa salvaguardar que os encargos decorrentes de investimentos que oneram a tarifa foram os efetivamente aprovados pelo concedente.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Tendo em conta a falibilidade individual de estimativas baseadas em estudos preliminares e que tenham sido incluídas no contrato de concessão, a percentagem de 10% ou até em certos casos de 25% apontadas no ponto 10 podem às vezes situar-se dentro dos limites da normal variabilidade,	Não se está a impedir a realização do investimento, o que se pretender é que, perante um destes desvios, a EG solicite nova autorização ao concedente.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		decretando como anómalos casos que afinal não o são.		
	AdPortugal	Não está clarificada a forma como será dirimido o problema das alterações de configuração física da obra. Propomos que seja equacionada a pressão que estes limites vão criar sobre o concessionário e sobre os projetistas.	Relativamente à clarificação das alterações de configuração física da obra, esclarece-se que se corresponderem a infraestruturas previstas no CC e cujo valor não exceda os 500.000€, ficam automaticamente dispensadas da aprovação pela ERSAR, ao abrigo do n.º 1 do presente artigo). Caso não cumpram estes requisitos aplica-se o procedimento de aprovação.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Mafra	Os parêntesis retos utilizados nas alíneas a) e b) concorrem para que, de forma inconclusiva, ao montante de €1.000.000 esteja simultaneamente indexado 2 limites percentuais de "desvios significativos" substancialmente diferentes (25% e 50%). Proposta de redação: <i>"10. Para efeitos do número anterior consideram-se desvios significativos da estimativa orçamental face ao montante inicialmente autorizado, os que ultrapassem os seguintes limiares: a) 50% no caso de projetos de valor orçamentado entre [€ 500.000 e € 1.000.000];</i>	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	"10. Para efeitos do número anterior consideram-se desvios significativos da estimativa orçamental face ao montante inicialmente autorizado, os que ultrapassem os seguintes limiares: a) 50% no caso de projetos de valor orçamentado entre € 500.000 e € 1.000.000; b) 25% no caso de projetos de valor orçamentado entre € 1.000.001 e € 5.000.000; c) 10% no caso de projetos cujo valor orçamentado ultrapasse € 5.000.000."

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<i>b) 25% no caso de projetos de valor orçamentado entre]€ 1.000.000 e € 5.000.000];</i> <i>c) 10% no caso de projetos cujo valor orçamentado ultrapasse € 5.000.000."</i>		

Artigo 18.º Pareceres facultativos a pedido da entidade titular dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3. A entidade titular informa a ERSAR da decisão tomada na sequência do parecer emitido, num prazo de 30 dias após a respetiva adoção.	CM de Águeda	Deveriam ser 15 dias à semelhança dos prazos que estão previstos noutros artigos, para prevalecer a constância temporal das solicitações.	Acolhe-se a sugestão.	"3. A entidade titular informa a ERSAR da decisão tomada na sequência do parecer emitido, num prazo de 15 dias após a respetiva adoção."
	AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Clarificar que a obrigação de informação da entidade titular se aplica apenas aos casos em que solicitou parecer à ERSAR, o qual é facultativo Proposta: <i>Nos casos em que solicitou parecer da ERSAR, a entidade titular informa a ERSAR da decisão tomada num prazo de 30 dias após a respetiva adoção."</i>	Inscrevendo-se o número no artigo dedicado a "pareceres facultativos a pedido da entidade titular dos serviços", considera-se que está implícito que será nos casos em que a referida entidade titular pediu o parecer à ERSAR.	Sem alteração quanto a este aspeto.

Artigo 19.º Atividades acessórias ou complementares

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A ERSAR emite parecer sobre o pedido de exercício de atividades acessórias ou complementares por entidades gestoras de serviços multimunicipais concessionados, no qual avalia o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos por parte da concessionária: (...)	AdPortugal	Nos termos da lei, apenas a autorização pelo concedente ao exercício de atividades acessórias ou complementares por parte de algumas concessionárias carece de parecer obrigatório da ERSAR (cfr. artigo 5.º, n.º 4, do DL n.º 92/2015, do Decreto-Lei n.º 93/2015, e do DL n.º 94/2015, todos de 29 de maio, bem como dos artigos 5.º, n.º 4 e 34.º, n.º 5, do DL n.º 16/2017, de 1 de fevereiro). Quanto às demais concessionárias de sistemas multimunicipais, afigura-se ilegal a previsão constante do n.º 1 do artigo 19.º do projeto de regulamento.	Não se considera ilegal o previsto neste artigo, na medida em que a entidade titular não está obrigada a fazê-lo, podendo, contudo, solicitar parecer à ERSAR. No entanto para evitar lapsos de interpretação, procede-se à alteração da redação do n.º 1.	“1. A ERSAR, <u>quando solicitada para o efeito</u> , emite parecer sobre o pedido de exercício de atividades acessórias ou complementares por entidades gestoras de serviços.”
b) Manutenção da exploração e da gestão do sistema multimunicipal como atividade principal, não implicando o exercício da atividade complementar a antecipação de investimentos nas infraestruturas partilhadas;	EGF	O requisito cumulativo de “não implicar antecipação de investimentos nas infraestruturas partilhadas” carece de suporte legal e deve ser ponderado pelo regulador pois, por exemplo, a receção de resíduos de grandes produtores pode implicar a antecipação de investimento em células de aterro.	As condições e requisitos estipulados neste artigo resultam da experiência e análise que a ERSAR tem no sector e que considera os mais adequados ao nível da sustentabilidade das infraestruturas do serviço regulado. A autorização da realização das atividades complementares tem como premissa a utilização de ativos aproveitando a capacidade existente, pelo que se considera que as mesmas não devem implicar a antecipação de investimentos. De resto, este entendimento já foi integrado em vários	Sem alteração quanto a este aspeto.
c) Autossuficiência da atividade complementar com possibilidade de obtenção de benefícios para a atividade principal	EGF	Não se alcança o objetivo do regulador ao adicionar ao requisito da autossuficiência a “possibilidade de obtenção de benefícios para a atividade principal”. O benefício não é, pois, da atividade principal, mas dos municípios		Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		utilizadores e, indiretamente, dos munícipes, que podem, desta forma, ver a respetiva tarifa reduzida.	pareceres remetidos ao concedente sobre esta matéria. No entanto, sublinhe-se que é ao concedente que compete autorizar, ou não, o exercício destas atividades.	
3. Após a autorização do exercício de atividades acessórias ou complementares ERSAR monitoriza o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 1, assim como a manutenção de contabilidade analítica autonomizada para as mesmas.	AEPSA APDA Aquapor CM de Águeda CM de Alenquer	Gralha: falta “a” antes de “ERSAR” e uma vírgula.	Gralha corrigida.	“3. Após a autorização do exercício de atividades acessórias ou complementares, <u>a</u> ERSAR monitoriza o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 1, assim como a manutenção de contabilidade analítica autonomizada para as mesmas.”

Artigo 20.º Extinção de contratos relativos à gestão de serviços

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A decisão de extinção de um contrato relativo à gestão de serviços de titularidade estatal ou municipal apenas pode ter lugar após a emissão de parecer da ERSAR ou o decurso do prazo.	Ambilital CM de Lagos EMAC EMAR de Vila Real	A exigência de parecer interfere com a autonomia municipal e com a autonomia contratual. A consulta deveria ser apenas facultativa, mantendo-se a obrigação de comunicar a extinção do contrato.	A extinção dos contratos está sujeita a parecer obrigatório da ERSAR por força do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º e da alínea f) do n.º 1 do 24.º, ambos dos Estatutos da ERSAR e artigo 91.º do CPA.	Sem alteração.
	CM de Águeda	Deviam ser também clarificadas e definidas as formas de validação dos bens e equipamentos do sistema	É uma matéria de relacionamento entre as partes que extravasa o âmbito de presente regulamento	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		aquando do início do contrato e do fim do contrato.		
	CM de Águeda	Deve ficar salvaguardada a sua publicitação no sítio de internet da ERSAR e da entidade gestora ou titular.	Nos termos dos seus Estatutos, a ERSAR publica na sua página da Internet os pareceres que emite. Mantém ainda uma lista atualizada (em função da informação que lhe for prestada) das entidades gestoras em atividade. Sendo uma entidade gestora substituída após a extinção do respetivo contrato, essa informação reflete-se na lista de entidades gestoras.	
3. A fundamentação referida no número anterior deve traduzir-se: (...) b) No caso de resgate da concessão ou de revogação do contrato de gestão delegada, na apresentação de evidências do interesse público justificativo do mesmo, com explicitação das razões para o resgate ou para a revogação, designadamente em termos de qualidade ou eficiência do serviço prestado, bem como do cálculo da indemnização devida à concessionária ou ao eventual	Ambilital	A revogação por acordo entre as partes deve também estar prevista no caso de contratos de gestão delegada.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“b) No caso de resgate da concessão ou de revogação <u>unilateral</u> do contrato de gestão delegada, na apresentação de evidências do interesse público justificativo do mesmo, com explicitação das razões para o resgate ou para a revogação, designadamente em termos de qualidade ou eficiência do serviço prestado, bem como do cálculo da indemnização devida à concessionária ou ao eventual parceiro privado na empresa municipal delegatária; c) No caso de revogação de contrato de concessão <u>ou de gestão delegada por acordo</u>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
parceiro privado na empresa municipal delegatária; c) No caso de revogação de contrato de concessão por acordo entre as partes, na explicitação das condições de natureza jurídica e financeira pelas quais se processa a extinção da relação contratual, bem como na identificação e comparação de todas as alternativas possíveis em termos de encargos para o município e para os utilizadores.				entre as partes, na explicitação das condições de natureza jurídica e financeira pelas quais se processa a extinção da relação contratual, bem como na identificação e comparação de todas as alternativas possíveis em termos de encargos para o município e para os utilizadores.”

Artigo 21.º Obrigações de informação sobre bens e infraestruturas

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de capitais maioritariamente públicos enviam à ERSAR toda a informação necessária ao acompanhamento da sua atividade, nomeadamente:	Braval	Algumas das obrigações de informação previstas nos artigos 21.º e 22.º do projeto de Regulamento merecem reflexão, bem como a obrigatoriedade de certificação por auditor independente.	Todas as obrigações constantes deste artigo resultam da Lei, pelo que não pode a ERSAR dispensar as EG do seu cumprimento.	Sem alteração.
	LIPOR	Resultam (fortes) obrigações de informação à ERSAR, no que concerne à gestão de bens e infraestruturas, sendo tal reporte de informação mais ou		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		menos exigente consoante o modelo organizacional. Será razoável tal exigência? Tem a ERSAR capacidade de absorver, trabalhar e validar tal (vasta) informação?		
	EMAR de Vila Real	A referência a empresas de capitais maioritariamente público isenta as empresas de capitais maioritariamente/exclusivamente privados deste tipo de informação, pelo que propõe a eliminação desta referência	As obrigações de informação para as empresas de capitais maioritariamente/exclusivamente privados são apenas as resultantes do Decreto-Lei n.º 96/2014 e estão consagradas no n.º 3 do presente artigo.	
	Resíduos do Nordeste:	Entende-se conveniente estabelecer desde logo o modo de prestação dessa informação, nomeadamente através da referência a portal informático da ERSAR/correio eletrónico/meio postal.	O modo de reporte de informação é efetuado nos termos do artigo 43.º (44.º na versão final) do presente regulamento. No caso de não existirem módulos específicos, a informação deve ser disponibilizada através do endereço eletrónico da ERSAR.	
a) Inventário dos bens afetos aos serviços concessionados, três anos após a outorga do contrato, no ano da conclusão do investimento inicial e três anos antes do termo da concessão, nos termos e com o conteúdo previsto na Base X, anexa ao Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, e na Base XI,	AdPortugal	Afigura-se necessário que se defina com clareza o que se entende por “bem” na alínea a) do n.º 1 do n.º 2.	O entendimento do conceito de bem deverá ser o mesmo que é feito no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 92/2013: unidade de ativo.	Sem alteração.
	AdPortugal	Em sede de Orçamento e Projetos Tarifários (OPT) as entidades gestoras de sistemas multimunicipais, reportam o inventário dos bens concessionados e parte da informação requerida na Base XI, auditada e certificada, pelo que a	Não obstante a listagem de bens ser, em teoria, também reportada em sede de OPT, diferenciam-se os elementos pedidos, bem como a calendarização do pedido para efeitos de controlo. Neste sentido, existe complementaridade no	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
anexa ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, certificado por auditor independente, o qual não pode certificar mais de dois documentos consecutivos;		alínea a) do n.º 1 cria uma redundância de exigências, auditorias e certificações.	acompanhamento das EG, não redundância de pedidos.	
b) Relatório técnico referente à aptidão funcional, segurança e estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços concessionados, até ao final do mês de abril do último ano de cada período quinquenal contado da data de assinatura do contrato de concessão, nos termos e com o conteúdo previsto na Base X, anexa ao Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, e na Base XI, anexa ao Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, certificado por auditor independente, o qual não pode certificar mais de dois documentos consecutivos.	AdPortugal	As expressões: “Toda a informação” (n.º 1) “Principais infraestruturas e equipamentos necessários” (artigo 21/1/b) “Principais infraestruturas e equipamentos” (n.º 5) são vagas, indeterminadas e de alcance impercetível pelo que precisam de ser concretizadas.	Não se considera que se tratem de conceitos vagos e indeterminados, até porque, no caso das principais infraestruturas, estas estão listadas no n.º 5 do presente artigo.	Sem alteração.
d) Ponto de situação dos investimentos dos serviços concessionados, nomeadamente o planeamento anual e	AdPortugal	Esta obrigação não se encontra consagrada na lei. Dado que as entidades gestoras incluem anualmente no respetivo orçamento um documento	Deve ser vista como uma obrigação de reporte de informação à ERSAR (mas com um modelo definido pela mesma).	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
investimentos realizados e sua correspondência com o Projeto Global, até 30 de maio de cada ano e de acordo com o formato definido no anexo 2.		com o planeamento dos investimentos, deveria evitar-se a duplicação do reporte de informação em matéria de investimentos. Deve ser equacionada a possibilidade de haver apenas um documento anual. Não obstante, esse documento quanto à forma, ao conteúdo e ao prazo terá de ser previamente acordado entre as partes e deve haver lugar ao processo de contraditório por parte das Entidades Gestoras. Adicionalmente, sugere-se que os quadros mencionados nos anexos ao Regulamento, até que não sejam clarificadas as questões quanto à forma e conteúdo dos mesmos tecidos no presente documento, não constem do regulamento. Comentário igualmente aplicável à alínea c) do n.º 2.	A informação solicitada é necessária para o cumprimento das atribuições conferidas à ERSAR pela alínea a) do n.º 4.º do artigo 5.º dos respetivos Estatutos. Em relação à prestação de informação constante do anexo 2 e do documento anexo ao OPT esclarece-se que estes reportes têm objetivos diferentes, uma vez que em sede de OPT a EG apresenta a proposta de planeamento de investimentos para o ano seguinte, ao passo que o anexo 2 reportado em maio visa a monitorização da sua efetiva execução.	
2. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, enviam à entidade reguladora: (...)	AdAlenquer AEPSA Aquapor CM de Alenquer CM de Lousada	Atualizar com os últimos diplomas legais publicados relativos às cisões da Águas do Norte e AdLVT. (Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro).	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	"2. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, <u>bem como pelos Decreto-Lei n.º 16/2007, de 1 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24</u>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				<u>de marco</u> , enviam à entidade reguladora.”
4. As entidades gestoras de serviços de águas e resíduos de titularidade municipal que atuem ao abrigo de contratos de gestão delegada ou de concessão enviam à entidade reguladora os quadros de monitorização dos investimentos constantes do anexo 3, até 31 de maio de cada ano.	AdPortugal	Deve ser clarificado o âmbito de aplicação dos quadros de monitorização, atentas as especificidades das entidades gestoras criadas através de parcerias, no âmbito do Decreto-lei n.º 90/2009, de 9 de abril e aos poderes consagrados aos órgãos competentes (e.g. Comissão de Parceria).	O n.º 4 refere claramente o âmbito de aplicação (entidades gestoras de serviços de águas e resíduos de titularidade municipal, que atuem ao abrigo de contratos de gestão delegada ou de concessão), pelo que não se percebe a questão colocada. A fiscalização da execução dos contratos de parceria e de gestão também se inclui nas competências da ERSAR, pelo que a obrigação de envio dos quadros de monitorização dos investimentos também lhes é aplicável.	Sem alteração.
5. As principais infraestruturas a considerar para efeitos do relatório técnico de aptidão funcional referido nos números 1 a 3 são: a) No caso do abastecimento de água, as barragens, as captações, as instalações de tratamento de água, as condutas/adutoras, as estações elevatórias, os reservatórios, as câmaras de válvulas e as câmaras de medição de caudal; b) No caso do saneamento de águas residuais, os	AdPortugal	O conceito de principais infraestruturas abrange a totalidade das infraestruturas integradas nos sistemas multimunicipais, à revelia do entendimento que tem vindo a ser amplamente discutido e do entendimento que tem vindo a ser defendido pela AdPortugal (embora ainda não consensualizado com a ERSAR). Este conceito tão abrangente torna o exercício de avaliação de aptidão funcional excessivamente exaustivo, para não dizer impraticável. Os critérios a adotar para essa definição deveriam	Tendo em conta que o relatório técnico pretende avaliar a aptidão funcional, segurança e estado de conservação das principais infraestruturas e equipamentos necessários à prestação sustentável dos serviços, considera-se que deve abranger todas as infraestruturas. Seguindo esta lógica e após melhor ponderação, concluiu-se, de todo o modo, que o relatório de aptidão funcional no caso do serviço de gestão de resíduos urbanos não vai ao nível dos ecopontos, atendendo às suas características e até ao esforço que	"(...) c) No caso da gestão de resíduos, as de tratamento de resíduos urbanos, tais como: incineração; tratamento mecânico e/ou biológico e aterro, estações de transferência, ecocentros, viaturas afetas ao serviço, e todos os outros equipamentos afetos à atividade principal."

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
coletores/emissários/interceptores, as estações elevatórias, as câmaras de válvulas, as câmaras de medição de caudal, as bacias de retenção e as instalações de tratamento de águas residuais; c) No caso da gestão de resíduos, as de tratamento de resíduos urbanos, tais como: incineração; tratamento mecânico e/ou biológico e aterro, estações de transferência, ecocentros, viaturas afetas ao serviço, ecopontos, e todos os outros equipamentos afetos à atividade principal.		ter em conta, para cada tipologia relevante, a percentagem de cobertura/serviço ou a sua dimensão, de modo a tornar o exercício exequível e focá-lo nas infraestruturas mais representativas. O mesmo entendimento se aplica às "... câmaras de Válvulas, as câmaras de medição de caudal, as bacias de retenção..." as quais integram outras tipologias de infraestruturas já consideradas para este efeito.	seria exigido às entidades gestoras, pelo que se eliminou tal referência da alínea c).	
	AdPortugal	Deve definir-se com clareza o que se entende por instalações de tratamento de água e instalações de tratamento de águas residuais, considerando-se que estas designações equivalem a Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Águas Residuais, excluindo-se assim pequenas instalações de tratamento, das quais, a título meramente exemplificativo, se enumera os postos de cloragem no caso de abastecimento ou pontos de adição de oxigénio ou fossas sépticas para o saneamento.	Quando se faz referência a "instalações de tratamento", deve-se entender como todas as instalações de tratamento, tais como ETAR ou FSC. (fossas sépticas coletivas). Quando se pretende fazer referência à ETAR é referido estações de tratamento.	
6. O relatório técnico de aptidão funcional deve incluir a avaliação do estado ou condição das infraestruturas e equipamentos,	Aquapor AdAlenquer AEPSA CM de Alenquer	Deve clarificar-se âmbito de aplicação: unicamente para serviços de EG multimunicipais. Proposta: "O relatório técnico de aptidão funcional, referido	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a seguinte redação.	"6. O relatório técnico de aptidão funcional, referido <u>nos</u> <u>números 1 a 3</u> , deve incluir a avaliação do estado [...]"

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
nas componentes de construção civil, de equipamentos eletromecânicos, de instalações elétricas e de instrumentação e informação que ateste o cumprimento dos planos de manutenção evidenciando as prioridades de reabilitação e/ou substituição e sua respetiva calendarização e indique as medidas executadas, bem como as necessárias para resolução dos problemas identificados.		nos números 1 a 3, deve incluir a avaliação do estado [...]"		
	AdPortugal	As prioridades de reabilitação e/ou substituição são evidenciadas no Plano Anual de Investimentos e não no Plano de Manutenção	Esta norma decorre do disposto no nº 4 das Bases dos contratos de concessão republicadas pelo DL 195/2009, de 20 de agosto (Base X das bases dos contratos relativos aos serviços de gestão de resíduos urbanos e Base XI das bases dos contratos relativos aos serviços de abastecimento e saneamento).	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Os n.ºs 6 e 7 dão ênfase à avaliação do estado de conservação e manutenção das infraestruturas, sendo omissos relativamente à avaliação das suas condições de funcionamento, que no caso, por exemplo, das estações de tratamento não se limita aos aspetos relacionados com o estado de conservação das diversas componentes, aspeto que se encontra igualmente em discussão no seio do grupo de trabalho AdP - Águas de Portugal/ERSAR. No que respeita à componente de instrumentação, o projeto de regulamento é omissos quanto à vertente de automação (?), cuja relevância justificaria a sua inclusão na presente avaliação, não só pela	Não obstante a pertinência das questões colocadas, o RPR não é sede própria para o tratamento destas matérias.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		interligação e dependência que as infraestruturas possuem com este tipo de tecnologia e sistemas, mas também pelo impacto que a sua condição poderá ter na operacionalidade das mesmas e consequentemente nos sistemas de abastecimento e saneamento.		
7. O procedimento a utilizar na avaliação do estado de conservação das infraestruturas é definido pela entidade gestora no início de quinquénio e submetido a parecer prévio vinculativo da entidade reguladora.	AdPortugal	O parecer técnico vinculativo do regulador não está previsto em nenhuma disposição legal aplicável à data.	Pretendia-se garantir alguma harmonização de procedimentos, mas reconhece-se a inexistência de previsão legal, pelo que se altera a redação.	“7 O procedimento a utilizar na avaliação do estado de conservação das infraestruturas <u>de sistemas multimunicipais</u> é definido pela entidade gestora <u>no início de cada período regulatório</u> e submetido a parecer prévio da entidade reguladora.”
	EGF	A referência ao quinquénio pode ser incompatível com os períodos regulatórios de três anos das entidades gestoras dos serviços multimunicipais de capitais maioritariamente privados.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	
	Aquapor AdAlenquer AEPSA CM de Alenquer	Deve clarificar-se âmbito de aplicação: unicamente para serviços de EG multimunicipais.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se as respetivas redações	
8. A certificação do relatório técnico de aptidão funcional por auditor independente abrange o procedimento de avaliação adotado pela entidade gestora.	Aquapor AdAlenquer AEPSA CM de Alenquer	Deve clarificar-se âmbito de aplicação: unicamente para serviços de EG multimunicipais.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se as respetivas redações	“8. A certificação do relatório técnico de aptidão funcional por auditor independente abrange o procedimento de avaliação adotado pela entidade gestora <u>do serviço multimunicipal</u> ”

Artigo 22.º Obrigações gerais de informação

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços multimunicipais de capitais maioritariamente públicos enviam à ERSAR toda a informação necessária ao acompanhamento da sua atividade, nomeadamente:	AdPortugal	A exigência de reporte do ponto de situação anual relativo ao exercício de atividades acessórias e complementares, prevista na alínea a), configura uma exigência adicional e inovatória que não se mostra admissível, em face do quadro legal vigente.	Os elementos solicitados correspondem a informação imprescindível para que a ERSAR possa acompanhar o exercício das atividades acessórias e complementares, nomeadamente no que se refere à verificação do cumprimento dos requisitos que estiveram na base da autorização concedida para a prossecução das mesmas.	Sem alteração quanto a este aspeto.
a) Ponto de situação anual relativo ao exercício de atividades acessórias e complementares, até 30 de setembro de cada ano;	APDA AEPSA	Onde está “municipais” na alínea b), deve estar “multimunicipais”	Acolhe-se a sugestão, alterando-se a respetiva redação.	“b) Relatórios anuais de exploração dos serviços até 30 de abril de cada ano, sempre que exigido pelos respetivos contratos relativos à prestação do serviço.”
b) Relatórios anuais de exploração dos serviços municipais, até 30 de abril de cada ano, sempre que exigido pelos respetivos contratos relativos à prestação do serviço.	APDA	As alíneas a) e b) dos n.ºs 1 e 2 transcrevem as normas aplicáveis resultantes da atual legislação. Seria talvez preferível remeter para a legislação aplicável nesta matéria, que poderá ter evolução.	Não correspondendo às transcrições de normas legais, as obrigações constantes dos números 1 e 2 correspondem à informação que a ERSAR considera necessária para o exercício das suas atribuições.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços multimunicipais de	AdPortugal	A obrigação de envio da informação no n.º 2 carece de suporte legal (salvo quanto às matérias e com as periodicidades aludidas no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 92/2015 e do	A obrigação em causa tem suporte contratual, na medida em que este reporte está previsto nos CC das EG criadas pelos DL mencionados e a data de reporte (que consta no articulado do	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, enviam à entidade reguladora um documento, com periodicidade anual a contar da data da outorga do respetivo contrato de concessão, com informação técnica, operacional, económica e financeira relativa à atividade desenvolvida e por referência aos indicadores de atividade e desempenho considerados relevantes no âmbito do quadro regulatório e aos objetivos de serviço público definidos no contrato de concessão.		Decreto-Lei n.º 93/2015, ambos de 29 de maio, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e dos artigos 21.º e 49.º do o Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro).	regulamento) é anual a contar da data de outorga do contrato.	
	Aquapor AdAlenquer AEP CM de Alenquer	Atualizar com os últimos diplomas legais publicados relativos às cisões da Águas do Norte e AdLVT.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a seguinte redação.	“2. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, <u>bem como pelo Decreto-Lei n.º 16/2007, de 1 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março</u> , enviam (...)”
	SMAS de Sintra:	O conceito de "indicadores de atividade e desempenho considerados relevantes" é indeterminado.	Respeita a informação que deve ser prestada pelas entidades gestoras de serviços multimunicipais abrangidas pela presente disposição, as quais têm no seu CC a obrigação de cumprir objetivos de serviço público materializados em indicadores de atividade e desempenho, que devem incluir no mínimo os utilizados no sistema de avaliação da qualidade de serviço da entidade reguladora, sem	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			prejuízo de outros indicadores que o Conselho Consultivo entenda relevantes	
3. Sem prejuízo das informações de carácter específico exigidas no presente regulamento, as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos de titularidade municipal enviam à entidade reguladora:	AdS João AEPSA CM de Águeda Indagua Fafe Indagua Feira Indagua Matosinhos Indagua Oliveira de Azeméis, Indagua Sto Tirso/Trofa, Indagua Vila do Conde	Será conveniente definir o modelo de reporte das evidências solicitadas.	Não existe nenhum normativo legal que imponha determinada forma para o reporte das evidências em causa no presente artigo, pelo que deixa esta entidade reguladora a flexibilidade de execução às EG para otimizar custos administrativos.	Sem alteração quanto a este aspeto.
a) Evidências da implementação dos sistemas de garantia de qualidade do serviço prestado, de gestão patrimonial de infraestruturas, de gestão de segurança para emergências e contingências, de gestão ambiental e de gestão da segurança e saúde no trabalho exigidos pelo n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, se aplicável, no prazo de 30 dias contados da	AdR batejo	A implementação do GPI é contínua, tendo um início bem definido, mas não um fim. Também deveria ser especificado o que se considera “principais desenvolvimentos”, como está é demasiado subjetivo.	Os principais desenvolvimentos correspondem às diferentes etapas dos sistemas elencadas nesta alínea.	Sem alteração.
	CM de Águeda:	Deveria ficar mais claro que tipo de informação é solicitada pela ERSAR, como por exemplo, a materialização das ‘evidências do cumprimento da obrigação.	Pretende-se deixar algum grau de liberdade às entidades gestoras quanto à forma de evidenciar o cumprimento das várias obrigações legais identificadas. No caso da alínea b) (citada no comentário) a forma mais direta será a disponibilização do	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
conclusão da respetiva implementação ou dos seus principais desenvolvimentos;			endereço do sítio da internet de onde conste a informação exigida por lei.	
b) Evidências do cumprimento da obrigação de disponibilização de informação aos utilizadores através do respetivo sítio da internet, nos termos exigidos no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, no prazo de 30 dias contados da disponibilização de cada atualização;	AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Não faz sentido disponibilizar toda a informação, e consequentes atualizações, previstas no art.61º do DL 194/2009 (tal como interrupções de serviços, resultados de qualidade da água, etc.). Proposta de redação: "[...] nos termos exigidos no artigo 61.º, mais especificamente nas alíneas a) a f), do DL 194/2009 [...]".	Faz sentido prestar todas as evidências aqui solicitadas porque correspondem todas elas, e não apenas as constantes das alíneas a) a f) do artigo 61.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, a obrigações legais cujo incumprimento é suscetível de integrar a prática de uma contraordenação nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração
5. A comissão de acompanhamento das concessões de serviços municipais envia à ERSAR, até ao termo do primeiro trimestre do ano seguinte ao que diz respeito, o relatório anual de execução do contrato de concessão, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	CM de Águeda:	Tendo em consideração que as entidades gestoras fecham as suas contas efetivamente até final do primeiro trimestre, julga-se que este prazo deveria ser alargado para o final mês de abril.	O prazo aqui referido resulta do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, pelo que não pode o mesmo ser alterado por via regulamentar.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. As entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos que celebrem contratos de prestação de serviços para a realização das atividades de recolha indiferenciada, recolha seletiva e lavagem de contentores dão conhecimento dos mesmos à ERSAR no prazo de 15 dias a contar da sua celebração.	CM de Águeda:	Esta norma parece significar que todos os contratos deverão ser enviados para a ERSAR. Estará certo este entendimento? E os procedimentos de contratação? Terão todos a mesma relevância?	Este número refere-se apenas aos contratos referentes às atividades de recolha indiferenciada, de recolha seletiva e lavagem de contentores.	Sem alteração.
	EGF	Não é claro se esta obrigação abrange as concessionárias do Grupo EGF, o que nos parece manifestamente desnecessárias dadas as obrigações de informação a que estas empresas já estão sujeitas em sede de contas reguladas.	Não sendo feita qualquer exceção, a presente obrigação aplica-se a todas as entidades gestoras de resíduos.	
7. As entidades gestoras e as entidades titulares remetem ainda à ERSAR qualquer outra informação entendida como necessária ou conveniente para o exercício da atividade regulatória e para a caracterização geral do sector, que seja solicitada pela ERSAR, em prazo por esta fixado, não inferior a 15 dias.	AdPortugal	A expressão: <i>"informação entendida como necessária ou conveniente"</i> é vaga, indeterminada e alcance impercetível pelo que precisa de ser concretizada.	Pretende-se dar a possibilidade à ERSAR de solicitar informação complementar sempre que a mesma se revele necessária à análise de uma situação concreta. Não obstante alterou-se a redação de forma a tornar mais percetível esse propósito.	".... remetem ainda à ERSAR qualquer outra informação complementar que se revele necessária para o exercício da atividade regulatória..."

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
8. As entidades gestoras e as entidades titulares são responsáveis por manter atualizada a informação reportada à ERSAR, comunicando qualquer alteração que seja relevante no prazo de 15 dias úteis contados da sua ocorrência.	Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	A expressão "dias úteis" é redundante, atendo o disposto no artigo 44.º. Proposta: "[...] no prazo de 15 dias contados [...]"	Acolhe-se a sugestão.	"7. (renumeração) As entidades gestoras e as entidades titulares são responsáveis por manter atualizada a informação reportada à ERSAR, comunicando qualquer alteração que seja relevante no prazo de 15 dias contados da sua ocorrência"
	AdRibatejo:	Não se entende bem o que se pretende com esta norma, recaindo sobre as EG o ónus de comunicar à ERSAR, num prazo de 15 dias úteis após a sua ocorrência, qualquer alteração relevante à informação que tenha sido reportada à ERSAR. No limite isto pode-se aplicar a qualquer situação. Sugere-se que seja clarificada a redação, eventualmente dando exemplos do tipo de informação que está em causa.	O que se pretende são as alterações significativas na prestação do serviço (um novo sistema, desativação de sistemas, etc...).	Sem alteração quanto a este aspeto.

Artigo 23.º Análise de orçamentos e projetos tarifários de serviços de titularidade estatal

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A aprovação pela ERSAR dos orçamentos e projetos tarifários (OPT) de entidades gestoras de serviços de titularidade estatal e	AdPortugal	À ERSAR não lhe está atribuída a responsabilidade pela aprovação dos orçamentos e projetos tarifários das entidades gestoras de serviços	Os Estatutos da ERSAR atribuíram expressamente à ERSAR a competência para aprovar as tarifas dos sistemas de titularidade estatal.	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de capitais maioritariamente públicos segue o procedimento descrito nos números seguintes, com exceção das entidades gestoras mencionadas no n.º 8.		<p>multimunicipais de abastecimento e saneamento, criadas pelos DL n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, bem como pelo DL n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e a salvaguarda das especificidades da EPAL em matéria tarifária, pese embora a ERSAR solicite a informação no formato da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro, para definição do cenário de eficiência produtiva dos sistemas multimunicipais agregados. Para estas, está consagrada a obrigação de solicitar a ratificação da ERSAR das propostas tarifárias definidas e consagradas na legislação, bem como as revisões dos pressupostos técnicos e económicos e financeiros, com prazo distintos para as remeter.</p> <p>Apenas as entidades gestoras de sistemas de abastecimento e saneamento não abrangidas pelos diplomas acima indicados estão obrigadas por contrato a enviar o orçamento e projeto tarifário nos termos da lei e regulamentação vigente.</p> <p>Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos estatutos da ERSAR compete ao regulador apenas fixar as</p>	<p>No caso dos sistemas não abrangidos pelos DL n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, bem como pelo DL n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, dado que o cálculo das tarifas é indissociável das projeções apresentadas no orçamento da entidade gestora, a aprovação deste documento pela ERSAR está implícita.</p> <p>Para as entidades criadas pelos referidos diplomas, a ERSAR é a entidade competente para a definição de métrica do desvio de recuperação de gastos. Constituindo o orçamento da entidade gestora o referencial para a determinação dos referidos desvios, está implícita respetiva validação/aprovação pela ERSAR.</p> <p>Os procedimentos adotados e consagrados neste artigo já têm em consideração os regimes estipulados nas bases XV do DL n.º 319/94, de 24 de dezembro e do DL n.º 162/96, de 4 de setembro, ainda em vigor, pelo que todas as entidades gestoras devem cumprir o procedimento aqui estipulados com dos prazos que estejam legalmente consagrados.</p> <p>Este controlo das tarifas e orçamento subjacente por parte da ERSAR é feito</p>	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>tarifas para os sistemas de titularidade estatal e nos termos do disposto nos artigos 37.º e 39.º, n.º 9, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento é realizada em reunião de Assembleia Geral, seguida de aprovação do membro do Governo responsável pelas finanças, não estando atribuído à ERSAR semelhante competência</p> <p>Na redação deste artigo e do restante regulamento deve ser clarificado o âmbito de aplicação, subjetivo e objetivo e devem ser densificadas as regras de procedimento em função das especificidades de cada uma das entidades abrangidas, a compaginar, nomeadamente com o disposto nas bases XV do Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ainda em vigor.</p>	<p>numa ótica regulatória e não se confunde com os controlos societários e por parte do ministério das finanças, que têm outros tipo de propósitos.</p>	
	AdSJoão AEPSA Indagua Feira Indagua Matosinhos	<p>Compatibilizar com a proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas em elaboração</p>	<p>A elaboração do presente regulamento teve em consideração o quadro legal em vigor. Se vierem a ser introduzidas alterações nestas matérias, o presente Regulamento será adaptado em conformidade.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	Indaqua Oliveira de Azeméis Indaqua Santo Tirso Trofa Indaqua Vila do Conde			
3. As entidades gestoras enviam à ERSAR as propostas de orçamento e os projetos tarifários, até 30 de setembro do ano anterior àquele a que respeita a proposta tarifária.	Aquapor AdAlenquer AEP CM de Alenquer	O procedimento de revisão tarifária deve ser alterado, adotando-se a aplicação de um procedimento que garanta a trajetória tarifária por períodos quinquenais.	As bases legais dos sistemas multimunicipais, com a redação dada pelo DL 195/2009, de 20 de agosto, permitem a fixação de tarifas para um horizonte temporal mínimo de um ano e máximo de três anos. No sentido de contemplar essa situação, é aditado um novo n.º 5, renumerando-se os atuais n.º 5 e seguintes.	"5. (novo) No caso de ser fixada uma trajetória plurianual, nos anos intercalares a entidade gestora apresenta a proposta de atualização tarifária até 30 de setembro do ano anterior."
	SMAS de Sintra	A data de 30 de setembro não se adequa ao prazo que as EG municipais têm para aprovação dos orçamentos municipais, uma vez que de acordo com a Lei n.º 73/2013, as propostas de orçamento municipal (que incluem o orçamento da EG) devem ser submetidas à assembleia municipal até 31 de outubro. (o mesmo comentário é apresentado a propósito do artigo 28.º).	Este artigo refere-se à aprovação de tarifas das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal. Pretende-se rever o calendário e metodologia de definição de tarifas destas entidades gestoras no âmbito do regulamento tarifário, pelo que não se considera adequado fazer neste momento uma alteração apenas dos prazos.	Sem alteração.
5. Os investimentos não previstos no âmbito do contrato de concessão só podem ser inscritos em OPT se tiverem sido	AdPortugal	Esta previsão contém uma proibição legal em matéria de conteúdo de OPT que não encontra qualquer suporte habilitante na legislação vigente e como	Tendo em atenção que os investimentos oneram as tarifas, só podem contribuir para a definição das	Sem alteração. Passa a n.º 6 por força do aditamento de um novo n.º 5.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
autorizados pelo concedente, nos termos previstos no Artigo 16.º.		tal, se mostra ilegal, à luz do vertido no artigo 143.º, n.º 1, do CPA.	mesmas os investimentos que tenham sido autorizados. O facto de as bases legais exigirem a autorização do concedente para investimentos não previstos no contrato permite concluir que enquanto não estiverem autorizados não podem os mesmos ser considerados para efeitos de construção das tarifas.	
	AdPortugal	Existem investimentos que, apesar de não estarem previstos no contrato de concessão, não carecem de autorização do concedente ou não carecem de autorização prévia deste, quer em função do respetivo montante, quer em razão da ocorrência de situações de força maior (cfr. artigo 19.º, n.º 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 92/2015 e do Decreto-Lei n.º 93/2015, ambos de 29 de maio, do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e dos artigos 20.º, n.º 1 e 2 e 48.º, n.º 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro), pelo que deve a mesma ser suprimida.	Relativamente aos investimentos que, apesar de não estarem previstos no contrato de concessão, não carecem de autorização do concedente, sublinha-se que estes terão de ser sempre inferiores a 50 000.00€. Estes investimentos estão excluídos desta norma, nos termos previstos nos diplomas das agregações e refletidos no novo número aditado ao artigo 16.º (correspondente ao artigo 18.º na versão final), na medida em que se estima que não tenham impacto material na tarifa.	
	AdPortugal	Para melhor se estimar as necessidades de financiamento devem ser considerados em orçamento investimentos relevantes e urgentes,	Conforme previsto no n.º 7 do artigo 16.º (n.º 8 do artigo 18.º na versão final) em caso de necessidade urgente de realização de um investimento, por	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		com impacto significativo no ano do orçamento, e sobre os quais já seja conhecido pendor favorável do concedente (mesmo sem a oficialização da autorização).	razões ponderosas de continuidade do serviço, de saúde pública ou ambientais, o parecer da ERSAR deve ser solicitado em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente.	
7. A ERSAR aprova a tarifa e o orçamento no prazo de 60 dias contados da receção do pedido, comunicando a sua decisão à entidade gestora e publicando-a no seu sítio da internet.	AdPortugal	Deve ser indicado o prazo para o qual a ERSAR tem de cumprir para publicitar as tarifas aprovadas/ratificadas.	Acolhe-se a sugestão, alterando a redação.	“8. (renumeração) A ERSAR aprova a tarifa e o orçamento no prazo de 60 dias contados da receção do pedido, comunicando <u>de imediato</u> a sua decisão à entidade gestora, publicando-a <u>posteriormente</u> no seu sítio da internet.: “
8. As entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, enquanto permanecerem no período de convergência tarifária nos termos aí previstos, enviam à ERSAR, para ratificação as propostas de atualização tarifária, até 31 de agosto do ano anterior ao da sua aplicação.	Aquapor AdAlenquer AEP AdPortugal	Atualizar com os últimos diplomas legais publicados relativos às cisões da Águas do Norte e AdLVT.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“9. (renumeração) As entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, <u>bem como pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, (...).</u> ”
9. As atualizações tarifárias mencionadas no número anterior são ratificadas pela	AdPortugal	Deve ser indicado o prazo para o qual a ERSAR tem de cumprir para publicitar as tarifas aprovadas/ratificadas.	Acolhe-se a sugestão, alterando a redação.	“10. (renumeração) As atualizações tarifárias mencionadas no número

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
ERSAR até 30 de setembro e comunicadas às respetivas entidades gestoras, assim como publicadas no sítio da internet da ERSAR.				anterior são ratificadas pela ERSAR e comunicadas às respetivas entidades gestoras, assim como publicadas no sítio da internet da ERSAR <u>até 30 de setembro</u> ”.

Artigo 24.º Definição dos desvios de recuperação de gastos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A ERSAR intervém na definição do desvio de recuperação de gastos (DRG) previstos nos contratos de concessão celebrados entre o Estado português e entidades gestoras de serviços multimunicipais de abastecimento e saneamento abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.	APDA	Embora esta matéria (desvios de recuperação de gastos) tenha uma dimensão de regulação económica que justifica a intervenção da ERSAR, a definição por regulamento dessa intervenção suscita dúvidas.	Enquanto procedimento regulatório levado a cabo pela ERSAR a definição e calendarização de tarefas neste âmbito enquadra-se nos objetivos do presente regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AEPSA Aquapor	Atualizar com os últimos diplomas legais publicados relativos às cisões da Águas do Norte e AdLVT.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“1. As entidades gestoras de serviços multimunicipais abrangidas pelos Decretos-Lei n.os 92/2015, 93/2015 e 94/2015, todos de 29 de maio, bem como pelos Decreto-Lei n.º <u>16/2017, de 1 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, (...)</u> ”
2. As entidades gestoras submetem até 30 de setembro do ano anterior ao da sua	AdPortugal	Deve ser clarificado o âmbito de aplicação, subjetivo e objetivo em função das especificidades de cada uma	A ERSAR é a entidade competente para a definição de métrica do desvio de recuperação de gastos, procedimento	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
execução, as propostas de orçamento à ERSAR para aprovação.		das entidades abrangidas, a compaginar, nomeadamente com o disposto nas bases XV dos Decretos-Lei n.ºs 319/94, de 24 de dezembro e 162/96, de 4 de setembro, ainda em vigor.	que implica a análise do orçamento da entidade gestora, pelo que ficam as entidades gestoras identificadas no nº 1 obrigadas a submeter à apreciação da ERSAR as propostas de orçamento.	
5. Até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita o orçamento, e sem prejuízo de outros que se venham a revelar necessários, a entidade gestora remete à ERSAR os seguintes elementos: (...) b) Relatório justificativo das diferenças apresentadas.	CM de Águeda	Devia ser definido o conteúdo mínimo do relatório justificativo das diferenças apresentadas.	O conteúdo do relatório decorre das diferenças apresentadas, devendo em qualquer caso conter a necessária fundamentação para as mesmas.	Sem alteração.
7. Até ao final do mês de fevereiro aprova o montante de desvios de gastos a registar pela entidade gestora nas respetivas contas.	CM de Mafra	Sugere-se que conste de forma expressa e inequívoca que é a ERSAR que aprova o montante de desvios de gastos.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“7. Até ao final do mês de fevereiro <u>a ERSAR</u> aprova o montante de desvios de gastos a registar pela entidade gestora nas respetivas contas <u>procedendo posteriormente à publicitação da referida decisão no seu sítio da internet da ERSAR.</u> ”

Artigo 25.º Definição de proveitos permitidos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A definição dos proveitos permitidos no âmbito de serviços multimunicipais de gestão de resíduos, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, segue o procedimento descrito nos números seguintes.	Resíduos do Nordeste	A aplicação do conceito de proveitos permitidos poderia ser alargada a situação dos litígios pendentes por força de discrepâncias de entendimentos quanto ao conceito de consumos mínimos entre entidades titulares municipais e as empresas fornecedoras em alta do Grupo Águas de Portugal.	O presente artigo está relacionado com a definição de proveitos permitidos no âmbito do Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (RTR), pelo que não se aplica aos serviços de águas. Porém, o projeto de regulamento tarifário dos serviços de águas encontra-se em elaboração, pelo que será esta questão remetida e analisada pela equipa que se encontra envolvida na sua elaboração.	Novos artigos 29.º a 33.º que constituem uma nova subsecção dedicada à definição de tarifas de serviços de gestão de resíduos urbanos e replicam a redação dos artigos 45.º a 48.º do RTT.
6. A proposta de investimentos a executar referida no número anterior é instruída dos seguintes elementos para cada investimento:	CM de Águeda	Tendo em consideração que se trata de uma entidade externa, não regulada por este documento, esta situação pode colocar em causa o cumprimento dos prazos previstos.	A redação deste artigo, tal como foi colocada a discussão pública reproduzia o procedimento previsto no Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR), aprovado pela Deliberação n.º 928/2014, publicado na 2.ª série do Diário da República, de 15 de abril.	Nos demais artigos sobre definição de tarifas que foram incluídos na subsecção relativa aos serviços de abastecimento e saneamento foram eliminadas as referências a tarifas dos serviços de gestão de resíduos urbanos.
a) Fundamentação da necessidade e oportunidade para realização de cada um dos investimentos propostos (novos e de substituição), apresentando as soluções alternativas estudadas, incluindo cálculos auxiliares, para o apuramento dos rendimentos e gastos incrementais e respetiva desagregação das parcelas consideradas para o efeito; b) No caso de investimentos em infraestruturas afetas à exploração destinados a	APA	Deve ser esclarecido de que forma será concretizado o mencionado pedido de parecer	No âmbito da revisão do RTR, aprovada pelo Regulamento n.º 52/2018, publicado na 2.ª série, foram revistas as regras sobre o procedimento de aprovação dos proveitos permitidos e das tarifas de gestão de resíduos urbanos para os diferentes modelos de gestão, tendo as mesmas sido objeto de consulta pública. Assim, procedeu-se à	Nos artigos 5.º, 7.º e 13.º acrescentou-se um novo número com a seguinte redação: "No caso em que seja aplicável o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos à definição da trajetória tarifária no âmbito do contrato de gestão delegada/ contrato parceria e de gestão/ revisão do contrato de gestão delegada ou de gestão e de parceria, o procedimento a

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>aumentar ou a repor a capacidade do sistema, o estudo de soluções alternativas referido na alínea anterior deve incluir a análise da viabilidade de utilização das infraestruturas de outros sistemas que apresentem capacidade ociosa;</p> <p>c) Parecer da Autoridade Nacional de Resíduos sobre os investimentos propostos;</p> <p>d) Indicação e justificação do valor de cada um dos investimentos e do calendário previsto para a sua realização;</p> <p>e) Peças desenhadas, se aplicável;</p> <p>f) Análise incremental do impacto de cada um dos investimentos na concessão, suportada em projeções económico-financeiras, incluindo as fontes de financiamento, o mapa de serviço da dívida e a calendarização financeira do investimento, bem como as projeções dos custos de exploração incrementais associados.</p>			<p>reorganização desta secção do regulamento, criando uma subsecção específica para a definição de tarifas de serviços de gestão de resíduos urbanos, que substitui o artigo 25.º do projeto colocado a discussão pública e reproduz a nova redação do regulamento tarifário.</p> <p>Adicionalmente, clarificou-se a articulação do procedimentos de definição das tarifas nos serviços de titularidade municipal em modelo de gestão delegada com os procedimentos de celebração e revisão dos respetivos contratos, previstos nos artigos 5.º, 7.º e 13.º do regulamento de procedimentos regulatórios, no sentido de exigir, nesses casos, o cumprimento do calendário definido no regulamento tarifário.</p>	<p>que se refere o número anterior segue ainda o previsto no artigo 32.º."</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
11. Ponderando os comentários que sejam apresentados pelas entidades gestoras, a ERSAR define e publica no respetivo sítio da internet, até 30 de setembro desse mesmo ano, os proveitos permitidos para o período de regulação seguinte e a tarifa do primeiro ano do mesmo.	EGF	A obrigação de reportar as fontes de financiamento e mapas de serviço de dívida só deve ter lugar no caso de atribuição de subsídios. Tratando-se de informação sensível da empresa, o presente apelo faz ainda mais sentido face à opção da ERSAR de publicar na íntegra os proveitos permitidos, sem sequer questionar a empresa quanto a matérias sensíveis. Ciente de que a mesma obrigação se encontra em sede de RTR, esta é uma das propostas de melhoria ao RTR que recentemente apresentámos ao regulador.		
	EGF	Nesta matéria, a notificação da entidade de regulada da decisão de proveitos permitidos e tarifa a praticar se justifica, inclusive ao abrigo do Código de Procedimento Administrativo.		

Artigo 26.º Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos por contrato

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A ERSAR intervém no ciclo anual de revisão tarifária de serviços municipais geridos por contrato, de concessão ou de	AdSJoão Indagua Fafe Indagua Feira	Não parece justificável que a ERSAR limite, por esta via, os poderes das Autarquias quando estabelece que a deliberação de aprovação da revisão	O parecer da ERSAR não é vinculativo, pelo que não limita a autonomia local das autarquias.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
gestão delegada, incluindo os contratos celebrados no âmbito de parcerias previstas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.	Indagua Matosinhos Indagua Oliveira de Azeméis Indagua Sto Tirso / Trofa Indagua Vila do Conde	tarifária só pode ser tomada pela entidade titular dos serviços após a emissão de parecer da ERSAR ou no decurso do respetivo prazo. Esta questão é ainda mais relevante quando o único prazo que parece estabelecer-se para a emissão deste parecer pela ERSAR é de 30 dias úteis o que é incompatível com a entrada em vigor a 1 de janeiro.	Em relação ao facto de estas datas tornarem difícil a entrada em vigor dos tarifários a 1 de janeiro, sublinha-se que o dia 15 de outubro é a data limite para submissão das propostas de tarifário, estando o módulo de regulação económica- formação de tarifário disponível a partir de 15 de setembro, pelo que podem as entidades gestoras submeter as suas propostas antes da data limite.	
	AdRibatejo	Este artigo não refere o prazo para emissão de parecer por parte da ERSAR, pelo que se aplicará o disposto no artigo 44.º (Contagem de prazos), ou seja, 30 dias úteis (pelo menos, caso não haja suspensão de prazo).	Relativamente ao prazo da ERSAR para emissão de parecer sobre os tarifários, confirma-se que o mesmo deve ser contado nos termos do artigo 44.º do regulamento, i.e. 30 dias uteis.	
2. As entidades gestoras, ou as entidades titulares caso tal esteja previsto no contrato de concessão, remetem à ERSAR a proposta de revisão tarifária para o ano seguinte: a) Até 15 de outubro no caso de prestação de serviços a utilizadores finais; b) Até 1 de agosto no caso de prestação de serviço a municípios utilizadores.	Ambilital	Entende-se que deve também estar previsto no caso de contratos de gestão delegada.	Acolhe-se a sugestão.	"3. (renumeração na sequência do aditamento de um novo n.º 2) As entidades gestoras, ou as entidades titulares caso tal esteja previsto no respetivo contrato concessão <u>ou de gestão delegada</u> , remetem à ERSAR (...)"
	AdRibatejo	Tendo em conta o prazo fixado na alínea a) do n.º 2) e que a entidade delegante deve aprovar o tarifário até ao final do mês de novembro (n.º 5), isto dizer que, caso a ERSAR não emitisse parecer, a	O dia 15 de outubro é a data limite para submissão das propostas de tarifário, estando o módulo de regulação económica- formação de tarifário disponível a partir de 15 de setembro,	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Entidade Titular teria 1 dia para aprovar o tarifário, o que não se o que não se considera viável face a outras obrigações procedimentais que impendem sobre as Câmaras Municipais (designadamente em termos de antecedência para agendar a discussão de assuntos em reunião de Câmara e disponibilizar a respetiva documentação). Sugere-se uma alteração nesta matéria: ou a definição de um prazo mais curto para a emissão do parecer por parte da ERSAR (15 a 20 dias) ou então a alteração do prazo limite para a aprovação do tarifário (não esquecendo que após a respetiva aprovação, existem também prazos a cumprir em matéria de publicidade do mesmo aos utilizadores finais).	pelo que podem as entidades gestoras submeter a sua proposta antes da data limite e assim antecipar a data limite para a emissão de parecer da ERSAR.	
	AdSJoão AEP Indaqua Fafe Indaqua Feira Indaqua Matosinhos Indaqua Oliveira de Azeméis Indaqua Sto. Tirso / Trofa	Os prazos estabelecidos são incompatíveis com prazos definidos nalguns Contratos de Concessão, onde o Índice utilizado na atualização tarifária apenas é conhecido a meados de novembro de cada ano e em consequência os prazos estabelecidos são incompatíveis com as datas de submissão e aprovação constantes nos contratos.	Os prazos aqui definidos são os considerados pela ERSAR como os adequados para a emissão atempada de parecer por parte da ERSAR de forma a permitir a entrada em vigor das atualizações tarifárias a 1 de janeiro, conforme exigido pelo artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Considerando que o presente regulamento tem eficácia externa, devem as entidades gestoras adaptar os	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	Indaqua Vila do Conde		seus procedimentos ao presente regulamento.	
	AEPSA Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	<u>Alínea b)</u> : A 1 de agosto ainda não estão disponíveis indicadores, nomeadamente de junho, que são utilizados nas fórmulas de atualização tarifária. A própria ERSAR propõe, no artigo 23.º, n.º 2, o envio da previsão dos indicadores económicos a 31 de julho. Proposta : Até 15 de setembro no caso de prestação de serviço a municípios utilizadores".	Considera-se que até essa data estão disponíveis todos os indicadores utilizados nas fórmulas de atualização de tarifários. No entanto, e sem prejuízo da necessidade de uma adaptação dos respetivos contratos, se em algum caso existir um indicador que não esteja disponível à data da submissão deve a entidade gestora expor a situação concreta à ERSAR.	
	AdPortugal	O prazo dado para reporte previsto artigo 26º/2/b) de 1 de agosto é discordante com o disposto dos sistemas municipais dos serviços de águas nos contratos de parceria e mostra-se desadequado face às outras entidades gestoras que prestam serviços a municípios utilizadores.	Os indicadores previstos no 23.º, n.º2, são para os sistemas de titularidade estatal pelo que não tem aplicação aos serviços de titularidade municipal.	
3. A proposta é acompanhada de nota justificativa, salvaguardando o disposto na legislação aplicável, no contrato e nas recomendações da entidade reguladora.	AdPortugal	Deve ser indicado o prazo de emissão das recomendações por parte da ERSAR e especificado o tipo e conteúdo das recomendações (e.g. recomendação para a elaboração de orçamentos?)	Para clarificar a questão é aditado um novo n.º 2 com a data limite para a disponibilização das recomendações. O n.º 2 e seguintes do projeto são, em consequência, renumerados.	"2 (novo) Até 15 de julho do ano anterior àquele a que respeita a proposta tarifária, a ERSAR remete a todas as entidades gestoras um conjunto de recomendações gerais para efeitos de elaboração das propostas revisão tarifária,

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				incluindo previsão de indicadores macroeconómicos."
5. Os tarifários são aprovados pelo concedente ou delegante até ao termo do mês de setembro ou novembro do ano civil anterior àquele a que respeitem, consoante se trate respetivamente de serviços prestados a entidades gestoras ou utilizadores finais.	AEPSA Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	Rever em conformidade com a alteração proposta ao n.º 2. Proposta: "[...] até ao termo do mês de outubro ou novembro [...]".	Não se acolhe em conformidade com o anteriormente exposto a propósito do comentário ao n.º 2.	Passa a n.º 6, mantendo a redação, por força do aditamento de um novo n.º 2.
6. A deliberação de aprovação da revisão tarifária só pode ser tomada pela entidade titular dos serviços após a emissão de parecer da ERSAR ou no decurso do respetivo prazo.	AdRibatejo	Gralha na redação. "... no decurso do respetivo prazo..."	Acolhe-se a sugestão de correção.	"... após a emissão de parecer da ERSAR ou <u>o</u> decurso do respetivo prazo..." Passa a n.º 7 por força do aditamento de um novo n.º 2.
	CM de Viana do Alentejo	Falta confirmar o prazo de resposta exigido pela ERSAR.	O prazo de emissão de parecer por parte da ERSAR nos termos do artigo 44.º (renumerado como 45.º na versão final) do presente regulamento é de 30 dias.	Sem alteração quanto a este aspeto.
8. A ERSAR publica as tarifas aprovadas no respetivo Portal e sítio da internet.	AdPortugal	Deve ser indicado o prazo de publicação das tarifas por parte da ERSAR.	A publicação das tarifas no sítio da ERSAR depende da data da sua submissão por parte das entidades gestoras e da qualidade da informação submetida.	Sem alteração quanto a este aspeto.

Artigo 27.º Revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em serviços municipais geridos por contrato de gestão delegada

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. No caso de revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária de entidades gestoras delegatárias, prevista no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a entidade delegante remete à ERSAR a proposta apresentada pela entidade gestora para emissão de parecer.	AdPortugal	Na redação deste artigo e atento a que no disposto no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não está indicado quem remete as revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária deve ser considerado que possa ser a entidade gestora a remeter.	Considerando que a entidade delegante é a entidade titular do serviço e quem aprovará a revisão, considera-se que no caso de revisões extraordinárias, (não estão previstas em contrato) deve ser esta a remeter a proposta à ERSAR.	Sem alteração.
4. A proposta referida nos números anteriores só pode ser autorizada pela entidade delegante no caso de ser emitido parecer favorável pela ERSAR, nos termos previsto no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;	CM de Águeda	Esta norma parece indicar que o parecer é vinculativo pelo que importa salientar que a mesma pode colocar em causa a autonomia do poder local.	Este número reflete uma obrigação prevista no n.º 6 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração.
5. No prazo de 15 dias contados da data da autorização da revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária, as entidades gestoras remetem à ERSAR, através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR, cópia do tarifário, da deliberação que o aprovou, bem	AdPortugal	Deve ser indicado o prazo para o qual a ERSAR tem de publicar no sítio da internet as tarifas aprovadas.	A publicação das tarifas no sítio da ERSAR depende da data da sua submissão por parte das entidades gestoras e da qualidade da informação submetida.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
como informação para avaliação da conformidade do tarifário com as recomendações da ERSAR, de acordo com o solicitado no Portal da ERSAR.				

Artigo 28.º Revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos sem contrato

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A ERSAR intervém no ciclo anual de revisão tarifária de serviços municipais geridos sem contrato, com vista a avaliar o nível de cumprimento das recomendações em matéria tarifária, de acordo com o procedimento descrito nos números seguintes.	CM de Lagos:	Neste artigo há uma alusão a “serviços municipais geridos sem contrato”. Será este o modelo de gestão direta a que aludem os artigos 14º e ss do Decreto-Lei n.º 194/2009	Correto, este artigo refere-se aos serviços de águas e resíduos geridos em gestão direta.	Sem alteração.
4. Os tarifários são aprovados órgãos competentes para o efeito até ao termo do mês de setembro ou novembro do ano civil anterior àquele a que respeitam consoante se trate respetivamente de serviços prestados a entidades gestoras ou utilizadores finais.	AdAlenquer AdCascais AEP APDA Aquapor CM de Águeda CM de Alenquer	Gralha: “Os tarifários são aprovados órgãos competentes”.	Acolhe-se a correção, alertando que, em virtude do aditamento de um novo número a este artigo relativo à disponibilização do acesso à funcionalidade de formação de tarifários necessários à submissão das propostas tarifárias (vide ponto 5 do presente relatório) o n.º 4 do projeto de regulamento corresponderá ao n.º 5 da versão final do documento.	“5. (renumeração na sequência do aditamento de um novo n.º 4 conforme apresentado no ponto 5 do presente relatório) Os tarifários são aprovados <u>pelos</u> órgãos competentes para o efeito até ao termo do mês de setembro (...)”

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	SMAS de Sintra	A data de 30 de setembro não se adequa ao prazo que as EG municipais tem para aprovação dos orçamentos municipais, uma vez que de acordo com a Lei n.º 73/2013, as propostas de orçamento municipal (que incluem o orçamento da EG) devem ser submetidas à assembleia municipal até 31 de outubro.	O prazo de 30 de setembro aplica-se à aprovação dos tarifários aos utilizadores municipais para permitir que as tarifas em alta sejam incorporadas no orçamento municipal. No caso dos SMAS de Sintra que apenas prestam serviço a utilizadores finais, a aprovação dos tarifários deve ser feita até ao final de novembro.	Sem alteração quanto a este aspeto.

Artigo 29.º Fiscalização do cumprimento das regras tarifárias

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Quando a ERSAR considere, com base na informação disponível, que existem indícios de que as tarifas aprovadas não cumprem a legislação e regulamentação aplicáveis, aplica-se o seguinte procedimento:	CM de Águeda	Esta questão colide com o princípio da autonomia dos municípios, pelo que a mesma deverá ser reajustada.	A definição das tarifas por parte da ERSAR em caso de incumprimento de uma instrução vinculativa emitida, resulta do n.º 3 do artigo 11-º-B do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, com a redação introduzida pela Lei n.º 12/2014, de 06 de março.	Sem alteração.
a) A ERSAR fixa à entidade gestora um prazo não inferior a 10 dias para prestar informações adicionais justificativas das tarifas aprovadas, descrevendo as dúvidas quanto à	ESGRA	Alíneas a) e b): Propõe-se o alargamento do prazos previstos nas alíneas a) e b) de 10 para 20 dias, no sentido de assegurar a adequada ponderação em sede de contraditório.	Os prazos previstos na presente disposição reproduzem os que foram definidos no n.º 3 do artigo 11-ºB do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, com a redação introduzida pela Lei n.º 12/2014, de 06 de março, e trata-se de prazos mínimos. Quando a	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
conformidade com as regras de construção das tarifas; b) Até 20 dias após a prestação de informações adicionais a que se refere a alínea anterior ou do final do prazo previsto para a sua prestação e caso a respetiva análise conclua pela existência de incumprimento, a ERSAR concede à entidade gestora e à entidade titular, se distinta, um período de contraditório, não inferior a 10 dias, para se pronunciarem sobre o incumprimento detetado, assim como sobre os valores que a ERSAR considera deverem ser praticados;			complexidade das situações o exigir, a ERSAR concederá mais tempo.	
c) Até 15 dias após a receção das pronúncias referidas na alínea anterior ou após o termo do respetivo prazo, e uma vez ponderada a pronúncia e os elementos apresentados em contraditório, a ERSAR aceita os valores aprovados ou emite uma instrução vinculativa indicando os novos valores das tarifas a praticar;	AEPSA Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	Trata de uma menção que constitui um abuso de direito. A ERSAR deverá fundamentar a não-aceitação dos elementos apresentados em contraditório.	No caso de ser emitida uma instrução vinculativa, a mesma incluirá o enquadramento do processo que a ela levou, bem como a fundamentação para a decisão.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
d) No caso de serviços geridos por contrato, a ERSAR determina, no prazo referido na alínea anterior, se existe necessidade de o rever.	AEPSA Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	Deve ser salvaguardado o equilíbrio económico-financeiro do contrato. Proposta de redação: "[...] se existe necessidade de o rever, salvaguardando-se, nas situações aplicáveis, o equilíbrio económico financeiro do contrato.	A ERSAR tem, como atribuição na execução do seu mandato, a salvaguarda do equilíbrio económico-financeiro das atividades dos setores regulados.	Sem alteração.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento a violação da legislação ou regulamentação aplicáveis à definição, fixação, revisão e atualização das tarifas, designadamente do disposto no artigo 82.º da Lei da Água, nos artigos 20.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, no artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, e no regulamento tarifário, em termos que possam comprometer, designadamente, a sustentabilidade económico-financeira do serviço ou a acessibilidade económica ao mesmo por parte dos utilizadores finais, onerando-o injustificadamente.	Ambital	Neste ponto deve fazer-se referência ao artigo 21.º da atual Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro) ao invés do referido artigo 16.º da revogada Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de Janeiro).	Acolhe-se a sugestão.	“(...) designadamente do disposto no artigo 82.º da Lei da Água, nos artigos 20.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, no artigo <u>21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro</u> , e no regulamento tarifário (...)”
4. Decorrido o prazo de 30 dias após a emissão da instrução vinculativa prevista na alínea c)	LIPOR CM de Águeda CM de Barreiro	Não respeita o princípio da autonomia dos municípios constitucionalmente consagrados	A fixação das tarifas por parte da ERSAR em caso de incumprimento de uma instrução vinculativa emitida, resulta do	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
do n.º 2, sem que as tarifas tenham sido adaptadas nos termos indicados pela ERSAR, as mesmas são fixadas por esta entidade e comunicadas às entidades gestoras e às entidades titulares dos serviços.	EMAC		n.º 3 do artigo 11-ºB do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, com a redação introduzida pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março.	
5. Os valores a definir pela ERSAR nos termos previstos no número anterior devem assegurar uma variação progressiva face aos valores em vigor, de modo a garantir a acessibilidade económica ao serviço, salvo quando esteja em causa a cobertura de custos definida pela trajetória tarifária dos pressupostos de viabilidade económica do sistema.	CM de Viana do Alentejo	Procedimentos da ERSAR colidem com a autonomia municipal		

Artigo 30.º Reporte, processamento e divulgação de informação económico-financeira

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Até ao termo do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeita o exercício considerado, as entidades gestoras remetem	AdRibatejo	Considerando que as EG (pelo menos as de titularidade municipal em gestão delegada) estão também obrigadas à prestação eletrónica de contas ao Tribunal de Contas até ao final do mês	Este prazo está previsto no n.º 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei. n.º 194/2009, de 20 de agosto, com a redação introduzida pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, pelo que não	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
à ERSAR o relatório e contas aprovado em assembleia-geral de acionistas ou, quando não sejam entidades empresariais, documento equivalente de prestação de contas, acompanhado da respetiva ata de aprovação pelo órgão competente, dos balancetes contabilísticos e fundamentação das chaves de repartição aplicadas.		de abril, e para evitar sobreposição de prazos, sugere-se a alteração desta norma, com o alargamento do prazo até 15 de maio.	pode a ERSAR alterar o mesmo, contudo não deixará de considerar este aspeto nos contributos prestados no âmbito de uma eventual alteração àquele diploma legal.	
	AdPortugal	Não se encontra previsto na lei o ato e o prazo constante no n.º 1 para os sistemas de titularidade estatal e que apenas parte do previsto para os sistemas de titularidade municipal se encontra previsto na lei.	Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 5.º dos seus Estatutos, constitui atribuição da ERSAR supervisionar os aspetos económico-financeiros das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, revelando-se estes elementos essenciais para o cumprimento dessa atribuição. Relativamente ao prazo estabelecido, considera-se ser o adequado, nomeadamente para devido acompanhamento da entidade gestora.	
2. As entidades gestoras de serviços de titularidade estatal remetem ainda à ERSAR, conjuntamente com os elementos referidos no número anterior, o relatório anual de execução orçamental devidamente fundamentado, acompanhado de ficheiro em suporte digital disponibilizado pela ERSAR.	EGF	Clarificar se o n.º 2 se aplica às entidades gestoras de titularidade estatal com capital maioritariamente privado.	Não sendo feita qualquer exceção, a presente norma a todas as entidades gestora de sistemas de titularidade estatal, independente da sua natureza.	Sem alteração.
	AdPortugal EMAC	Não se encontra prevista na lei a obrigação de reporte de um relatório anual de execução orçamental devidamente fundamentado, ainda mais devendo o mesmo ser “acompanhado do ficheiro de suporte disponibilizado pela ERSAR” em termos por concretizar.	Nos termos dos respetivos Estatutos, a ERSAR poderá, no exercício das suas funções de entidade reguladora, solicitar quaisquer elementos que sejam considerados necessários à prossecução das suas atribuições. Assim, considerando que nos termos da al. a) do n.º 3 do artigo 5.º dos seus Estatutos, compete à ERSAR fixar as	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			tarifas dos sistemas de titularidade estatal e supervisionar outros aspetos económicos ou financeiros, esclarece-se que o relatório de execução orçamental permite avaliar os desvios face aos orçamentos aprovados contribuindo para um processo de definição de tarifas mais fundamentado. Por conseguinte e por se entender que este documento é fundamental aos propósitos acima descritos não se acolhe a sugestão	
4. No caso das entidades gestoras de serviços de titularidade municipal, o reporte de contas é realizado através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR.	AdPortugal	Não se define o prazo para o qual as entidades gestoras de serviço de titularidade municipal tenham de proceder ao reporte de contas.	A data de reporte de contas é, nos termos do n.º 1, 30 de abril, .	Sem alteração.
5. A ERSAR pode realizar ações de auditoria para efeitos de validação de informação económica e financeira e de obtenção de dados complementares.	AdPortugal	A expressão "... de obtenção de dados complementares" é vaga e deve ser concretizada	Não é possível concretizar a natureza dos dados complementares já que os mesmos dependem das circunstâncias de cada caso concreto. O objetivo é garantir que a ERSAR dispõe de toda a informação necessária e suficiente ao exercício das suas atribuições e competências.	Sem alteração.
	EGF	Não são identificados os procedimentos da auditoria. Aliás, com a leitura conjugada do n.º 8 do artigo 40º prevê-se um regime excecional deste tipo de	Reconhecendo-se a pertinência do comentário e de forma a acolher a sugestão da EGF irá ser eliminada do n.º 8 do artigo 40.º a referência ao artigo	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		auditorias, o que não se compreende e, em nossa opinião, não se justifica, pois tratam-se sempre de auditorias complexas, com grande exigência de informação e disponibilidade de colaboradores das empresas. Propõe-se, assim, que pelo menos se preveja expressamente a necessidade de uma articulação prévia com a empresa para efeitos da realização das mesmas.	30.º passando as auditorias sobre a informação económico-financeira a seguir o procedimento descrito naquele artigo.	

Artigo 31.º Avaliação anual da qualidade de serviço prestados aos utilizadores

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Até 31 de janeiro de cada ano a ERSAR disponibiliza no Portal da ERSAR versão atualizada do guia técnico de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores, bem como os ficheiros de apoio ao reporte de dados, definindo os critérios de avaliação e os valores ou bandas de referência.	AEPSA	Caso haja introdução de novos indicadores, tendo em conta que os mesmos dizem respeito ao ano anterior, deveriam ser comunicados com um ano de antecedência por forma a que as EG possam preparar a recolha da informação necessária..	Concorda-se com a sugestão, aditando-se para o efeito um novo n.º 3 aplicável às situações de revisão do sistema de avaliação. De resto, sempre que a ERSAR fez uma revisão mais profunda ao sistema de avaliação, no primeiro ano de aplicação, os indicadores novos apresentam-se como teste, de forma proporcionar tempo de adaptação às entidades gestoras, quer para as que não têm a informação, quer para as que têm e que o reporte dessa informação permite eventuais correções aos indicadores.	"3. (novo) Sempre que haja lugar a uma revisão do sistema de avaliação da qualidade do serviço, com a reformulação e/ou introdução de indicadores, que implique alteração no tratamento de informação por parte da entidade gestora, o novo guia é disponibilizado no ano anterior à sua aplicação."
	AdRibatejo	O guia técnico aplicável a determinado ano deveria ser publicado antes do início desse ano, no mínimo 2 meses antes, para as EG adaptem a recolha de informação ao exigido		
	INOVA	O avaliado deve poder conhecer os indicadores e respetivas metas		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		estabelecidas com antecedência (previsibilidade), de forma a adequar os seus comportamentos e tomar iniciativas durante o ano, para alcançar as metas estabelecidas, pelo que se deve estabelecer que a versão publicada até ao final de janeiro apenas se aplica a esse ano e não ao anterior.	Não obstante, todos os anos existem correções de gralhas ou a inclusão de comentários com o objetivo de facilitar a compreensão de definições e do reporte dos dados, dando origem a versões de atualização do Guia, cuja comunicação no início do ano se considera suficiente.	
3. Até ao dia 1 de março de cada ano a ERSAR faculta às entidades gestoras o acesso à funcionalidade de reporte de informação necessária à avaliação da qualidade de serviço no Módulo da Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR.	CM de Ponte da Barca	O acesso à funcionalidade de reporte de informação necessária à avaliação da qualidade, deve garantir às entidades gestoras obter os ficheiros de apoio para reporte dos dados, compatíveis com os existentes na entidade gestora.	A ERSAR disponibiliza os ficheiros de apoio no formato mais funcional para a compilação da informação solicitada. Sempre que ocorrem dificuldades de compatibilidade, a ERSAR disponibiliza todo o apoio necessário à resolução dos problemas identificados.	Sem alteração.
4. Até 31 de março, no caso de serviços em alta, e até 30 de abril, no caso de serviços em baixa, as entidades gestoras procedem às seguintes atividades, com base nos dados relativos à atividade do ano anterior:	AdAlenquer AdCascais AEP Aquapor CM de Alenquer	Deve manter-se o atual prazo de 31 de março para reporte por todas as entidades gestoras.	Justifica-se a diferenciação dos prazos de reporte das EG em alta e em baixa, uma vez que permite à ERSAR proceder a validação cruzada de informação.	Sem alteração.
	AdPortugal	Tendo em conta que no artigo 31º/3 é referido que a ERSAR facultará o acesso à funcionalidade de reporte de informação “até ao dia 1 de março de cada ano” considera-se que o prazo dado para reporte às entidades em alta (31 de março) é muito curto, sendo inexecutável, para entidades com	A diferenciação dos prazos de reporte das EG em alta e em baixa, permite à ERSAR proceder a validação cruzada de informação. De referir, que o trabalho de compilação da informação deve ser realizado pela EG ao longo do ano em análise.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		dimensão da Entidades Gestoras integrantes no Grupo AdP - Águas de Portugal (e.g. EPAL, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. ou Águas do Norte, S.A.). Assim, considera-se que, à semelhança do preconizado para as entidades em baixa, as entidades em alta devam poder reportar a sua informação até 30 de abril.		
c) Introdução dos dados, através da importação dos ficheiros de apoio mais atuais disponibilizados pela ERSAR, assim como da documentação necessária para a validação dos mesmos, através do Módulo de Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR.	AdRibatejo	Com base no comentário anterior onde se lê “importação dos ficheiros de apoio mais atuais” deve ler-se “importação dos ficheiros de apoio disponibilizados pela ERSAR”	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a redação em causa.	"c) Introdução dos dados, através da importação dos ficheiros de apoio disponibilizados pela ERSAR, assim como da documentação necessária para a validação dos mesmos, através do Módulo de Qualidade de Serviço do Portal da ERSAR."
5. Até 15 de setembro de cada ano, a ERSAR: (...) b) Realiza auditorias junto das entidades gestoras, na totalidade ou por amostragem, para validação dos dados, das quais deve resultar, por cada auditoria, um documento final que, no caso de auditoria presencial, é assinado pelos	CM de Ponte da Barca	No caso de efetuar auditoria presencial, esta deverá ser agendada num período próximo à data de submissão dos dados na plataforma ERSAR, garantindo desta forma uma maior eficácia na discussão dos dados reportados.	Entende-se o comentário, sendo objetivo da ERSAR que as auditorias sejam marcadas com a maior proximidade ao período de submissão dos processos. Note-se que o regulamento estabelece a data de 15 de setembro para o processo estar todo terminado, que inclui a realização das auditorias e o subsequente período de contraditório.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
representantes da ERSAR e da entidade gestora;				
6. As auditorias presenciais referidas na alínea c) do n.º 5 são comunicadas à entidade gestora com uma antecedência mínima de 5 dias da qual consta a identificação dos representantes da ERSAR.	AdPortugal	Deve ficar claro se os dias considerados são úteis	Nos termos do artigo 44.º (45.º na versão final) do presente regulamento, os prazos contam-se nos termos do CPA, o que, corresponde a dias úteis.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AEPSA EGF	5 dias parece um prazo relativamente curto, tendo em conta a necessidade de disponibilidade de pessoas e dados. Sugere-se uma antecedência mínima de 10 dias úteis.	Considerando que os dados a auditar são os já submetidos no processo de qualidade de serviço, considera-se o prazo de 5 dias adequado na medida em que os dados já estão tratados. Contudo, sempre que existe alguma indisponibilidade por parte da EG, a ERSAR mantém abertura para proceder ao reagendamento da auditoria presencial.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AEPSA Aquapor CM de Mafra	Remissão errada para a alínea c). As auditorias presenciais estão referidas na alínea b) do n.º 5.	Acolhe-se a sugestão de correção, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	"7. (renumeração) As auditorias presenciais referidas na alínea <u>b)</u> do n.º 6 são comunicadas, <u>por escrito</u> , à entidade gestora com uma antecedência mínima de 5 dias <u>relativamente ao seu início</u> , <u>constando</u> <u>nessa comunicação</u> a identificação dos representantes da ERSAR."
	CM de Águeda	Poderia ficar definido as formas de comunicação e também a respetiva confirmação da comunicação por parte da entidade gestora.	Não existe nenhum normativo legal que imponha determinada forma para as comunicações entre as partes pelo que, entre o correio eletrónico ou postal, será adotado aquele que a ERSAR considerar o mais adequado para o efeito. Revê-se de todo o modo a redação no sentido de deixar claro que será uma comunicação escrita.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			A confirmação por parte da entidade gestora encontra-se prevista no número seguinte.	
9. Os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória são publicados no sítio da ERSAR na internet e no Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação.	AEPSA	Não são definidos prazos para a disponibilização de informação por parte da ERSAR. Deve ser indicada a data limite, em cada ano, até à qual serão publicados os resultados mais relevantes obtidos na atividade regulatória.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a redação do n.º 9	“10. (renumeração) Os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória são publicados no sítio da ERSAR na internet e no Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal <u>até 30 de novembro, podendo ser utilizados outros instrumentos de divulgação</u> ”

Artigo 32.º Alteração dos prazos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Excecionalmente, a ERSAR pode proceder à alteração dos prazos previstos no artigo anterior para o ciclo da qualidade de serviço, desde que informe atempadamente as entidades gestoras.	AdPortugal AdRibatejo CM de Águeda	Devia ficar mais esclarecido o conceito de “atempadamente”.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a redação em causa.	"Excecionalmente, a ERSAR pode proceder à alteração dos prazos previstos no artigo anterior para o ciclo da qualidade de serviço, desde que informe as entidades gestoras <u>com uma antecedência de 10 dias.</u> "
	EMAC	Sugere-se um período mínimo de comunicação de 15 dias	Considerando os contributos recolhidos procede-se à alteração da redação, embora se adote um prazo que se considera mais adequado.	

Artigo 33.º Verificação da qualidade da água para consumo humano

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A ERSAR exerce as funções de autoridade competente para o controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, e de acordo com os procedimentos descritos nos artigos seguintes.	AdPortugal	Incluir referência ao Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que alterou o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.	Todas as referências legais a diplomas devem considerar-se feitas à respetiva versão em vigor a cada momento. De todo o modo, tendo presente que o Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, eliminou-se essa referência.	"1. A ERSAR exerce as funções de autoridade competente para o controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e de acordo com os procedimentos descritos nos artigos seguintes."
2. A intervenção da ERSAR prevista na presente secção aplica-se a todas as entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água para consumo humano que atuem no território de Portugal continental.	AdAlenquer AEPSA Aquapor CM de Alenquer	O consumo de água pelo público ocorre independentemente do modelo de gestão do sistema. Deve haver lugar a uma clarificação que o âmbito da regulação abrange entidades públicas e privadas responsáveis pelo abastecimento público (em conformidade com as obrigações previstas no art.36º, n.º 2). Proposta: A intervenção da ERSAR prevista na presente secção aplica-se a todas as entidades gestoras, públicas ou privadas, de sistemas de abastecimento de água [...]"	Não se compreende o alcance do comentário, uma vez que por força do artigo 2.º o presente regulamento aplica-se a todas as entidades gestoras sujeitas à regulação da ERSAR, independentemente da sua natureza pública ou privada. A distinção que se considera mais relevante para este efeito é a que distingue sistemas de abastecimento público e sistemas de abastecimento particular (vide comentário n.º 3 e correspondente resposta), pelo que se entendeu pertinente clarificar neste número que se trata do primeiro grupo. Embora isso já resultasse do artigo 2.º e 37.º do projeto de regulamento e do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aproveitou-se para clarificar que a	"2. A intervenção da ERSAR prevista na presente secção aplica-se a todas as entidades gestoras de sistemas de abastecimento <u>público</u> de água para consumo humano que atuem no território de Portugal continental, <u>bem como aos laboratórios responsáveis pelo respetivo controlo da qualidade da água.</u> "

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			presente secção regula igualmente a supervisão de laboratórios pela ERSAR.	
3. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares estão dispensadas da submissão à ERSAR do programa de controlo da qualidade da água para consumo humano (PCQA) e dos resultados da verificação da qualidade da água, nos termos do artigo 35.º e 36.º do presente regulamento, ficando contudo sujeitas à ação fiscalizadora da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 15.º e do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.	AdS João AEPSA Indaqua Fafe Indaqua Feira Indaqua Matosinhos Indaqua Oliveira de Azeméis Indaqua Santo Tirso Indaqua Vila do Conde IndaquaTrofa	Considera-se necessário clarificar o conceito “entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares”.	O conceito de “entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares” consta da alínea i) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto. O artigo 7.º do mesmo diploma distingue, de entre estas, quais estão isentas da aplicação deste regime legal (entidades gestoras de sistemas de abastecimento particular que sirvam menos de 50 pessoas ou que sejam objeto de consumo inferior a 10m³ por dia e não forneçam água no âmbito de uma atividade pública ou privada de natureza comercial, industrial ou de serviços) e quais (as demais) estão sujeitas à intervenção da ERSAR. Não obstante, após melhor análise, conclui-se que a intervenção da ERSAR sobre estas últimas se encontra suficientemente disciplinada naquele diploma legal, não trazendo as normas do presente regulamento valor acrescentado suficiente que justifique a extensão da sua aplicação a estas entidades.	Eliminado.
	Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	Prever a obrigatoriedade de envio do PCQA para EG públicas ou privadas.	A previsão deste número decorre do estabelecido no artigo 7.º do DL n.º 306/2007, de 27 de agosto. Não se deve	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			confundir entidades gestoras (de sistemas públicos) de natureza privada (como as concessionárias municipais) com entidades gestoras de sistemas de abastecimento particular (ver definição acima indicada).	

Artigo 34.º Pedidos de dispensa ou redução do controlo analítico

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Para os efeitos do número anterior, e para que seja aplicado o procedimento previsto no artigo seguinte, as entidades gestoras podem, até 31 de julho do ano anterior àquele a que dizem respeito, submeter à aprovação da ERSAR os pedidos de:				
a) Dispensa do controlo analítico de um ou mais pesticidas, identificando as origens de água em exploração nos pontos de entrega/zona de abastecimento para as quais se pede a dispensa, acompanhados dos pareceres da respetiva direção regional de agricultura da zona envolvente de cada origem de água e da	AdRibatejo	Devem ser nomeadas todas as entidades a consultar para o provimento de pareceres sobre a dispensa de controlo analítico de pesticidas, de forma a não burocratizar o processo.	A redação do presente artigo refletia o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto. Face à revisão deste diploma, pelo Decreto-lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, (que revogou aquele artigo) a redação desta disposição foi reformulada, de modo a refletir o procedimento de avaliação de risco imposto pelo novo artigo 14.º-A do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, cujo conteúdo responde a grande parte dos comentários recebidos para a clarificação de conteúdos mínimos e critérios de apreciação na dispensa de controlo de parâmetros (avaliação do risco).	Ver ponto 5 do relatório.
	APA	Propõe-se que seja incluída a APA, I.P. no âmbito das suas competências na identificação e caracterização de		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária ou outros organismos com competência para o efeito;		poluentes específicos e substâncias prioritárias.		
b) Dispensa do controlo analítico das substâncias radioativas, acompanhado de um estudo de avaliação do risco por cada origem de água bruta utilizada que justifique a dispensa por cada ponto de entrega/zona de abastecimento;	AdRibatejo	Devem ser disponibilizados às entidades gestoras os conteúdos mínimos que as avaliações de risco devem seguir		
c) Dispensa do controlo analítico de um ou mais parâmetros do controlo de inspeção, acompanhado de um estudo devidamente fundamentado para cada ponto de entrega/zona de abastecimento a que se aplica o pedido de dispensa.	AdRibatejo	Devem ser identificados os conteúdos mínimos a constar dos requerimentos de dispensa de controlo analítico. Esclarecer se devem ser seguidos os pressupostos no n.º 3 do Artigo 16.º do DL 306/2007, de 27 de agosto. (clarificar o conteúdo para além dos pressupostos do artigo 35.º)		
	AdAlenquer AEP AEP CM de Alenquer	Há parâmetros de rotina II que em determinada ZA podem não ter histórico de concentração detetável. Proposta: "[...] dos controlos de inspeção ou rotina II [...]"		
d) Redução da frequência mínima de amostragem regulamentar aplicável a um ou mais parâmetros do controlo analítico, acompanhado de um	AdRibatejo	Devem ser identificados os conteúdos mínimos a constar dos estudos de suporte ao requerimento de redução de frequência mínima de amostragem.		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
estudo devidamente fundamentado para cada ponto de entrega/ zona de abastecimento a que se aplica o pedido.		(clarificar o conteúdo para além dos pressupostos do artigo 35.º).		
<p>3. Os estudos referidos no número anterior devem ser devidamente instruídos tendo em conta a seguinte informação e pressupostos: (...)</p> <p>b) A dispensa do controlo analítico de um parâmetro pressupõe que os resultados obtidos na verificação da qualidade da água, a partir de amostras colhidas em intervalos regulares, durante um período mínimo de três anos, em pontos representativos do ponto de entrega/zona de abastecimento, não ultrapassam 30% do valor paramétrico respetivo, nem evidenciam uma tendência crescente;</p> <p>c) A redução da frequência mínima de amostragem de um parâmetro pressupõe que os resultados obtidos na verificação da qualidade da água, a partir de amostras colhidas em intervalos</p>	<p>AdAlenquer AEPSA Aquapor CM de Alenquer</p>	<p>Concretizar qual a regularidade dos intervalos de tempo previstos. Proposta: "[...] amostras colhidas em intervalos com frequência não inferior a semestral, durante um período mínimo de três anos, [...]"</p>		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
regulares, durante um período mínimo de três anos, em pontos representativos do ponto de entrega/zona de abastecimento, não ultrapassam 60% do valor paramétrico respetivo, nem evidenciam uma tendência crescente;				
4. A ERSAR aprecia os pedidos dispensa ou redução do controlo analítico e comunica a decisão no prazo de 45 dias a contar da data de receção do pedido devidamente instruído.	AEPSA	Gralha de redação. Proposta: "... aprecia os pedidos de dispensa...".		
	CM de Águeda	Questiona-se o racional do prazo de 45 dias, quando o Regulamento estipula quase sempre um prazo de 30 dias		

Artigo 35.º Elaboração e aprovação do programa de controlo da qualidade da água

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Apenas podem ser submetidos no Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR os PCQA que prevejam a contratação pela respetiva entidade gestora de laboratório que previamente tenha dado cumprimento ao previsto no Artigo 37.º.	AdPorto:	A redação parece afastar os laboratórios acreditados das entidades gestoras. Proposta de redação: "2. Apenas podem ser submetidos no Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR os PCQA que prevejam laboratório que previamente tenha dado cumprimento ao previsto no Artigo 37.º, seja o mesmo da entidade gestora ou a contratar."	Acolhe-se parcialmente a sugestão. Para o efeito, alterando-se a respetiva redação. Neste sentido substitui-se a palavra "contratação" por "utilização". Adicionalmente adaptou-se a redação da parte final desta disposição à terminologia do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 306/2017, de 27 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.	"2. Apenas podem ser submetidos no Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR os PCQA que prevejam a <u>utilização</u> pela respetiva entidade gestora de laboratório que <u>tenha sido considerado apto nos termos do artigo 38.º.</u> "

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. A aprovação do PCQA depende da existência de título válido para o exercício da atividade de abastecimento público de água pela entidade gestora.	AdRibatejo:	Deve ser explicitado o sentido de “título válido para o exercício da atividade de abastecimento público de água pela entidade gestora”.	Caso a entidade gestora não seja a entidade titular (gestão direta), o título válido depende do modelo de gestão que lhe seja aplicável: tratando-se de uma empresa concessionária ou delegatária, o título válido será o respetivo contrato de concessão ou gestão delegada. No caso de se tratar de gestão por parte de Juntas de Freguesia, o título válido para o exercício da atividade de abastecimento público de água pela EG é um contrato interadministrativo, conforme resulta do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Admitindo-se, porém, que o quadro legal possa evoluir, considera-se preferível não fazer essa tipificação nesta norma.	Sem alteração.

Artigo 36.º Implementação do programa de controlo da qualidade da água

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento público comunicam à ERSAR, através do Módulo de Qualidade da Água do Portal da ERSAR:	CM de Ponte da Barca	Todas as situações de incumprimento dos valores paramétricos, deverão ser comunicados, no portal ERSAR, até ao final do segundo dia útil seguinte àquele em que tiveram conhecimento da sua ocorrência.	O previsto na alínea a) do n.º 2 do presente artigo corresponde a uma obrigação prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, pelo que não pode a ERSAR alterar esta obrigação.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a) Todas as situações de incumprimento dos valores paramétricos, até ao fim do dia útil seguinte àquele em que tiveram conhecimento da sua ocorrência;				
3. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares dão cumprimento ao disposto nos dois números anteriores através de meios alternativos e auditáveis, designadamente, ofício, fax ou correio eletrónico, de modo a dar cumprimento aos prazos legalmente previstos.	AdAlenquer AEPSA Aquapor CM de Alenquer	Dar acesso ao portal da ERSAR a entidades privadas.	Parece poder existir confusão entre entidades privadas gestoras de sistemas públicos (concessionárias) e entidades gestoras de sistemas de abastecimento particular. Sem prejuízo, e conforme referido em resposta ao comentário apresentado a propósito do n.º 3 do artigo 33.º, tendo-se concluído que a intervenção da ERSAR sobre as entidades gestoras de sistemas de abastecimento particulares se encontra suficientemente disciplinada no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, não trazendo as normas do presente regulamento valor acrescentado suficiente que justifique a extensão da sua aplicação a estas entidades, eliminou-se a presente disposição.	Eliminado
6. As entidades gestoras de sistemas públicos de abastecimento, que não tenham o seu PCQA aprovado pela ERSAR continuam obrigadas a	AdPortugal	Necessidade de uniformização de conceitos: “sistemas de abastecimento público (artigo 36/2) e sistemas públicos de abastecimento (artigo 36/6).	Acolhe-se a sugestão, passando a ser utilizado o termo "Sistemas de abastecimento público".	“5. (renumeração) As entidades gestoras de sistemas de abastecimento <u>público</u> , que não tenham o seu PCQA aprovado (...)”.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
dar cumprimento a todos os requisitos legais constantes do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e a transmitir à ERSAR todas as informações necessárias através de meios alternativos e auditáveis, designadamente, correio postal, fax ou correio eletrónico, de modo a dar cumprimento aos prazos legalmente previstos.				
7. A ERSAR realiza, de acordo com critérios de avaliação de risco, ações de fiscalização e inspeção às entidades gestoras de sistemas públicos de abastecimento de água e de supervisão aos laboratórios, ficando estas entidades obrigadas a enviar à ERSAR, no prazo que por esta venha a ser estabelecido, toda a informação necessária ao acompanhamento da sua atividade	AdPortugal	Deve ser estabelecido um prazo mínimo.	Não se considera possível a concretização proposta. Só poderá estabelecer-se um prazo caso a caso, dependendo do tipo de informação de que se revele necessária.	Sem alteração quanto aos comentários apresentados a este número. Na sequência do comentário e resposta ao n.º anterior a redação do n.º 7 também é corrigida: "7. A ERSAR realiza, de acordo com critérios de avaliação de risco, ações de fiscalização e inspeção às entidades gestoras de <u>sistemas de abastecimento público</u> de água (...)"
	AdPortugal	Não se alcança o que é considerada "informação adicional" pelo que deve ser esclarecido e indicado na redação deste artigo o tipo de informação o regulador se está a referir.	Deve ser considerada informação adicional toda a informação necessária para o entendimento de várias situações, desde sistemas de tratamento instalados, boletins de análise, etc.	
	AEPSA	Devem ser explicitados quais os critérios de avaliação de risco que são tidos em conta neste âmbito.	Não se acolhe a sugestão, pois pretende-se garantir alguma flexibilidade e adaptação dos critérios às exigências e prioridades que vão sendo definidas e revistas. Note-se que sendo a avaliação do risco uma abordagem que privilegia a melhoria contínua, a identificação dos critérios	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			neste regulamento obrigaria a revisões constantes deste documento.	
	AEPSA Aquapor AdAlenquer CM de Alenquer	Retirar referência aos laboratórios, uma vez que estes já têm, segundo a ERSAR, de ser acreditados para elaborar o PCQA. Proposta de redação: "[...] às entidades gestoras de sistemas públicos de abastecimento de água, ficando estas entidades obrigadas a enviar à ERSAR, [...]"	Não se acolhe a sugestão uma vez que apesar de o organismo de acreditação ser o IPAC, a ERSAR continua a ter responsabilidades no processo de acreditação.	

Artigo 37.º Comprovação de acreditação e supervisão dos laboratórios de ensaios

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Para que possam constar no Portal da ERSAR como aptos à realização de colheitas de amostras e de ensaios de água destinada ao consumo humano no âmbito de aplicação da legislação em vigor, os laboratórios remetem à ERSAR um pedido, por meios eletrónicos, instruído com a cópia do documento comprovativo do seu âmbito de acreditação, emitido pelo organismo nacional de	AdPortugal	Deve ser clarificado como o procedimento descrito deve ser efetuado caso se trate de um laboratório internacional. Também deve ficar claro que caso se trate de um laboratório internacional se o mesmo tem que ter a acreditação emitida pelo organismo nacional de acreditação e que se é aceite outro organismo de acreditação, e.g. de outros Estados Membros.	A disposição em análise refere-se à acreditação emitida pelo organismo nacional de acreditação pois, como definido no Regulamento CE 765/2008, um laboratório deve ter a acreditação do organismo nacional relativo ao país onde o laboratório está instalado ou onde opera. O organismo nacional de acreditação não tem, portanto de ser o português, mas sim o do país onde o laboratório opera.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
acreditação, bem como a informação sobre os parâmetros que pretendem subcontratar a um laboratório acreditado para o efeito, se for o caso.				
3. A atividade dos laboratórios no âmbito de aplicação do PCQA está sujeita à supervisão da ERSAR, designadamente para verificação do cumprimento do procedimento e do prazo de comunicação de incumprimentos dos valores paramétricos e do procedimento de subcontratação de ensaios a outros laboratórios acreditados para o efeito, seguindo o regime previsto no Artigo 41.º para as fiscalizações.	AdPortugal	Comentário idêntico ao apresentado para o n.º 1.	Ver resposta ao comentário ao n.º 1.	Sem alteração.

Artigo 38.º Reporte, processamento e divulgação de informação dos dados do controlo da qualidade da água

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3. Até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que diz respeito, com base na informação recolhida nos termos dos números anteriores,	AdPortugal	Deve ser indicado que o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal será disponibilizado no sítio Institucional da ERSAR (por analogia do	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a redação	“3. Até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que diz respeito, com base na informação recolhida nos termos dos números anteriores,

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a ERSAR consolida a análise dos resultados anuais do controlo da qualidade da água e da sua evolução temporal, ou seja, histórica, reportando os dados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória através da edição e divulgação pública do Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação.		disposto no artigo 31º/5/e) e artigo 31º/9).		a ERSAR consolida a análise dos resultados anuais do controlo da qualidade da água e da sua evolução histórica, reportando os dados mais relevantes obtidos no Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, <u>disponibilizado no sítio da internet da ERSAR, podendo utilizar</u> outros instrumentos de divulgação.”

Artigo 39.º Análise de reclamações de utilizadores dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As entidades gestoras remetem à ERSAR as reclamações apresentadas nos respetivos livros de reclamações no prazo de 10 dias após a apresentação da reclamação pelo utilizador.	AdPorto	Deve ficar expresso que a resposta ao utilizador deve ser dada no prazo de 22 dias úteis, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável em vigor. Proposta de redação: As entidades gestoras remetem à ERSAR as reclamações apresentadas nos respetivos livros de reclamações no prazo de 10 dias após a apresentação da reclamação pelo utilizador. Sem prejuízo de responder por escrito, no prazo máximo de 22 dias úteis, ao	A obrigação de resposta ao utilizador não corresponde a um procedimento entre a ERSAR e a entidade gestora, pelo que extravasa o âmbito do presente regulamento. Essa obrigação, para além de resultar da Lei, terá consagração no Regulamento de Relações Comerciais da ERSAR que também se encontra em elaboração.	Sem alteração quanto a este aspeto. Vide nova redação apresentada no ponto 5 quanto à alteração do prazo legal de envio à ERSAR.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		mesmo, comunicando o teor da sua decisão e respetiva fundamentação."		
3. Após a receção desses elementos, e caso considere necessário, a ERSAR solicita esclarecimentos à entidade gestora, através do Módulo de Reclamações do Portal da ERSAR e, ou, aos reclamantes, os quais devem ser remetidos no prazo de 10 dias.	ESGRA	Deve ser fixado em 15 dias o prazo para a entidade gestora prestar esclarecimentos sobre as reclamações apresentadas	Nos termos do artigo 5.º e 5.º-B do DL n.º 156/2005, de 15 de setembro (na redação dada pelo DL n.º 74/2017, de 21 de junho) a entidade gestora dispõe de um prazo inicial de 15 dias úteis para se pronunciar sobre a reclamação e enviar à ERSAR a reclamação com a resposta dada ao reclamante. Considera-se, por isso, que 10 dias (úteis) é um prazo razoável para as entidades gestoras prestarem esclarecimentos adicionais. De todo o modo, caso a complexidade da reclamação assim o justifique, admite-se que o prazo seja prorrogado, o que passa a estar genericamente previsto no artigo 45.º (44.º do projeto), na sequência de proposta da ESGRA.	Sem alteração neste artigo. Aditado novo n.º 4 ao artigo 46.º (44.º do projeto) para permitir a prorrogação dos prazos previstos no regulamento em situações excecionais e fundamentadas (redação apresentada no ponto 4.1 do presente relatório).
	CM de Águeda	Poderia ficar consagrado a possibilidade de realizar reuniões de esclarecimento com os intervenientes.	Entende-se que no regulamento deve ficar consagrado o procedimento que deve ser seguido obrigatoriamente para a análise de todas as reclamações. A possibilidade de realizar as reuniões referidas existe, mas não se considera necessário referi-lo (até porque existe a propósito de qualquer processo em análise pela ERSAR, que não apenas as reclamações).	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. No caso das reclamações apresentadas por utilizadores diretamente à ERSAR ou reenviadas a esta por outras entidades, as mesmas são registadas pela ERSAR no Módulo de Reclamações do respetivo Portal, seguindo-se o procedimento previsto no número anterior.	Ambital	Questiona-se se aquando do carregamento de reclamações pela ERSAR no Módulo de Reclamações do respetivo Portal é enviada uma notificação para a entidade gestora.	A entidade gestora apenas é notificada quando lhe são solicitados esclarecimentos pela ERSAR..	Sem alteração.
5. Com base nos elementos recolhidos nos termos dos números anteriores, a ERSAR: a) Procede à análise da situação que motivou a reclamação e da resposta da entidade gestora e informa o reclamante das conclusões a que tiver chegado e que pode incluir recomendações de outros meios disponíveis para a resolução da situação; b) Caso considere justificar-se a alteração do procedimento da entidade gestora, informa-a dessa conclusão e faz recomendações quanto às alterações que considere deverem ser implementadas, sem prejuízo da abertura de eventuais processos de	AdAlenquer AEP SA Aquapor CM de Alenquer	Por vezes esta conclusão é alcançada pela ERSAR sem o conhecimento de todos os factos, o que causa perturbação no relacionamento com o Cliente, quando a conclusão não é a correta. Não se trata de divergência de opiniões, mas sim de conclusões obtidas sem o conhecimento de todos os factos, mesmo após um eventual pedido de esclarecimentos da ERSAR."[...] Proposta:.. a) Procede à análise da situação que motivou a reclamação e da resposta da entidade gestora e informa a entidade gestora das conclusões a que tiver chegado, incluindo recomendações de um outro procedimento a adotar; b) A Entidade Gestora terá 10 dias para informar a sua posição relativamente à	A proposta traduz-se numa duplicação de momentos de contraditório que se figura desnecessária. A EG tem oportunidade de apresentar todos os factos relevantes quando a reclamação lhe é apresentada e solicitados esclarecimentos pela ERSAR.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
contraordenação a que haja lugar.		conclusão e de enviar informação adicional, caso considere necessário; c) Após o decorrido o prazo da alínea anterior e da análise à resposta da Entidade Gestora, caso exista, a ERSAR informa o reclamante das conclusões a que tiver chegado e que pode incluir recomendações de outros meios disponíveis para a resolução da situação.		
7. A ERSAR reporta os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória através da edição e divulgação pública do Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, para além da utilização de outros instrumentos de divulgação, designadamente através do seu sítio eletrónico, visando a divulgação de boas práticas e a dissuasão de comportamentos lesivos para os consumidores.	Aquapor AdAlenquer AdCascais CM de Alenquer AEPSA	Considera-se desnecessária a menção a "dissuasão de comportamentos lesivos para os consumidores". Proposta: sítio eletrónico, visando a divulgação de boas práticas."	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	"7. A ERSAR reporta os resultados mais relevantes obtidos nesta atividade regulatória no Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal <u>e no relatório anual de atividades, podendo utilizar outros instrumentos de divulgação, designadamente</u> através do seu sítio da internet, visando a divulgação de boas práticas."
	AdPortugal	A expressão: " <i>resultados mais relevantes</i> ") é vaga, indeterminada e alcance impercetível pelo que precisa de ser concretizada.	Os resultados mais relevantes no âmbito de análise das reclamações correspondem ao número de reclamações analisadas pela ERSAR por tipologia, por modelo de gestão, bem como a percentagem de reclamações com e sem fundamento ou ainda aquelas em que as entidades gestoras	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			acolheram as recomendações da ERSAR. Não se acolhe no entanto a sugestão na medida em que a ERSAR pretende se reservar alguma liberdade na definição dos resultados a publicar.	

Artigo 40.º Realização de auditorias

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. No exercício dos poderes de autoridade previstos no artigo 9.º dos respetivos Estatutos, a ERSAR realiza ações de auditoria junto das entidades gestoras e titulares com vista à avaliação do cumprimento dos contratos relativos à gestão dos serviços, das normas legais e regulamentares referentes ao âmbito de intervenção da ERSAR, assim como dos demais instrumentos regulatórios definidos por esta entidade.	Resíduos do Nordeste:	Impera que a ERSAR seja dotada de um corpo de auditores e inspetores especialmente dotados para os poderes a exercer e que as competências não se sobreponham às de outras entidades (v.g. Tribunal de Contas e Inspeção Geral de Finanças) o que apenas ocorrerá através de cuidados no exercício dos poderes conferidos, tal a latitude dos mesmos. Julgamos ainda que as especiais ações a levar a cabo no desenvolvimento deste preceito possam vir a necessitar de tratamento autónomo em regulamento de processos de auditoria e fiscalização em concreto, a desenvolver.	As auditorias realizadas pela ERSAR são mais abrangentes do que aquelas que são feitas pelo Tribunal de Contas, uma vez que que abrangem não só a viabilidade da empresa, como também outros fatores associados à prestação do serviço público, como seja a qualidade do serviço, acessibilidade social das tarifas, etc. Com base na experiência das auditorias realizadas até à data, julgam-se suficientes as normas propostas no presente regulamento, o que não significa que de futuro a opção não venha a ser diferente, se considerado necessário.	Sem alteração.
	AdPortugal	Na parte final deve passar a constar “como dos demais instrumentos regulatórios definidos por esta entidade	Não se compreende o alcance da sugestão. Os instrumentos regulatórios são aprovados em obediência ao	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		e aprovados por instrumento legal apropriado”	quadro legal aplicável, mas podem não assumir a forma de instrumento legal.	
3. A recolha de informação <i>in loco</i> é precedida de uma comunicação escrita à entidade a auditar, remetida com uma antecedência mínima de 5 dias, da qual consta a identificação dos representantes da ERSAR nessa ação e uma listagem de documentos que a entidade deve disponibilizar para consulta ou fornecer cópia e respetivo suporte.	AdPortugal	Deve acautelar-se o acesso a informação confidencial/sigilosa de alguma informação e documentos. Para alguns destes não deverão ser fornecidas cópias, bastando ser permitido a sua consulta. Atento a que este artigo se baseia nos estatutos da ERSAR, consagrados no artigo 9.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, o mesmo deve estar redigido da mesma forma que consta na referida Lei.	Os colaboradores da ERSAR estão sujeitos ao dever de sigilo, diligência e reserva por força do artigo 43.º do Estatutos da ERSAR e do artigo 47.º do presente regulamento, pelo que se considera desnecessário alterar a presente redação. Não se considera existir divergência relevante de redação face ao previsto nos Estatutos da ERSAR.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AEPSA EMAR de Vila Real	5 dias parece um prazo relativamente curto, tendo em conta a necessidade de disponibilidade de pessoas e dados. Sugere-se um prazo de "10 dias úteis". Proposta de redação: "[...] antecedência mínima de 10 dias úteis [...]"	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	"(...) remetida com uma antecedência mínima de <u>10</u> dias (...)”
5. O relatório preliminar de auditoria é remetido à entidade gestora e à entidade titular, sendo-lhes concedido um prazo não inferior a 20 dias para apresentação de comentários.	AdPortugal	Deve ficar claro e explícito na redação o prazo para o qual a ERSAR tem para emitir o relatório preliminar.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	“5. O relatório preliminar de auditoria é remetido à entidade gestora e à entidade titular, <u>no prazo de 180 dias a contar da recolha ou receção dos elementos necessários</u> , sendo-lhes concedido um prazo não inferior a 20 dias para apresentação de comentários”

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. O relatório final de auditoria é remetido às entidades referidas no número anterior e, no caso de serviços municipais, à assembleia municipal respetiva, sendo publicitadas as respetivas conclusões e recomendações no sítio da internet da ERSAR.	AdPortugal	Deve ficar claro e explícito na redação o prazo para o qual a ERSAR tem para emitir o relatório final.	Acolhe-se a sugestão apresentada, alterando-se para o efeito a redação.	“6. O relatório final de auditoria é remetido às entidades referidas no número anterior e, no caso de serviços municipais, à assembleia municipal respetiva, <u>no prazo de 180 dias a contar da receção dos comentários a que se refere o número anterior, sendo as respetivas conclusões e recomendações publicitadas no sítio da internet da ERSAR 15 dias após o envio do relatório às entidades destinatárias.</u> ”
	AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Admite-se que a apresentação de comentários, referida no nº 5, se adequa a um relatório preliminar, mas no que concerne ao relatório final a sua publicitação deverá ser precedida pela notificação às entidades envolvidas para se pronunciarem formalmente sobre o mesmo.	Às entidades auditadas é dada a possibilidade de se pronunciarem sobre o relatório preliminar e, com base nos comentários por estas apresentadas é elaborado o relatório final, pelo que não faz sentido nova pronúncia sobre este. Reconhece-se, de todo o modo, que se justifica a comunicação do relatório às partes em momento anterior à publicitação.	
	AdPortugal	A redação do n.º 6 deve ser alterada para que fique explicitado que o que será publicado no sítio da internet da ERSAR é estritamente as respetivas conclusões e recomendações, e que não expõem informação confidencial/sigilosa (e.g. segredo comercial).	Já está expressamente previsto que os documentos a publicitar são as conclusões e recomendações.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	Devia ser salvaguardada a publicitação do relatório no site da ERSAR	Por razões de confidencialidade de informação eventualmente contida no relatório, optou-se por publicar apenas as conclusões e recomendações apresentadas às partes.	Sem alteração quanto a este aspeto.
7. No caso de serem formuladas recomendações pela ERSAR no	AdAlenquer	As recomendações não implicam, necessariamente, implementação.	Não se acolhe a sugestão, na medida em que o propósito da ERSAR é que as	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
relatório final, esta fixa um prazo para as entidades destinatárias informarem do respetivo grau de implementação.	AdCascais AEPSA Aquapor CM de Alenquer	Proposta de redação: "No caso de serem formuladas recomendações pela ERSAR no relatório final, esta fixa um prazo para as entidades destinatárias informarem da respetiva decisão."	entidades gestoras implementem as recomendações por si preconizadas.	
	AdPortugal	Deve ser previsto que o respetivo grau de implementação deva ser facultativo e que caso as respetivas entidades gestoras não concordem e não aceitem implementar seja dada a possibilidade de justificar (por analogia ao que decorre no que diz respeito às recomendações para a elaboração do orçamento e projeto tarifário).	A informação sobre o grau de implementação inclui a informação e justificação do não acatamento das recomendações.	
8. O procedimento descrito nos números anteriores não se aplica às auditorias para validação dos dados fornecidos pelas entidades gestoras referidas no Artigo 30.º e no Artigo 31.º.	AdAlenquer AEPSA Aquapor CM de Alenquer	Referência erradas. Proposta: "[...] referidas no Artigo 31º e no Artigo 32º."	As remissões pretendiam ser para o artigo 30.º (que no n.º 5 prevê auditoria para efeitos de validação de informação económica e financeira e de obtenção de dados complementares) e para o artigo 31.º (que no n.º 5 prevê auditorias para validação dos dados da qualidade de serviço) do projeto de regulamento. De todo o modo, na sequência da sugestão apresentada pela EGF no âmbito no n.º 5 do art.º 30.º, altera-se a redação deste número no sentido de eliminar a referência ao art.º 30.º passando as auditorias sobre a	"8. O procedimento descrito nos números anteriores não se aplica às auditorias para validação dos dados fornecidos pelas entidades gestoras referidas no artigo 36.º."

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>informação económico-financeira a seguir o procedimento descrito neste artigo.</p> <p>Face à renumeração dos artigos na versão final, o artigo 31.º passa a ser o 36.º.</p>	

Artigo 41.º Realização de ações de fiscalização e de inspeção

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. No exercício dos poderes de autoridade previstos no artigo 9.º dos respetivos Estatutos, a ERSAR assegura o controlo permanente do cumprimento da lei cuja fiscalização e supervisão lhe seja atribuída, exercendo ainda ações de inspeção de acordo com o procedimento previsto nos números seguintes.	AdPortugal	Na redação deste artigo deve ficar acautelado o acesso a informação confidencial/sigilosa	Os colaboradores da ERSAR estão sujeitos ao dever de sigilo, diligência e reserva por força do artigo 43.º do Estatutos da ERSAR e do artigo 47.º do presente regulamento, pelo que se considera desnecessário alterar a presente redação.	Sem alteração.
2. As entidades sujeitas a ações de fiscalização e de inspeção devem: (...) c) Prestar toda a informação, documental ou verbal, que seja	AdPortugal	Deve ficar claro e definido o prazo para o qual as entidades sujeitas a ações de fiscalização e de inspeção devam prestar a informação solicitada pela ERSAR.	Não foi deliberadamente fixado um prazo de forma a conferir alguma liberdade de definição de prazo consoante o grau de complexidade da informação solicitada.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
solicitada pela ERSAR dentro do prazo pela mesma fixada;				
4. As inspeções são comunicadas aos respetivos destinatários com uma antecedência mínima de 48 horas úteis, salvo se tal puser em causa o efeito útil da ação de inspeção, caso em que a mesma é feita sem aviso .	EMAR de Vila Real	A antecedência de 48h para avisar da inspeção é insuficiente, propondo-se 5 dias úteis.	Não se acolhe esta sugestão na medida em que estas ações não exigem preparação prévia por parte dos seus destinatários.	Sem alteração.
5. O relatório preliminar de cada inspeção é remetido aos seus destinatários, sendo-lhes concedido um prazo não inferior a 15 dias para apresentação de comentários.	LIPOR	Não resulta evidente a necessidade da ERSAR ponderar o aduzido pelas entidades auditadas e inspecionadas em sede de auditoria e fiscalização.	Esse é o propósito do exercício do contraditório, sendo um princípio implícito da atividade administrativa.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Deve ficar claro e explícito na redação o prazo para o qual a ERSAR tem para emitir o relatório preliminar.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação.	<p>"5 O relatório preliminar de cada inspeção é remetido aos seus destinatários, <u>no prazo de 30 dias contados da data da inspeção (...)</u>"</p> <p>"6. O relatório final é remetido aos destinatários no prazo de 30 dias a contar da receção dos comentários apresentados pelos seus destinatários."</p>
6. No caso de serem formuladas recomendações pela ERSAR no relatório final da inspeção, esta fixa um prazo para as entidades destinatárias informarem do	AdAlenquer AdCascais AEP Aquapor CM de Alenquer	As recomendações não implicam, necessariamente, implementação. Proposta de redação: "No caso de serem formuladas recomendações pela ERSAR no relatório final da inspeção, esta fixa um prazo para as entidades	Não se acolhe a sugestão, na medida em que o propósito da ERSAR é que as entidades gestoras implementem as recomendações por si preconizadas.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
respetivo grau de implementação.		<i>destinatárias informarem da respetiva decisão."</i>		
	CM de Águeda	Devia ser salvaguardada a publicitação do relatório no site da ERSAR	A ERSAR não está legalmente obrigada a publicar esta informação e não considera que a sua publicação acarrete mais-valias para o setor, julgando-se suficiente e adequada a publicitação dos dados referidos no n.º 8 (número de ações de fiscalização, de inspeção e de supervisão realizadas em cada ano, número de processos de contraordenação abertos e respetivas decisões).	
	AdAlenquer AEP SA Aquapor CM de Alenquer	Admite-se que a apresentação de comentários a que se refere o n.º 5 se adequa a um relatório preliminar, mas no que concerne ao relatório final a sua publicitação deverá ser precedida pela notificação às entidades envolvidas para se pronunciarem formalmente sobre o mesmo.	Não se compreende o comentário pois não está sequer prevista a publicitação do relatório final.	
9. Nos termos legais aplicáveis, e sempre com objetivos dissuasão e prevenção, a ERSAR pode divulgar os resultados das ações de fiscalização e inspeção, bem como as medidas impostas para a respetiva correção.	Ambilital:	Em relação a divulgação de dados, deverão ser acauteladas as condições de proteção de dados na sua divulgação (idem artº45º, ponto 4).	Reconhecendo a pertinência do comentário, não se considera necessário alterar a redação da norma, na medida em que a divulgação dos dados é efetuada nos termos da legislação aplicável.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdAlenquer AdCascais	Considera-se desnecessária a menção a "dissuasão". Proposta de redação: "Nos termos legais aplicáveis, a ERSAR pode	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva.	"10. (renumeração) Nos termos legais aplicáveis, <u>e sempre com o objetivo de prevenção</u> , a ERSAR

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AEPSA Aquapor CM de Alenquer	<i>divulgar os resultados das ações de fiscalização e inspeção, bem como as medidas impostas para a respetiva correção."</i>		pode divulgar os resultados das ações de fiscalização (...)"

Artigo 42.º Licenciamento de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos com interface com os resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º dos Estatutos da ERSAR, e do n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei 178/2006, de 5 de setembro, a ERSAR colabora com a Autoridade Nacional de Resíduos na definição do modelo económico e financeiro subjacente ao licenciamento de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos com interface com os resíduos urbanos, bem como na emissão de parecer sobre as condições económicas e financeiras constantes dos processos de pedidos de licença.	CM de Águeda	Deveria ficar mais clara a forma de cooperação/colaboração da ERSAR com a Autoridade Nacional de Resíduos sobre esta matéria, bem como, de forma recíproca, existir uma colaboração na definição dos <i>templates</i> e da informação solicitada pela ERSAR, de modo a alimentar a construção do modelo de negócio dos fluxos específicos geridos pelas entidades gestoras reguladas..	Considerando a matéria em questão e o âmbito de atuação da ERSAR, entende-se que neste regulamento não se justifica ir mais além no detalhe de cooperação/colaboração entre as duas entidades.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	APA	Questiona-se a que se refere "bem como na emissão de parecer sobre as condições económicas e financeiras constantes dos processos de pedidos de licença".	Pretende-se concretizar a previsão do n.º 3 do artigo 44.º do DL n.º 178/2006, na sua redação atual e do n.º 2 e 3 do artigo 7.º dos Estatutos da ERSAR que preveem a colaboração da APA e ERSAR no âmbito dos sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos com interface com os resíduos urbano. Atentas as suas atribuições, a	"1. Para efeitos do disposto <u>nos</u> <u>números 2 e 3 do artigo 7.º</u> dos Estatutos da ERSAR (...)"

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>intervenção da ERSAR foca-se essencialmente nas condições de contratualização com os sistemas de gestão de resíduos urbanos e nos valores de contrapartida financeira devidos pelas entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos aos sistemas ou entidades gestoras de gestão de resíduos urbanos.</p> <p>Neste sentido e para clarificar o âmbito procedeu-se ainda à alteração do n.º 1 e do n.º2.</p>	
<p>2. Para os efeitos previstos no número anterior, após a receção de um requerimento relativo a licenciamentos de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos de resíduos, a Autoridade Nacional de Resíduos remete o mesmo à ERSAR, acompanhado da respetiva proposta de condições de gestão de fluxos para emissão de parecer sobre as prestações e contrapartidas financeiras inerentes ao modelo económico e financeiro.</p>	APA	<p>Importará clarificar o enquadramento legal para o efeito, uma vez que a APA nunca recorreu a esta possibilidade de envolvimento da ERSAR. Esta prerrogativa aplicar-se-á aos “fluxos com interface com os resíduos urbanos” importa clarificar o que se entende por “prestações e contrapartidas financeiras inerentes ao modelo económico e financeiro”. Em particular, importa elucidar se se trata dos valores de contrapartida financeira devido pela Entidade Gestora aos Sistemas e outros e/ou se inclui as prestações financeiras devidas pelos produtores aderentes às referidas entidades.</p>	<p>O enquadramento legal para a presente norma é o artigo 7.º do dos Estatutos da ERSAR.</p> <p>Atentas as suas atribuições, a intervenção da ERSAR foca-se essencialmente nas condições de contratualização com os sistemas de gestão de resíduos urbanos e nos valores de contrapartida financeira devidos pelas entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos aos sistemas ou entidades gestoras de gestão de resíduos urbanos.</p>	<p>“(…) acompanhado da respetiva proposta de condições de gestão de fluxos para emissão de parecer sobre as <u>condições de relacionamento com as entidades gestoras de resíduos urbanos e sobre as contrapartidas financeiras devidas às mesmas</u> e inerentes ao modelo económico e financeiro.”</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Mais importa esclarecer se é entendimento da ERSAR que, sempre que decorre um novo processo de licenciamento de entidade gestora de fluxo específico de resíduos com interface com os resíduos urbanos, considera a ERSAR ter a APA a necessidade de lhe dar conhecimento prévio		
4. No prazo de 30 dias após a receção do pedido da Autoridade Nacional de Resíduos, a ERSAR emite parecer fundamentado, indicando, se aplicável, relativamente aos aspetos que entendem deverem ser alterados, bem como as respetivas sugestões de alteração.	CM de Maфра:	Sugere-se que seja retirada a palavra “relativamente”.	Acolhe-se a sugestão, alterando em conformidade.	"4. No prazo de 30 dias após a receção do pedido da Autoridade Nacional de Resíduos, a ERSAR emite parecer fundamentado, indicando, se aplicável, <u>os</u> aspetos que entende deverem ser alterados, bem como as respetivas sugestões de alteração."

Artigo 43.º Forma de reporte de informação à ERSAR

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os elementos necessários à emissão de parecer por parte da ERSAR são remetidos em suporte digital.	AdPortugal	No final da frase deve ser acrescentado que toda a informação remetida para emissão de parecer por parte da ERSAR nos termos do presente regulamento	Acolhe-se a sugestão, clarificando-se ainda que a regra é aplicável não apenas à emissão de parecer, mas também a outro tipo de pronúncias da ERSAR.	"1. Os elementos necessários à emissão de parecer <u>ou à apreciação por parte</u> da ERSAR são remetidos em suporte digital, <u>salvo situações</u>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		pode ser remetida em suporte digital sempre que possível.		excepcionais _____ devidamente fundamentadas e aceites pela ERSAR."
2. Quando os elementos referidos no número anterior contenham cálculos, os mesmos devem permitir o acesso às fórmulas e ligações entre as diferentes folhas de cálculo e ficheiros, evidenciando os cálculos realizados.	Resíduos do Nordeste AdPortugal EGF	A exigência de remessa de documentos de cálculo com células programáveis abusiva pode colocar problemas do ponto de vista o respeito pela propriedade intelectual dos autores e das entidades gestoras. (Resíduos do Nordeste) Talvez se justifique uma solução aligeirada de preenchimento de modelos uniformes e comparáveis fornecidos pela própria ERSAR.	A ERSAR e os seus colaboradores estão nos termos da Lei e dos próprios regulamento sujeitos ao dever de segredo, razão pela qual os modelos disponibilizados pelas entidades gestoras não serão divulgados a terceiros. Não obstante a informação solicitada pela ERSAR é imprescindível para o exercício das atribuições que lhe são conferidas nomeadamente ao nível supervisionar os aspetos económicos das entidades gestoras dos sistemas de titularidade Estatal (alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, pelo que não se pode acolher a sugestão apresentada. Considerando que as empresas consultoras que prestam estes serviços às entidades gestoras fazem-no na sequência de um procedimento de contratação pública, e tratando-se de uma obra por encomenda, podem e devem as entidades gestoras definir como pressuposto contratual que a empresa a contratar autoriza que a entidade gestora faculte o modelo ERSAR ou em ultimo caso que os direito	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			de autor do modelo ficam a pertencer à entidade gestora, situação admissível ao abrigo do n.º 1 do artigo 14.º do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos.	

Artigo 44.º Contagem de prazos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Salvo disposição em contrário, os pareceres da entidade reguladora previstos no presente regulamento são emitidos num prazo de 30 dias.	AdPortugal	Refere prazos para a emissão de pareceres, sendo omissos no que diz respeito a outros documentos, nomeadamente para a emissão de relatórios.	O prazo para emissão dos relatórios das auditorias e fiscalizações estão expressamente previstos nos respetivos artigos.	Sem alteração.
3. Os prazos para emissão de parecer ou tomada de decisão pela ERSAR previstos no presente regulamento, suspendem-se quando haja lugar a solicitação de informação adicional ou de esclarecimentos que sejam essenciais à análise da entidade reguladora, assim como quando haja lugar a eventuais processos de contraditório, retomando-se a contagem logo que sejam recebidos os elementos	AdPortugal	Deve ficar claro o prazo para o exercício do contraditório (que decorre da lei ou outro, caso não exista, e por isso tem de ser indicado).	Os pareceres e recomendações não estão sujeitos a contraditório. Apenas nos relatórios de auditoria existe direito ao contraditório, o qual está previsto nos respetivos artigos.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
solicitados ou terminado o prazo concedido para o exercício do direito de contraditório.				

Artigo 45.º Decisões sujeitas a parecer da ERSAR

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os pareceres emitidos pela ERSAR são sempre fundamentados e concluir de modo expresso e claro sobre todas as questões indicadas na consulta, bem como, se for o caso, indicar os aspetos que devem ser alterados e as correspondentes sugestões de alteração.	Aquapor AdAlenquer: AEPSA AdPorto CM de Alenquer CM de Mafra	Galha na redação.	Acolhe-se a sugestão de correção gralha será retificada no articulado. Em virtude de se acolherem outras sugestões apresentadas, a redação deste número 1 será alterada.	"1. Os pareceres emitidos pela ERSAR são sempre fundamentados e <u>devem</u> concluir de modo expresso e claro sobre todas as questões indicadas na consulta, (...)"
	CM de Águeda	Deveria ficar clarificado o escopo dos pareceres que são vinculativos e dos que não vinculativos.	Não se acolhe a sugestão na medida em que a natureza vinculativa ou não dos pareceres resultam da Lei, não existindo qualquer procedimento a especificar neste regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. No caso dos pareceres emitidos no âmbito de atribuição e contratualização de concessões multimunicipais, constituição de sistemas intermunicipais, delegação de serviços municipais, de procedimentos de contratação pública para a seleção de parceiros privados e a atribuição	AdPortugal	Deve ficar clarificado quais os pareceres que o regulador irá publicitar no sítio institucional da ERSAR.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se para o efeito a respetiva redação	"3. Sem prejuízo de outros cuja publicitação se justifique, são objeto de publicitação no sítio da internet da ERSAR, 10 dias após o seu envio às entidades destinatárias, os pareceres emitidos pela ERSAR no âmbito da atribuição e contratualização de concessões multimunicipais, constituição de sistemas
	AdPortugal	Deve ser indicado qual o prazo para a ERSAR publicitar os pareceres.		
	AdPortugal	Deve ficar claro sobre que matérias os mesmos vão incidir de modo a que informação confidencial/sigilosa das Entidades Gestoras seja salvaguardada. (e.g. segredo comercial).	Aceitando que possa vir a existir matéria suscetível de ser protegida pelo segredo comercial, altera-se a redação, pelo que são aditados dois novos números ao presente artigo no sentido de	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de concessões municipais, da respetiva contratação, assim como de subconcessões, celebração de contratos de parceria entre os municípios e o Estado e contratos de gestão a ela respeitantes, e alteração e extinção de contratos e ainda regulamentos de serviço público, as entidades destinatárias dos mesmos enviam à ERSAR a decisão tomada com a respetiva fundamentação circunstanciada.			estabelecer que a decisão só é publicada após 10 dias da sua notificação à entidade visada. Neste espaço de 10 dias, a entidade visada deve identificar, de maneira fundamentada, as informações que consideram confidenciais, por motivo de segredos comerciais ou industriais, sob pena de não o fazendo se considerar que não existem matérias sigilosas.	intermunicipais, da delegação de serviços municipais, de procedimentos de contratação pública para a seleção de parceiros privados e da atribuição de concessões municipais, da respetiva contratação, assim como de subconcessões, da celebração de contratos de parceria entre os municípios e o Estado e de contratos de gestão a ela respeitantes, e da alteração e extinção de contratos e ainda de regulamentos de serviços, bem como a fundamentação das subseqüentes decisões tomadas pelas entidades destinatárias nos casos referidos no número anterior.
4. Sem prejuízo de outros cuja publicitação se justifique, os pareceres emitidos pela ERSAR e subseqüentes decisões tomadas pelas entidades destinatárias a que se refere o número anterior são objeto de publicitação no sítio institucional da ERSAR.	AdPortugal	Atento a que a ERSAR pode emitir parecer preliminares/projetos de parecer para efeitos de pronúncia/contraditório das Entidades Gestoras, estes também vão ser publicitados?	Apenas são publicitados documentos finais.	4. No prazo de 10 dias referido no número anterior a entidade destinatária deve identificar, de maneira fundamentada, as informações recolhidas que considere confidenciais por motivo de segredos comerciais ou industriais, juntando, nesse caso, uma cópia não confidencial dos documentos que contenham

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				tais informações, expurgada das mesmas."

Artigo 46.º Incumprimento do presente regulamento

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O não cumprimento das disposições do presente regulamento é punido nos termos definidos na lei aplicável aos sectores e atividades regulados.	CM de Águeda	O artigo deveria ser mais detalhado e ajustado em função do incumprimento em causa e, em particular, da sua reincidência.	Não se acolhe a sugestão na medida em que a definição e aplicação de eventuais sanções têm de ser definidas por Lei, não o podendo ser em sede de regulamento.	Sem alteração.
	AdPortugal	Deve ficar claro qual a legislação aplicável para efeitos de incumprimento das disposições do presente regulamento. Atento a que os incumprimentos também possam ser da responsabilidade do regulador, deve ser garantido que os mesmos estejam também devidamente incluídos na legislação e regulamentação.	A elaboração do presente artigo foi deliberadamente abrangente de forma a englobar todas as leis que se encontrem atualmente em vigor e outras que venham eventualmente a vigorar.	

Artigo 47.º Dever de segredo

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AdPortugal	O conteúdo do presente artigo deve ser transposto para regulamento interno da	Sem prejuízo de se reconhecer que respeita a matéria da interna da ERSAR,	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As pessoas que exerçam ou tenham exercido funções na ERSAR, bem como as que lhe prestem ou tenham prestado serviços a título permanente ou ocasional, ficam sujeitas a dever de segredo sobre factos cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente do exercício dessas funções ou da prestação desses serviços, não podendo divulgar nem utilizar as informações obtidas.	CM de Águeda:	ERSAR, e por isso retirado do presente regulamento. Tendo em conta as matérias em causa, a sua natureza administrativa e do serviço público questiona-se a racionalidade deste condicionalismo.	entende-se de especial importância que as entidades gestoras tenham conhecimento que a ERSAR e respetivos colaboradores estão obrigados ao dever de sigilo.	

Artigo 48.º Produção de efeitos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O presente regulamento produz efeitos 30 dias após a sua publicação em Diário da República.		Propõe-se um período nunca inferior a 90 dias, atenta a importância e complexidade que o presente projeto de regulamento comporta em termos de exigência, designadamente de pareceres prévios em todas as matérias e reporte de informação exigida	Até à data a ERSAR tem vindo a solicitar a generalidade da informação prevista no regulamento, pelo que não se considera necessário alargar o prazo de produção de efeitos.	Sem alteração.

ANEXO I

ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Alínea d): Detalhe de informação de EE desadequado quando comparado com as outras instalações de maior complexidade e importância (ex. ETA e ETAR). Proposta: "EE: potência (kW)"	O detalhe de informação definido para as EE foi o considerado relevante para caracterização da infraestrutura.
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Alínea. e) Não se entende o que é pretendido. Detalhar pedido de "Rácio utilizado no EEF"	Nos EEF, na definição do montante de investimento associado à reabilitação/renovação/ substituição, são utilizados alguns rácios, tais como % de rede a reabilitar, % de investimento de reabilitação face ao investimento a executar no ano em análise, entre outros. Assim, o que se pretende neste campo é que a EG apresente a metodologia utilizada para a definição do montante de investimento afeto à reabilitação/renovação.
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Nota do quadro "Investimento total": Gralha. Proposta de redação: "...discriminadas..."	Na versão corrigida dos anexos 1 e 3, publicada no dia 17-04-2017 no sítio da ERSAR, a gralha já se encontra corrigida
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Nota do quadro "Plano de Investimentos: Onde são carregadas as características das infraestruturas previstas na nota (d) de preenchimento?	As características da infraestrutura prevista devem ser preenchidas na coluna da tabela onde a nota de rodapé aparece.

ANEXO II

ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE
AdPortugal	O regulamento socorre-se de expressões de idêntico (desvalor), a saber: "Projeto global inicial", "Plano quinquenal em vigor"	No regulamento são utilizadas as definições constantes da legislação aplicável, assim como dos contratos de concessão das entidades gestoras.

AdPortugal	Continuam a designar-se por “ outros investimentos” as “assessorias, estudos e projetos, terrenos, fiscalizações” como se estas despesas não fizessem parte do valor global de cada obra/investimento, isto é, em vez que se tratar cada obra/investimento como um todo;	O objetivo dos quadros do anexo II é permitir à ERSAR o correto acompanhamento da execução dos investimentos. Para tal, a ERSAR considera que o detalhe pretendido é o que melhor se ajusta ao objetivo definido.
AdPortugal	Carece de explicitação o preenchimento das quantidades e dos custos unitários para cada um dos investimentos, uma vez que se mostra impercetível que unidades devem ser utilizadas, se as mesmas devem ser meramente descritivas ou se o produto das duas naturezas deve perfazer para cada um dos anos o montante do investimento.	A informação relativa ao custo unitário é meramente informativa e permite à ERSAR validar a razoabilidade dos pressupostos assumidos para a previsão de investimentos.
AdPortugal	Sugere-se que seja clarificado o termo “inicial” como consta do segundo quadro da pagina 67/75: Inicial no PG ou inicial na Infraestrutura. Neste último caso aplica-se “inicial” independentemente de ser uma construção nova ou uma reabilitação existente.	Está identificada no cabeçalho do quadro a necessidade de "código de investimento previsto no PG". Entenda-se PG por Projeto Global. Conforme a designação do quadro, a expressão "inicial" diz respeito ao previsto no projeto global. Os anexos publicados são aqueles que à data melhor incorporam a capacidade de reporte das entidades gestoras. Caso os quadros venham a ser objeto de alterações, o presente regulamento será adaptado em conformidade. O investimento de reabilitação deverá ser colocado na 3.ª tabela do Anexo 2. O EVEF não detalha as intervenções previstas mas define valores de reabilitação de acordo com uns rácios.
AdPortugal	Sugere-se a alteração de redação da segunda coluna da tabela do Anexo 2 referente aos investimentos do plano quinquenal em vigor, dado que a pergunta se encontra na negativa podendo levar a erros de leitura da tabela e consequentemente de reporte e interpretação.	Quanto à alteração do cabeçalho da 2.ª coluna do quadro relativo aos investimentos do plano quinquenal, a ERSAR acolhe a sugestão.
AdPortugal	Atendendo a que o investimento de substituição não está detalhado no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e consequentemente no Projeto Global (PG) e como tal não possui código de investimento atribuído, deve assumir-se que a informação solicitada na quarta coluna do quadro acima referido (Anexo 2) é a referente ao investimento	Nas situações em que o investimento de substituição está previsto no contrato de concessão, mas não está detalhado no projeto global, na coluna intitulada "Código do investimento previsto no PG" deve coloca-se "Não previsto".

	designado como “inicial” da concessão e previsto em detalhe no PG.	
--	--	--

ANEXO III

ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Alínea d): Detalhe de informação de EE desadequado quando comparado com as outras instalações de maior complexidade e importância (ex. ETA e ETAR) PROPOSTA: "EE: potência (kW)"	O detalhe de informação definido para as EE foi o considerado relevante para caracterização da infraestrutura.
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Alínea e): Não se entende o que é pretendido. Detalhar pedido de "Rácio utilizado no EVEF". Nota do quadro "Plano de Investimentos: gralha" Proposta de redação: "...discriminadas..."	Nos EVEF, na definição do montante de investimento associado à reabilitação/renovação/ substituição, são utilizados alguns rácios, tais como % de rede a reabilitar, % de investimento de reabilitação face ao investimento a executar no ano em análise, entre outros. Assim, o que se pretende neste campo é que a EG apresente a metodologia utilizada para a definição do montante de investimento afeto à reabilitação/renovação.
AdAlenquer AEP Aquapor CM de Alenquer	Nota do quadro "Investimento total": Gralha. Proposta de redação: "...discriminadas..."	Na versão corrigida dos anexos 1 e 3, publicada no dia 17-04-2017 no sítio da ERSAR, a gralha já se encontra corrigida.

5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento

Para além das alterações acima indicadas, em resposta direta aos comentários apresentados, foram ainda introduzidas outras alterações ao texto do projeto de regulamento de procedimentos regulatórios, correspondentes a melhorias de redação ou outros aperfeiçoamentos do documento, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho.

Listam-se seguidamente as alterações mais relevantes e respetiva justificação:

- Tendo em atenção que se encontra em curso a revisão do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a qual implicará uma renumeração dos artigos daquele diploma, optou-se por eliminar a referência a artigos específicos daquele diploma de forma a evitar a necessidade de rever o presente regulamento para adaptar este aspeto.
- Tendo em vista a clarificação sobre a prevalência dos instrumentos jurídicos que regulam as relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua intervenção, optou-se por introduzir um novo artigo no Capítulo I (artigo 3.º), o que implicou a renumeração de todos os artigos subsequentes.

Artigo 3.º (Instrumentos legais e jurídicos que regulam os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades gestoras)

1. *Os procedimentos referidos no artigo 1.º regem-se pelos seguintes instrumentos:*

- a) A legislação específica aplicável;*
- b) Os regulamentos da ERSAR com eficácia externa;*
- c) Os contratos que transferem a responsabilidade pela gestão dos serviços, sempre que a entidade titular não opte pela gestão direta*

2. *Em caso de divergência entre o disposto nos instrumentos jurídicos previstos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.*

3. *O disposto no número anterior não prejudica a validade das normas constantes do presente regulamento que detalhem ou concretizem as competências da ERSAR legalmente previstas.*

- Tendo em atenção que o prazo para apresentação dos orçamentos e projeto de tarifário não é igual para todas as entidades gestoras, na medida em que resultam dos respetivos contratos de concessão, optou-se por reformular a redação do n.º 2 do artigo 16.º do projeto de regulamento colocada a consulta pública (n.º 3 do artigo 18.º na versão final). Assim, em vez de se exigir a submissão do conjunto de todos os investimentos cujo início de execução física ou financeira esteja previsto para o ano seguinte a parecer da ERSAR até 31 de maio de cada ano, passou a estabelecer-se que aquela submissão deve ser feita em simultâneo com a apresentação do pedido de autorização ao concedente, até 60 dias da data prevista para submissão do orçamento e projeto de tarifário. Sublinha-se, no entanto, que esta alteração não implica qualquer alteração material da obrigação da entidade gestora.
- No âmbito processo de revisão anual do tarifário de serviços municipais geridos sem contrato, optou-se por antecipar o prazo previsto no n.º 2 do artigo 28.º (que na versão final passa a corresponder ao artigo 29.º) para disponibilização das recomendações gerais para efeitos das atualizações tarifárias para o ano seguinte, para o dia 15 de julho de forma a permitir às entidades gestoras incorporar as recomendações nas propostas de tarifário: "2. Até 15 de julho de cada ano, a ERSAR publica no respetivo Portal um conjunto de recomendações gerais para efeitos das atualizações tarifárias para o ano seguinte, incluindo previsão de indicadores macroeconómicos".
- Eliminou-se, nesta disposição, a referência à definição dos parâmetros nos termos do Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos face à divisão desta secção em três subsecções: a primeira referente à definição de tarifas apenas dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e que integra os artigos 23.º, 24.º, 26.º a 28.º do projeto colocado a consulta pública, a segunda referente à definição de tarifas de serviços de gestão de resíduos urbanos que corresponde a uma redação reformulada do artigo 25.º do projeto de regulamento, e, finalmente, a terceira subsecção relativa à fiscalização e reporte, que integra os artigos 29.º e 30.º do projeto de regulamento.
- No n.º 3 alínea b) do mesmo artigo 28.º do projeto de regulamento antecipou-se o prazo de 15 de agosto para 1 de agosto, para que possam ser integradas na proposta de tarifário dos sistemas em baixa que têm de ser submetidos à ERSAR até 15 de outubro:

"3. As entidades gestoras submetem à ERSAR através do Módulo de Regulação Económica do Portal da ERSAR a proposta de revisão tarifária para o ano seguinte: (...) b) Até 1 de agosto no caso de prestação de serviço aos municípios utilizadores".

- Foi ainda introduzido um novo n.º 4 no qual foram definidas as datas a partir das quais a ERSAR disponibiliza o acesso à funcionalidade de formação de tarifários necessários à submissão das propostas no módulo da regulação económica do Portal da ERSAR: *"4. Para efeitos do número anterior, a ERSAR faculta às entidades gestoras o acesso à funcionalidade de formação de tarifários necessários à submissão das propostas no módulo da regulação económica do Portal da ERSAR até: a) 15 de setembro no caso de prestação de serviços a utilizadores finais; b) 15 de julho no caso de prestação de serviço aos municípios utilizadores".*
- No artigo 30.º do projeto de regulamento (artigo 35.º da versão final) foi aperfeiçoada a designação do documento de reporte de contas (relatório de gestão e contas de exercício): *"1. Até ao termo do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeita o exercício considerado, as entidades gestoras remetem à ERSAR o relatório de gestão e contas de exercício aprovado em assembleia-geral de acionistas ou, quando não sejam entidades empresariais, documento equivalente de prestação de contas, acompanhado da respetiva ata de aprovação pelo órgão competente, dos balancetes contabilísticos e fundamentação das chaves de repartição aplicadas".*
- Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, o qual procedeu à revisão do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, foi introduzido um novo procedimento de avaliação de risco efetuada pelas entidades gestoras e sujeita a aprovação da ERSAR, o qual vai suportar o estabelecimento do PCQA, nomeadamente a definição dos parâmetros a controlar, bem como as dispensas de controlos de parâmetros (antes reguladas pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, agora revogado e que estava refletido no artigo 34.º do projeto de regulamento). Assim, foi revista a redação do artigo 34.º do projeto de regulamento (renumerado como artigo 39.º na versão final), no sentido de refletir o regime definido pelo novo artigo 14.º-A do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e o regime transitório estabelecido no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, nos seguintes termos:

Artigo 39.º (Avaliação de risco)

1. *A avaliação do risco, a que se refere o artigo 14.º-A do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, assim como os artigos 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, segue o procedimento previsto no presente artigo.*
2. *A dispensa ou redução dos controlos analíticos depende dos resultados da avaliação de risco, nos termos da alínea l) do n.º 7 do presente artigo.*
3. *As entidades gestoras dão conhecimento à ERSAR do pedido de parecer submetido à autoridade de saúde sobre a severidade dos perigos que pretendem aplicar na matriz da avaliação do risco, bem como da resposta que obtenham.*
4. *No caso de a autoridade de saúde não se pronunciar no prazo de 45 dias sobre o pedido a que se refere o número anterior, pode a ERSAR, nos 15 dias subsequentes, emitir parecer.*
5. *Para efeitos de emissão do parecer referido no número anterior, a ERSAR pode solicitar informação complementar à entidade gestora, fixando um prazo de resposta não inferior a 10 dias.*
6. *Na ausência de pronúncia da autoridade de saúde e da ERSAR, considera-se aceite a proposta da entidade gestora a que se refere o n.º 3.*
7. *A avaliação de risco, referenciada à zona de abastecimento ou ao ponto de entrega, é submetida pelas entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público à apreciação da ERSAR, até ao dia 30 de abril do ano anterior ao início do período a que respeita, através do Módulo da Qualidade da Água do Portal da ERSAR, instruída com a seguinte informação, quando aplicável:*
 - a) *Identificação da equipa da entidade gestora responsável pela avaliação do risco efetuada;*
 - b) *Descrição e fluxograma do sistema de abastecimento, com detalhe suficiente para a apreciação pela ERSAR dos demais elementos submetidos;*
 - c) *Implementação das restrições estabelecidas, nos termos legais aplicáveis, para os perímetros de proteção das origens de água identificadas no PCQA;*

- d) Resultados obtidos nos últimos anos no programa de monitorização da água bruta, com os dados por parâmetro monitorizado em cada origem de água identificada no PCQA;*
- e) Resultados obtidos nos últimos anos no programa de monitorização operacional, com os dados por parâmetro monitorizado em cada medida de controlo instalada;*
- f) Resultados obtidos nos últimos anos no programa de verificação da qualidade da água tratada, com dados por parâmetro monitorizado à saída do tratamento e na rede de adução/distribuição;*
- g) Tratamento dos resultados obtidos nos últimos anos no programa de verificação da qualidade da água fornecida, com dados por parâmetro monitorizado no ponto de entrega/torneira do consumidor, incluindo os resultados do PCQA e os resultados da vigilância sanitária;*
- h) Tratamento dos dados de situações anómalas ou ocorrências relacionadas com a qualidade da água, como reclamações, avarias de equipamento, falhas nas ações de manutenção e limpeza;*
- i) Análise de perigos e avaliação do risco efetuada ao longo do sistema de abastecimento;*
- j) Lista dos programas de suporte implementados pela entidade gestora para a mitigação de perigos no sistema de abastecimento;*
- k) Plano de melhorias a implementar pela entidade gestora para a eliminação ou redução de riscos significativos para um nível aceitável;*
- l) Análise dos resultados da avaliação do risco, que suporte a definição da lista de parâmetros a constituir os controlos de rotina e de inspeção do PCQA a aprovar pela ERSAR, seja pela via de redução ou aumento da frequência de amostragem ou pela via da supressão ou alargamento da lista de parâmetros, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.*

8. *A avaliação do risco apreciada e aprovada pela ERSAR é válida por cinco anos, sendo durante esse período refletida anualmente na aplicação do PCQA On-Line do Portal da ERSAR por cada ponto de entrega ou zona de abastecimento, desde que não se verifiquem alterações que justifiquem a suspensão da avaliação do risco aprovada nos termos dos números seguintes.*
 9. *As entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público comunicam à ERSAR, logo que dela tenham conhecimento, qualquer alteração das circunstâncias com base nas quais foi efetuada a avaliação de risco e estabelecida a lista de parâmetros e a frequência do controlo analítico do PCQA aprovado pela ERSAR, nos termos fixados no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.*
 10. *Em sede de fiscalização ou inspeção são verificados os registos a que se refere o presente artigo, podendo a ERSAR suspender a dispensa ou supressão de parâmetros ou redução de frequência concedida ou definir controlos suplementares, em situações devidamente justificadas.*
- Face ao acima referido, no que respeita à redação do artigo 34.º do projeto de regulamento (renumerado como 40.º na versão final) manteve-se apenas as normas relativa à dispensa de controlo de pesticidas, com as necessárias adaptações, de modo a refletir a norma constante do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro:

Artigo 40.º (Controlo de pesticidas)

1. *Para que seja refletido no Programa de Controlo da Qualidade da Água, as entidades gestoras podem, até 31 de julho do ano anterior àquele a que dizem respeito, submeter à aprovação da ERSAR os pedidos de dispensa do controlo analítico de um ou mais pesticidas, identificando as origens de água em exploração nos pontos de entrega/zona de abastecimento para as quais se pede a dispensa, acompanhados do parecer da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.*
2. *A ERSAR decide sobre os pedidos de dispensa do controlo de pesticidas no prazo de 15 dias contados da receção dos mesmos, acompanhados do parecer emitido pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.*

3. *O procedimento referido nos números anteriores não se aplica no caso da dispensa do controlo de pesticidas ter sido aprovado no âmbito da avaliação de risco nos termos do artigo anterior.*
- Ainda para refletir a revisão operada pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, nomeadamente no que respeita ao artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, foi revista a redação do n.º 1 do artigo 36.º do projeto de regulamento (42.º na redação final) "Ao longo do ano a que o PCQA diz respeito, as entidades gestoras de sistemas de abastecimento público implementam o PCQA previamente aprovado pela ERSAR, comunicando, no dia útil seguinte, quaisquer alterações mesmo, através do Módulo de Qualidade da Água do Portal da ERSAR, exceto as relativas aos pontos de amostragem, quando os ditos sejam representativos da área da zona de abastecimento que pretende controlar."
 - Para refletir a nova redação do n.º 6 do artigo 19.º do mesmo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 20 de agosto, foi realizado o seguinte aditamento à alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º do projeto de regulamento (42.º na versão final): "2. As entidades gestoras de sistemas de abastecimento público comunicam à ERSAR, através do Módulo de Qualidade da Água do Portal da ERSAR: (...) b) As causas dos incumprimentos previamente comunicados, as medidas corretivas adotadas e os resultados das análises de verificação que demonstrem a eficácia das medidas adotadas e de outras análises que suportem a conclusão da investigação, até ao 5.º dia útil seguinte à data de conclusão do processo, o qual não deve ultrapassar o prazo de 45 dias úteis após a data da tomada de conhecimento do incumprimento".
 - Para refletir a nova redação do n.º 3 do artigo 18.º do mesmo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 20 de agosto, foi aditado um novo n.º 6 ao artigo 36.º do projeto de regulamento (42.º na versão final): "As entidades gestoras devem comunicar, de forma auditável, à ERSAR qualquer outra situação relacionada com a ocorrência de incumprimentos na qualidade da água com potencial risco para a saúde humana ou situação de emergência relacionada com a contaminação da água para consumo humano, logo que dela tenha conhecimento".

- No sentido de contemplar a possibilidade de recusa de realização de ensaios em laboratórios prevista no novo artigo 26.º-A do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 20 de agosto, foram introduzidos dois novos números no artigo 37.º do projeto de regulamento (43.º na versão final) com a seguinte redação: "3. *Na apreciação do pedido de aptidão, a ERSAR pode recusar a realização de determinados ensaios por um laboratório acreditado quando verifique que o mesmo não cumpre os requisitos técnicos necessários para garantir a fiabilidade dos resultados analíticos, por exemplo pelo incumprimento dos prazos de análise especificados nas normas de ensaio aplicáveis, pelo incumprimento das características mínimas de desempenho dos métodos analíticos, pela não utilização dos métodos analíticos fixados na legislação.*" e "4. *A decisão de recusa é comunicada ao laboratório no prazo de 10 dias úteis contados da data de receção do pedido de aptidão devidamente instruído*".
- No sentido de refletir a periodicidade de atualização dos comprovativos de aptidão dos laboratórios definida na nova redação do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 20 de agosto, foi revista a redação do n.º 6 do artigo 37.º do projeto de regulamento (43.º na versão final): "6. *Os laboratórios providenciam a atualização da informação prevista no número anterior junto da ERSAR, com uma periodicidade anual ou sempre que existam alterações que tenham impacto sobre o âmbito de atuação definido na legislação aplicável ou sobre a vigência da sua acreditação.*"
- No âmbito do artigo 39º do projeto de regulamento (41.º na versão final), e para dar cumprimento à alteração legislativa introduzida ao pelo Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho ao Decreto-Lei n.º 156/2005, 15 de setembro, alterou-se o prazo definido para entidades gestoras remeterem à ERSAR as reclamações apresentadas de 10 dias para 15, ficando a entidade gestora obrigada a, no mesmo prazo, remeter à ERSAR a cópia da resposta dada ao reclamante, acrescentando-se ainda a referência ao formato eletrónico do livro: "1 - *As entidades gestoras remetem à ERSAR as reclamações apresentadas nos respetivos livros de reclamações, quer em formato físico ou eletrónico, no prazo de 15 dias após a apresentação da reclamação pelo utilizador, acompanhadas das respostas enviadas aos reclamantes*".
- O artigo 48.º do projeto de regulamento (artigo 50.º da versão final) foi alterado no sentido de ficar expressamente previsto que o regulamento se aplica a todos os

procedimentos regulatórios que se iniciem ou sejam devidos a partir dessa data: " *O presente regulamento produz efeitos 30 dias após a sua publicação em Diário da República, aplicando-se a todos os procedimentos regulatórios que se iniciem ou sejam devidos a partir dessa data*".

- No anexo 1 (e tendo presente que os estudos de viabilidade anexos aos contratos incluem valores a preços constantes e correntes) substituiu-se a referência a "preços correntes" por "preços constantes" na medida em que se podem verificar desvios entre a inflação projetada no contrato e a real (que poderão ser materialmente distintos), sendo mais simples utilizar o referencial dos preços constantes (que dispensa a realização da operação de correção da inflação verificada).
- Nos anexos 2 e 3 e pelos motivos acima referidos, clarificou-se que os quadros devem ser preenchidos com valores a preços constantes do ano do contrato quando estejam em causa as previsões do mesmo e a preços correntes de cada ano quando se refiram a valores executados.

Foram ainda realizadas algumas alterações em matéria de sistematização do regulamento, nomeadamente:

- Por se considerar que corresponde a um melhor enquadramento agrupar as normas que regulamentam a constituição e extinção de sistemas bem como a contratualização dos serviços, o artigo 20.º do projeto de regulamento que define as regras de extinção dos contratos passa a corresponder ao artigo 15.º da versão final do documento e a figurar junto das normas que regulamentam a criação dos sistemas e contratualização dos serviços.
- Foi invertida a ordem dos artigos referentes aos deveres de informação, por se considerar mais adequado que figurasse em primeiro lugar as obrigações gerais de informação e só posteriormente as informações de carácter específico. Assim na versão final do documento as obrigações gerais de informação constam do artigo 22.º (Artigo 21.º do projeto de regulamento) e as obrigações de informação sobre bens e infraestruturas (artigo 21.º do projeto de regulamento) passam a corresponder ao artigo 23.º da versão final do regulamento.

- Nos deveres gerais de informação constava a obrigação do concedente enviar à ERSAR cópia da notificação do sequestro, no entanto e tendo em atenção que esta é uma informação relativa à extinção do contrato, optou-se por passar esta obrigação para o artigo referente à extinção dos contratos (artigo 15.º da versão final)

4. Conclusões

A elaboração do presente regulamento teve por objetivo definir os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação, de forma a clarificar e agilizar os procedimentos submetidos à apreciação desta Entidade, o que consubstancia uma mais-valia para o sector há muito reclamada pelas entidades gestoras.

Por outro lado, e no que à ERSAR diz respeito, o presente regulamento também assume uma especial relevância, uma vez que ao clarificar e definir os procedimentos, elementos e prazos que as entidades gestoras devem respeitar no seu relacionamento com a Entidade Reguladora, contribui para um melhor exercício das atribuições e competências que lhe estão atribuídas pelos respetivos Estatutos.

Analizados os contributos recebidos no âmbito da consulta pública e consulta ao Conselho Consultivo da ERSAR, pese embora algumas críticas, considera-se que a apreciação global das entidades do setor foi positiva relativamente à iniciativa desenvolvida pela ERSAR.

No âmbito desta análise foram integrados no regulamento as sugestões consideradas como pertinentes, tendo sido rejeitadas aquelas que a ERSAR considerou não terem fundamento ou não serem as mais adequadas. Para as sugestões não acolhidas foi apresentada a respetiva fundamentação, pretendendo-se assim encontrar um equilíbrio que atenda às preocupações das entidades reguladas e as necessidades do sector.

Conforme acima indicado para além da resposta direta aos comentários apresentados, foram igualmente introduzidas outras alterações ao texto do projeto de documento complementar, correspondentes a melhorias de redação ou outros aperfeiçoamentos do documento, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho.